

UFBA | 70 ANOS
COLEÇÃO

***A** ousadia da criação*

universidade e cultura

ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM
(COORD.)





Aousadia **da criação**

universidade e cultura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo César Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustáquio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM
(COORD.)

COLEÇÃO UFBA 70 ANOS

Aousadia
da criação
universidade e cultura

2^a EDIÇÃO

Salvador
EDUFBA
2016

2016, Autores

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

1ª edição: 1999, Edições Feito à Facom, UFBA

2ª edição: 2016, EDUFBA

Capa e Projeto Gráfico

Gabriel Cayres

Edição

Aléxia Corujas

Revisão

Letícia Rodrigues

Normalização

Francimar Dias Pereira de Carvalho

Sistema de Bibliotecas - UFBA

A ousadia da criação - universidade e cultura / Coordenador: Antonio Albino Canelas Rubim. – 2. ed. – Salvador : EDUFBA, 2016. Vários autores. 166 p.

ISBN 978-85-232-1493-7

1. Universidade Federal da Bahia - Comunicação. 2. Universidade Federal da Bahia - Cultura. 3. Bahia - Vida intelectual, 1950-1960. I. Rubim, Antonio Albino Canelas, coord. II. Universidade Federal da Bahia.

CDU 378: 007(813.8)

378: 008(813.8)

981.38

EDITORA FILIADA À



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n - Campus de Ondina, 40170-115 - Salvador - Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164 / Fax: +55 71 3283-6160

www.edufba.ufba.br / edufba@ufba.br

Agradecimentos Especiais

Ao colega Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, amigo historiador e interlocutor, crítico e constante, em todos os momentos desta pesquisa.

Aos entrevistados pela gentileza e presteza das informações.

Aos professores, pensadores e ativistas políticos Carlos Nelson Coutinho e Milton Santos por suas reflexões político-culturais e por seus compromissos com a transformação do Brasil e a construção de um mundo mais democrático, humano e justo.

sumário

- 9 •🍃 Introdução - A ousadia da invenção
Antonio Albino Canelas Rubim
- 13 •🍃 Itinerários da universidade no Brasil
Rita de Cássia Aragão
- 45 •🍃 O contexto de gestação da Universidade da Bahia
Rita de Cássia Aragão
- 79 •🍃 Fragmentos da cultura na Bahia nos anos 1950/1960
Antonio Albino Canelas Rubim
- 89 •🍃 Modernismo e modernidade na Universidade da Bahia
Tattiana Teixeira
- 107 •🍃 A Universidade da Bahia e a descoberta cultural da Bahia
Marcos Uzel
- 123 •🍃 O cosmopolitismo e o projeto cultural da Universidade da Bahia
Paulo Henrique Alcântara
- 135 •🍃 Os primórdios da Universidade e a cultura na Bahia
Antonio Albino Canelas Rubim
- 147 •🍃 Dilemas culturais da universidade na atualidade
Antonio Albino Canelas Rubim
- 165 •🍃 Sobre os Autores

introdução

A ousadia da invenção

9
*

Antonio Albino Canelas Rubim

O livro *A ousadia da criação: universidade e cultura* tem agora sua segunda edição em momento muito oportuno: na comemoração dos 70 anos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O livro, publicado originalmente em 1999, derivou da pesquisa *Comunicação e Cultura na Bahia dos anos 50/60*, apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nos anos de 1990 a 1994. A temática mais ampla da investigação permitiu desvelar e visitar a então Universidade da Bahia em seus primórdios e inscrevê-la no turbilhão modernista vivenciado no estado a partir da descoberta do petróleo, da implantação da Petrobras, do surgimento dos *Cadernos da Bahia*, da vibrante passagem de Anísio Teixeira pela educação e cultura da Bahia e de diversos movimentos que abalaram a tranquilidade da “Boa Terra”.

Naqueles anos, de modo singular, a UFBA ousou no campo da cultura. Ela se destacou entre as universidades públicas federais por seu investimento no campo cultural. Basta rememorar alguns exemplos para perceber a extensão dos enlaces tecidos entre cultura e universidade. Do pioneirismo das escolas de artes (Dança, Música e Teatro) e do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) aos inovadores Laboratório de Geomorfologia, de Milton Santos,

e Laboratório de Linguística, dirigido por Nelson Rossi, com seu *Atlas Prévio dos Falares Baianos*.

A ousadia produziu espaços institucionais criativos e, sobretudo, estimulou diálogos interculturais entre eles. Tal atitude, que hoje pode ser nomeada de *mit* (multi, inter e trans) disciplinar possibilitou a construção de um singular ambiente criativo, que inibiu guetos culturais e conectou a Bahia com o país e com o mundo. Diferente do universo nacional-popular, que predominava no país entre os setores culturais de esquerda, ou das afinidades cosmopolitas de vanguarda, por exemplo, das Bienais de São Paulo, na Bahia floresceu uma cultura que buscava diálogos entre global e local, universal e nacional, erudito e popular. A convivência nessa ambiência cultural singular pode elucidar o papel inaugurador e inovador dos baianos nos anos 1960 em marcantes movimentos renovadores da cultura brasileira, a exemplo do Cinema Novo e da Tropicália.

A constituição desse horizonte criativo demandou o acionamento de muitos artistas e intelectuais estrangeiros e brasileiros. Nomes como Hans Koellreutter, Yanka Rudzka, Agostinho da Silva, Ernst Widmer, Pierre Verger, Smetak, Martin Gonçalves, Walter da Silveira, Hansen Bahia, Rolf Gelewski, Lina Bo Bardi, Jean Tricart, Gianni Rato, Adam Firnekes, Etienne Juillard, Eduardo Lourenço, dentre outros, fizeram parte ativa dessa aventura baiana.

Aquela Universidade da Bahia acolheu e deu régua e compasso a nomes expressivos da cultura brasileira como: Glauber Rocha, Gilberto Gil, Carlos Nelson Coutinho, Caetano Veloso, Sonia Coutinho, Othon Bastos, Ruben Valentim, Luiz Carlos Maciel, Tomzé, José Carlos Capinam, Muniz Sodré, Guido Araújo, João Ubaldo Ribeiro, Paulo Gil Soares, Geraldo Sarno, Juarez Paraíso, entre inúmeros outros impossíveis de serem listados neste curto espaço introdutório.

O livro trata desse rico instante da Universidade da Bahia, mas pretende ir além dele. Reivindicar a tradição da ousadia retém sentido profundo, apenas quando se busca tecer inovações, que sintonizem a UFBA com a contemporaneidade. A proposição, desenhada no livro, de elaboração de uma pioneira política cultural para a universidade só ganha significado em uma interlocução que retome o passado inspirador, estimule potencialidades do presente e anteveja um futuro promissor. A construção coletiva da política cultural da UFBA deve mobilizar comunidades culturais da universidade e extra universitárias. Ela busca articular e potencializar a atuação

da instituição no campo cultural, hoje dispersa em diversas iniciativas, que pouco dialogam. Assim, a UFBA pode honrar a ousadia da invenção, retomando o protagonismo cultural (local, nacional e internacional), que faz parte dos melhores momentos de seus 70 anos de história.

Por fim, cabe anotar um dado alvissareiro em torno do livro. Seus outros autores eram pesquisadores de iniciação científica à época da escritura do livro. Hoje todos eles são doutores e exercem a função de professores universitários, sendo três em universidades federais: UFBA e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Demonstração nítida do acerto das políticas brasileiras de Ciência e Tecnologia e de Educação, que viabilizaram a formação qualificada de pessoal e a expansão das universidades públicas federais, agora sob graves e insensatas ameaças em decorrência das atitudes hostis do ilegítimo e tacanho governo interino.

A large, light gray number '70' is positioned on the left side of the page. To its right is a circular emblem containing a stylized plant with three leaves. The text is centered over the emblem.

Itinerários da universidade no Brasil

Rita de Cássia Aragão

Industrialização incipiente, movimentos civis e militares insurgindo-se contra a ordem social vigente, irreverência no coração da intelectualidade que implode em movimentos como o da Semana de Arte Moderna em São Paulo, Cangaço, fundação do primeiro partido comunista brasileiro. É em meio a este turbilhão de acontecimentos que intelectuais dispostos a fundar as primeiras universidades brasileiras ensaiam dar início a uma difícil jornada.

A história do Brasil, até então, não inspirava otimismo com relação à fundação destas instituições, ao contrário, os efeitos do passado colonial e a dependência econômica em relação ao exterior, a escassez de recursos – materiais, humanos ou financeiros –, criaram dificuldades ao avanço político, econômico, sociocultural e, portanto, ao desenvolvimento de um projeto universitário.

As resistências nasceram desde o período colonial, quando Portugal recusava-se a conceder a autorização para o funcionamento de uma universidade brasileira. Assim é que Pedro I e Pedro II, ao longo do século XIX, mantiveram resistências quanto à expansão do ensino superior no Brasil, uma vez que a universidade era

considerada pelos portugueses um ambiente fértil para a “fermentação de idéias liberarais ou sociologizantes vindas da Europa”.¹

Apesar das limitações impostas pela Corte, as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, organizadas enquanto “escolas”, “faculdades”, “seminários” ou mesmo com o nome de “universidades”, são inauguradas antes da República e nascem, sobretudo, de necessidades militares, quando foram criados, por exemplo, os cursos de medicina, e ainda atender aos interesses da igreja como requisito para a carreira sacerdotal.

Vale ressaltar que o título de universidade estava longe de traduzir a incorporação de pesquisas científicas, a produção estético-cultural, a organização de órgãos integrados no interior da instituição e muito menos o aprofundamento de uma reflexão sobre os problemas inerentes à realidade brasileira e mundial, portanto era ainda remota a consolidação de um projeto verdadeiramente universitário para o país.

A trajetória do ensino superior começa na Bahia, onde eram ministrados cursos para a carreira eclesial, além de estudos de direito e medicina, os quais eram finalizados na Europa, onde estas instituições já contavam com uma estrutura muito mais desenvolvida, acompanhando o processo de modernização que avançava em países como a Inglaterra e a França.

Enquanto que na América do Norte crescia a industrialização e multiplicava-se rapidamente o número de universidades, visando desenvolver de modo particular a pesquisa técnico-científica, requisito para a modernização, em países como o Brasil a industrialização era lenta e o que se observa é uma tentativa de imitação do modelo de universidades europeias que, efetivamente, não se realizou.

O Brasil chega à Independência sem contar com nenhuma universidade e, mesmo no período da Proclamação da República, contava-se apenas com cinco faculdades, sendo duas de medicina – Bahia e Rio de Janeiro – duas de direito – Recife e São Paulo – e uma Escola Politécnica, também no Rio de Janeiro.

O Estado mantém-se alheio a qualquer política educacional efetiva até o final de 1920 e, somente no governo Vargas, seria criado o

¹ MATOS, P. L. C. L. de. Quadro histórico da política de supervisão e controle do governo sobre as unidades federais autárquicas. *Ciência e Cultura*, São Bernardo do Campo, v. 7, n. 37, p. 16, jul. 1985.

primeiro Ministério de Educação e Saúde. A criação daquele ministério, em 1930, impulsiona as mudanças na educação com a estruturação das primeiras universidades em território nacional. O Plano Nacional de Educação propõe que seja realizada a supervisão do ensino em todos os níveis e a regulamentação dos investimentos na rede oficial de ensino. Já no ano seguinte, o governo determinaria a organização do ensino superior em universidades pela incorporação de pelo menos três escolas superiores: direito, medicina e engenharia ou as faculdades de educação, letras e ciências. Começava a se configurar uma preocupação dos segmentos políticos quanto à importância do sistema educacional no contexto em que ocorriam grandes mudanças no interior da sociedade, quando a Revolução de 1930 precipitou aspirações das camadas médias urbanas que reivindicavam, entre outros direitos, a ampliação do sistema educacional em todos os níveis, incluindo-se aí a esfera universitária.

A resposta a algumas das reivindicações veio com o projeto de criação das primeiras universidades brasileiras. Surgiria assim, ainda que apenas formalmente, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), primeira universidade oficial do Brasil. Sua origem dá-se a partir da junção da Escola Politécnica, Faculdade de Direito e de Medicina da então capital da República. Cerca de quatro anos depois de formalmente instituída, Anísio Teixeira passa a coordenar a Universidade. Seu objetivo é organizar efetivamente aquela instituição que até ali existia apenas burocraticamente.

No entanto, em 1937, o governo federal extingue a Universidade do Rio de Janeiro, determinando a absorção de seus cursos por unidades correspondentes da Universidade do Brasil, imposta como resposta do Estado à tentativa de autonomia do ensino universitário. Neste processo de incorporação, desestrutura-se a única experiência verdadeiramente universitária que então começava a se instaurar. A URJ era a única que detinha um projeto efetivamente consistente para a implementação de uma universidade em todo o país. Ribeiro destaca que Anísio Teixeira, além de revolucionar o ensino público do Rio de Janeiro, “criou nossa primeira universidade digna desse nome [...] Isso ocorreu naqueles anos de clarividência que o

Brasil viveu no começo da década de trinta, dinamizada pelo sopro renovador da revolução”².

No entanto, se a organização daquela universidade nasceu com o dinamismo propiciado pela Revolução de 1930, a reação conservadora subsequente que se instaura a partir dos desdobramentos do Estado Novo, a partir de 1937, termina por comprometer aquele projeto.

Com isto, há uma reviravolta no país que desemboca numa violenta repressão e que atinge artistas, políticos e intelectuais como Anísio Teixeira. O resultado disto é o exílio de Anísio e a desestruturação da Universidade. Do mesmo modo, professores como Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Roquette Pinto e tantos outros, foram expulsos e Anísio não pôde sequer desembarcar os professores franceses então convidados para lecionar naquele centro.

A tragédia que se abateu sobre o país impossibilitou que o educador baiano desse continuidade ao seu projeto educacional e implementasse seus planos educacionais para o ensino primário que planejava a edificação de pelo menos 74 grandes escolas, além de desarticular a Biblioteca Central de Educação, o Instituto de Pesquisas e o Instituto de Educação que Teixeira havia implantado com o objetivo de formar o magistério, tanto em nível primário, quanto superior.

Estilhaçada qualquer tentativa de organização consequente da esfera educacional, o que passa a predominar no sistema de organização das instituições de ensino superior naquele momento é a improvisação. Assim é que o ajuntamento de três ou mais faculdades podia legalmente ser denominado de universidade. Nestes termos são inauguradas as Universidades de Minas Gerais e de São Paulo (USP). A USP buscou superar os limites resultantes de uma forma de organização das instituições de ensino superior cujo modelo predominante era o ajuntamento de faculdades, onde as unidades permaneciam sem qualquer integração concreta. Vale lembrar que a Universidade do Paraná, criada em 1912, só veio a ser reconhecida em 1946.

Se as crises inauguradas na década de 1930, a ascensão do nazifascismo na Europa, os desdobramentos do antagonismo

² RIBEIRO, D. Dr. Anísio. In: RIBEIRO, D. *Carta: falas, reflexões, memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995b. n. 1/14, p. 33-34.

capitalismo versus comunismo por um lado impulsionaram as mudanças, por outro levaram à institucionalização da repressão, da vigília sobre a universidade que ensaiava dar seus primeiros passos; contudo isto não impediu que se iniciasse uma reflexão acerca do que se poderia chamar de uma problemática da “cultura brasileira”, que se torna mais nítida neste período.

Carlos Guilherme Mota destaca que “não foi por acaso que três obras das mais significativas sobre o Brasil foram publicadas nos anos 30: Casa-Grande e Senzala, de Gilberto Freyre (1933), Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Júnior (1933), e Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda (1936)”.³ Segundo Mota, embora esta revolução no pensamento não tenha sido suficiente para romper com as formas de organização social, abalou os modos de interpretar a realidade brasileira, os quais já vinham sendo desestruturados pela intelectualidade que se destacara na Semana de Arte Moderna.

Uma nova visão de Brasil começava então a romper com a retórica bacharelesca, com uma visão de cultura fechada no elitismo e estagnação, traço marcante das obras que repousavam nas estantes das academias. Certamente que subjacente a esta nova maneira de interpretar o país está um amplo movimento social que transforma a estrutura da sociedade brasileira. Tal como destaca Octávio Ianni,⁴ os movimentos culturais e as forças sociais parecem finalmente colocar o Brasil na trajetória do século XX.

Ademais, é evidente que:

A virada do primeiro pós-guerra foi internacional e fez brechas em todos os sistemas culturais que mostravam indícios de saturação. No Brasil, a área em que o conflito provincial/cidadino se fazia sentir com mais agudeza era São Paulo. Aqui a ruptura foi possível porque só aqui o processo social e econômico gerava uma sede de contemporaneidade junto à

³ MOTA, C. G. A cultura brasileira como problema histórico. *Revista da Universidade de São Paulo*, n. 3, p. 8, dez. 1986.

⁴ IANNI, O. Independência ou morte In: IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 24

qual o resto da Nação parecia ainda uma vasta província de Parnaso.⁵

Alfredo Bosi insiste na análise de que:

No interior de uma Nação apenas juridicamente unificada, fora-se articulando, desde a segunda metade do século XIX, um subsistema inclusivo. Para tanto, não bastou que aparecessem os talentos modernistas. Era necessário que esses talentos se movessem no solo sólido de uma cidade moderna, capital do Estado mais ‘desenvolvido’ do Brasil. Então as imagens novas da indústria, da máquina, da metrópole, do burguês, do proletário eimigrante, e, sinal de relevo, do intelectual sofrido e irônico, puderam surgir [...].⁶

Mota propõe uma periodização para tentar dar conta daqueles

momentos críticos em que a temática da produção cultural veio à tona com maior intensidade, discutindo e propondo a questão da ‘Cultura Brasileira’. O primeiro momento circunscrever-se-ia já na década de 1930, onde se destacam as obras de Freyre, Fernando de Azevedo e Sérgio Buarque de Holanda, “correspondentes à era de ‘redescobrimento’ do Brasil; momento das interpretações dos ‘grandes intelectuais’ [...] Tratava-se de articular os elementos sócio-culturais que dariam sustentação à idéia ‘Nação’ brasileira.⁷

O segundo momento, ainda na visão do autor, consolidar-se-ia no fim do Estado Novo, que dura de 1935 até 1945, onde teriam destaque duas tendências fundamentais – aquela onde predominava o ideal aristocrático de cultura, voltando o seu olhar para o passado, e uma outra, que direcionava seu olhar para o futuro, marcada pelo pensamento radical da classe média. Ressalte-se que “alguns frutos

⁵ BOSI, A. *Céu e inferno*: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Ática, 1988. p. 114.

⁶ BOSI, 1988, p. 114.

⁷ MOTA, 1986, p. 20.

do labor desta tendência se manifestarão através dos quadros universitários, num processo de institucionalização do saber”.⁸ Cumpre destacar que são os antigos catedráticos os principais expoentes que encarnam os ideais do pensamento tradicional que ainda predominavam no modo de ver a cultura, enquanto isto, uma nova geração de intelectuais começa a florescer no interior de algumas universidades brasileiras.

O desenvolvimento das instituições universitárias continuou lento. Na década de 1940, havia no país menos de 30 mil estudantes matriculados em escolas superiores. Contudo, durante a década de 1950 o Brasil amplia o alcance da universidade e passa a absorver quase 50 mil estudantes em seus quadros.⁹

Obviamente que o atraso que então marcava as instituições de ensino superior não pode ser desvinculado da precariedade de todo o sistema educacional, do atraso político-econômico, dos limites, enfim, impostos ao processo de modernização, o que, obviamente, resultava na precariedade da formação de uma força de trabalho mais qualificada para enfrentar os problemas advindos do desenvolvimento e de uma intelectualidade crítica capaz de refletir e propor alternativas frente aos problemas socioculturais, políticos e econômicos emergentes.

Naquele cenário, prevalecia uma estrutura em que as faculdades e escolas superiores sofriam profundas influências dos modelos estrangeiros, no entanto, conformavam-se em espaços isolados entre si e do resto da sociedade. As faculdades e escolas superiores então existentes no Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Recife, dentre outras, caracterizavam-se, em boa medida, por uma postura aristocrática e sem qualquer integração, isto é, completamente isoladas entre si.

Apesar dos problemas enfrentados pela universidade brasileira, houve mudanças em suas estruturas, precipitadas especialmente pelas inovações que proporcionaram a unificação de diversas escolas aos conjuntos antes fragmentados e, sobretudo, na forma de pressão do movimento estudantil, fermentado ainda mais com a inauguração da União Nacional dos Estudantes (UNE), gestada no

⁸ MOTA, 1988, p. 20.

⁹ MOTA, 1988, p. 20.

final dos anos 1930 e inaugurada em 1938, e do corpo docente, que começava a aglutinar uma intelectualidade jovem e disposta a pensar sobre o Brasil, a interferir no processo para a renovação das instituições de nível superior e da educação como um todo.

A importante experiência desenvolvida na Universidade do Rio de Janeiro, na década de 1930, e estancada pela Ditadura, em 1937, e o projeto da Universidade de São Paulo são exemplos concretos destas mudanças. Contudo, em boa medida, estes esforços não chegaram a alterar, de fato, em um primeiro momento, a estrutura organizacional universitária. Apesar disto, é preciso analisá-los enquanto experiências fundamentais, ainda que efêmeras, como foi o caso da Universidade do Rio de Janeiro, para o aprofundamento de uma reflexão que ajudou a inspirar novas concepções, novos projetos universitários em outros contextos.

Ao discutir estas mudanças, Darcy Ribeiro¹⁰ destaca a necessidade de não se perder de vista os diversos movimentos de renovação que sacudiram as universidades em toda a América Latina nas primeiras décadas deste século, destacando-se a reforma iniciada pela Universidade de Córdoba, em 1918, resultante da luta de professores e estudantes para modificar a vida acadêmica. Para Ribeiro, o ideário da reforma correspondia ao momento histórico em que esta se deu, bem como ao contexto latino americano cujas elites intelectuais começavam a se conscientizar do caráter atrasado em relação a outras nações e da responsabilidade social da universidade, a qual passava a exigir maior modernização, democracia, eficiência e atuação com relação à sociedade.

Os momentos de crise levaram ao aprofundamento das críticas em torno dos sérios problemas enfrentados por tais instituições e procuraram-se alternativas a fim de modificá-las. Dentre as propostas suscitadas por este amplo movimento que crescia também nas instituições brasileiras de ensino superior, destacaram-se: a criação de possibilidades para capacitar altos quadros culturais no país; desenvolver na universidade a reflexão sobre problemas no campo educacional a fim de atender às escolas de nível médio e outros níveis, através da formação de quadros docentes e especialistas, além de desenvolver pesquisas voltadas para problemas relativos à

¹⁰ RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

educação. Procurou-se ainda criar órgãos que facilitassem a integração dos setores universitários com o objetivo de ultrapassar o isolamento de escolas autárquicas, além de fortalecer a prática da pesquisa tanto científica quanto tecnológica.

Vale lembrar que no bojo destas mudanças, segundo a perspectiva crítica, ou melhor, contundente, de Darcy Ribeiro,

a primeira forma de institucionalização da ciência nas universidades latino-americanas foi a criação de institutos catedráticos, rapidamente multiplicados como carbonos dos modelos alemães e franceses, mais para professores prestigiosos com possibilidade de imporem-se a suas universidades e de engalanar suas cátedras, do que para aqueles verdadeiramente em condições de realizar pesquisas.¹¹

21



Todo o sistema de ensino superior no Brasil sofreu uma forte influência estrangeira, particularmente francesa, mas a tentativa de implantar no país um modelo de ensino superior, semelhante ao alemão, que unisse o ensino à pesquisa, não vingou em decorrência “da falta de um contexto universitário amplo, do caráter político dado ao ensino superior e a falta de parque industrial adequado para absorver e desenvolver os produtos da pesquisa”.¹²

Em um primeiro momento, as pesquisas científicas desenvolvidas no país surgem fora das universidades. São exemplos a criação dos Institutos Bacteriológico e Butantan, no final do século passado, além dos trabalhos na Bahia de Wucherer e Nina Rodrigues nos anos de 1866 e 1891. É importante destacar que a pesquisa no interior das instituições universitárias brasileiras se inicia no ocaso da década de 1920, de modo particular na Escola de Engenharia, em Porto Alegre. Além disto,

no final da década de 30, dois fatos importantes começaram a deslocar a pesquisa para a universidade – a emergência de forte grupo da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, e a

¹¹ RIBEIRO, 1978, p. 126.

¹² LEMLE, A. A questão da pesquisa nos hospitais universitários. *Ciência e Cultura*, São Bernardo do Campo, v. 41, n. 4, abr. 1989.

criação da Universidade de São Paulo [...] Na mesma época, surge também a Escola Paulista de Medicina, com ideologia investigacional semelhante à da USP, e destinada a atender à deficiência de vagas da Faculdade de Medicina da USP.¹³

Não obstante algumas tentativas isoladas de determinadas organizações, é evidente que durante as primeiras décadas do século XX a pesquisa no Brasil estava longe de ser uma prática institucionalizada. Ao contrário, esta atividade será realizada por solitários e obstinados estudiosos.

22
*

Vale ressaltar ainda que a forte influência dos estudos estrangeiros foi determinante também no campo das humanidades e, não raro, alguns autores acusam diversos trabalhos de serem verdadeiras cópias do que se investigava na Europa e Estados Unidos. Florestan Fernandes ilustra de modo consistente este processo do que se poderia chamar de “transplante cultural”, ao propor que o desenvolvimento da etnologia no Brasil se dá, principalmente, por intermédio de obras e publicações de pesquisadores estrangeiros e ainda que no Brasil o desenvolvimento da sociedade foi “insuficiente para criar as condições indispensáveis à formação de conhecimentos racionais autônomos, capazes de evoluir enquanto setor especializado no interior das atividades intelectuais”.¹⁴

Do mesmo modo, Roberto Schwarz,¹⁵

teceu uma série de considerações sobre conceitos e teorias que, da Europa, teriam viajado para o Brasil; neste se instalaram, mas, não sendo adequados, se apresentariam como idéias fora do lugar que orientam desastrosamente intelectuais e políticos em suas atividades e interpretações

Subjacente às diversas propostas de mudança que nascem junto com as primeiras universidades brasileiras nos anos 1930, e ganham

¹³ LEMLE, 1989, p. 334.

¹⁴ QUEIRÓS, M. I. P. de. Desenvolvimento das ciências sociais na América Latina e contribuição européia: o caso brasileiro. *Ciência e Cultura*, São Bernardo do Campo, n. 4, v. 41, p. 379, abr. 1989.

¹⁵ Apud, QUEIRÓS, 1989, loc. cit.

força de modo particular ao longo dos anos 1940 e 1950, crescem as críticas à chamada antiga universidade, que consistiam na sua ênfase na difusão de conhecimentos e técnicas elaborados fora do país e quase sempre dissociados da realidade local; imobilismo com respeito aos problemas e grandes temas nacionais, fechando-se em si mesmas e não interagindo com a cultura, o meio social onde se situavam. As críticas tinham ainda como alvo a postura elitista das instituições universitárias, as quais mantinham em seus quadros, tanto de docentes quanto de estudantes, um número extremamente restrito.

Estas críticas sustentavam-se na evidência de que havia a assimilação de valores, de um processo de modernização dissociado da realidade brasileira e pouco compreendido, cabendo às universidades, em última instância, o papel de tradutoras da modernidade europeia, não de centros para a reflexão da cultura universal e da realidade em que se inseriam e, de modo particular, centros de produção de uma cultura específica. Além de servirem como tradutoras, o principal papel desempenhado pelas instituições de nível superior no Brasil naquele contexto limitava-se, em boa medida, a preparar as elites para os altos cargos executivos e burocráticos, da administração e economia, além de reforçarem a “cultura letrada”.

Certamente não é possível desvincular tais problemas do modo de organização político e econômico, no qual grande parte da produção, tanto material quanto simbólica, ao invés de contribuir para a modernização e independência do país, aprofundavam a subordinação político-econômica. Deste modo, embora seja notória a expansão das instituições educacionais, não se observa o desenvolvimento sociocultural das diversas regiões brasileiras, ao contrário, a maioria da população continuava alijada das conquistas sociais.

O grande número de migrantes já no início do século é um sintoma claro desta situação. Ao analisar este fenômeno na Bahia desde a década de 1930, Novaes afirma que:

Depois das restrições à imigração estrangeira, em 1934, ‘dezenas e centenas’ de trabalhadores rurais deixaram a Bahia, diariamente, em direção à região Sul. Calculou-se que, em 1936, cerca de 20% dos trabalhadores rurais da região do São Francisco migraram para São Paulo. No período de 1934 a 1937, a drenagem de mão-de-obra da Bahia em direção às

plantações cafeeiras excede muito aquela ocorrida em 1919-20, quando São Paulo absorveu cerca de 300 mil trabalhadores rurais baianos. Salvador, Pirapora, no Rio São Francisco, e Montes Claros, na interseção de estradas de ferro ligando Minas à Bahia, eram os principais pontos de embarque de carga humana.¹⁶

Aprofundavam-se os graves problemas sociais e tornava-se cada vez mais patente que sem um projeto de desenvolvimento nacional em todos os níveis a universidade continuaria a se manter distanciada da grave situação em que estava mergulhado o país, permanecendo um espaço de caráter conservador. Ou seja, o papel reivindicado para a instituição universitária pela nova intelectualidade, de centro autônomo para o debate e a crítica da sociedade, para a criação de cultura, que se amplia de modo significativo ao longo da década de 1940 e 1950, estava ainda por realizar-se.

Paulo Duarte reforça a tese de que ao longo das primeiras décadas deste século ampliou-se a ideia de que era necessário deixar para trás “o acanhamento brasileiro que existiu sempre na nossa cultura, com raras exceções”,¹⁷ e, para isso, era preciso proceder a uma reforma profunda em todo o sistema de ensino, do curso primário ao universitário, no entanto não parecia pertinente aos intelectuais imbuídos desta ideia, a exemplo de Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita e o próprio Duarte, iniciar as mudanças pelo nível primário até chegar até as universidades, mas tornar a universidade um centro de formação que repercutiria em todos os níveis educacionais, formando desde o professor que lecionaria na escola secundária, passando pelos intelectuais que aprofundariam no país o estudo das humanidades, até os profissionais formados nos institutos técnico-científicos, a exemplo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em São Paulo, fundado ainda na década de 1930.

Não se deve perder de vista que as propostas discutidas e mesmo implementadas em algumas das universidades configuram-se

¹⁶ SAMPAIO, C. N. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia: Assessoria de Comunicação Social, 1992. p. 51-52.

¹⁷ DUARTE, P. A criação da USP segundo Paulo Duarte. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 13. n. 3, jul./ago. 1984.

numa sociedade nacional emergente, onde intensificava-se o desenvolvimento industrial e a complexificação de sua realidade. O processo de modernização acelerava-se e caracterizou-se pelas transformações que alteraram profundamente toda a estrutura social. A integração nacional das economias em bases capitalistas conduziu as mudanças na esfera econômica e a distribuição de renda das novas camadas sociais que se formavam, não obstante a concentração da riqueza e do poder de decisão permanecerem nas mãos de grupos minoritários. A população aumentava, surgiam novas cidades, ampliando-se o circuito urbano, dando origem às grandes metrópoles.

Não é por acaso, portanto, que as mudanças no cenário da educação superior no Brasil se precipitem ao longo destes anos, especialmente após a derrota do Estado Novo. Com efeito, as universidades brasileiras conhecerão algumas das transformações fundamentais em sua organização no intervalo do projeto modernizante que se reinicia com o governo de Dutra, passando pelo retorno de Getúlio Vargas, até a febre da ideologia modernizante de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, chegando até João Goulart, já na década de 1960.

Em meio a tais transformações, as verbas destinadas à educação foram elevadas e esta começou a atender a um maior contingente de estudantes, embora ainda muito longe de atender às demandas da sociedade. A título de ilustração, vale observar a evolução das matrículas no ensino superior brasileiro de 1929 até 1960: em 1929 foram contabilizados 13.239 estudantes; em 1935, 27.501; em 1940 são 27.671, passando, em 1950, para 48.999 e, finalmente, em 1960, são contabilizadas 940.000 matrículas.¹⁸

Observa-se, enfim, a “fermentação” das transformações, acelerada desde a Revolução de 1930, impulsionando a ampliação, ainda que lenta, do sistema universitário.

Todo esse processo contribuiu para o enfraquecimento das antigas estruturas educacionais, enquanto que no interior da intelectualidade começavam a se delinear novos projetos pedagógicos que visavam redefinir a universidade, contemplando as necessidades

¹⁸ REIS FILHO, C. dos. Reforma universitária e ciclo básico: modelo viável. In: GARCIA, W. (Org.) *Educação brasileira contemporânea*. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1980.

próprias da realidade brasileira e repensando os modelos importados com vistas às reformas educacionais.

Foram ampliadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, e tal expansão demonstrava que era necessário responder às reivindicações das novas camadas sociais, especialmente no que dizia respeito ao aumento da oferta de docentes para o ensino secundário que se encontrava em processo de larga expansão.

Os cursos foram organizados precariamente, a partir das possibilidades de cada uma das escolas. Foram convocados profissionais estabelecidos em cada uma das cidades/regiões ou, na medida do possível, contratando-se quadros originários de outros estados ou países.

Com a implantação destas instituições, ganham força as principais reivindicações dos movimentos deflagrados cujos principais objetivos eram garantir o acesso livre à educação, inclusive a superior; introduzir a pesquisa científica e tecnológica, sendo esta associada regularmente ao ensino; garantir a representação e participação de estudantes na administração e política universitárias; incentivar a produção de saber original; vincular a dinâmica da universidade com os “problemas do povo” e “necessidades nacionais”, além de encampar uma profunda renovação institucional para acelerar as mudanças, dentre outros.

Ao longo deste processo que se inicia de modo particular com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, as universidades gestadas no país começam a incorporar uma reflexão com vistas aos problemas da realidade brasileira, tornando-se fundamental desenvolver um projeto educacional que responda de modo mais eficaz aos novos desafios emergentes.

A precessão de um modelo

A Universidade de São Paulo foi inaugurada em 1934 e nela repete-se o mesmo equívoco já experimentado no Rio de Janeiro, na medida em que, apesar dos ideais, a incorporação das escolas de formação de profissionais liberais não foi suficiente para alterar a estrutura tradicional de todas as escolas já existentes, resultando mais uma vez em ajuntamentos, conglomerados de escolas que na prática continuavam atomizadas.

Uma das metas mais ambiciosas do projeto paulista era fazer com que todos os estudantes universitários passassem por um órgão integrador antes de seguirem os cursos específicos, além de selecionar, preparar e manter quadros de intelectuais que permaneceriam na instituição formando novos cientistas. Além disso, pretendia-se direcionar outro grupo, mais amplo, para a docência nas escolas secundárias.

Entretanto, a proposta de integração, um dos principais pilares do projeto, teve de ser abandonada. A resistência a essa proposta resultou da discordância de faculdades insatisfeitas com a possibilidade de deixar nas mãos de faculdades “sem tradição” parte da formação dos seus alunos. Obviamente, essa oposição materializou-se nas escolas tradicionais: Politécnica, Direito e Medicina. Sobre isto, Floresstan Fernandes comenta:

A USP viveu esse drama em uma intensidade sem limite. As escolas superiores que deviam compor e compor-se no todo, possuíam prestígio e poder. A tradição estava com elas e o prestígio também [...] Não sendo possível fazer tábula rasa do passado – como fazê-lo com uma Faculdade de Direito, com uma Faculdade de Medicina, com uma Escola de Engenharia, com uma Faculdade de Farmácia e de Odontologia etc., que comandavam a sabotagem da nova experiência?¹⁹

Em meio a um cenário de dificuldades, o projeto inicial desmoronou e reduziu-se à criação de mais uma faculdade profissional cindida entre os objetivos de formar um quadro amplo de professores para atuar em nível secundário e preparar cientistas e intelectuais. O maior problema resultante disso foi a ambiguidade, a não efetivação satisfatória de quaisquer dos dois objetivos.

É importante notar que, enquanto na América Latina acelerava-se um movimento intenso pela reforma universitária, originário do interior daquelas instituições, na Universidade de São Paulo ocorre um movimento em sentido contrário, a ação volta-se contra a tentativa de organização de uma experiência universitária consistente,

¹⁹ FERNANDES, F. USP: passado e presente. *Ciência e Cultura*, São Bernardo do Campo, n. 4, v. 41, p. 104, abr. 1989.

materializada de modo inequívoco no combate à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Algumas questões imprescindíveis para o aperfeiçoamento do ensino universitário brasileiro foram largamente discutidas pelos fundadores da USP durante todo o processo de estruturação daquela universidade. Estas questões rebatiam no papel a ser desempenhado pela instituição frente à complexa sociedade brasileira e nascem no instante em que começam a despontar os movimentos pela autonomia e reforma da universidade cujo principal objetivo era apontar o caminho a ser seguido, qual seria sua dinâmica no processo histórico em andamento.

28
*

Neste contexto, a universidade vislumbrada pelos segmentos críticos cujos precursores são, dentre outros, intelectuais como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, tinha por obrigação desenvolver um papel de liderança na vida cultural da sociedade, desenvolvendo a pesquisa científica e tecnológica, integrando-se ao aprimoramento do ensino, propiciando a autonomia intelectual, associando-se a uma busca de resolução dos grandes problemas do país, fomentando as expressões artísticas.

Para Florestan Fernandes,

a universidade representava um meio de concentrar os talentos e uma forma institucional de fornecer às elites econômicas e políticas alternativas práticas de preparação de pessoal de alta qualidade intelectual, quadros de profissionais liberais e administrativos, pessoal docente de diversos níveis, meios refinados de renovação [...] é à luz desta perspectiva que se deve entender as razões dos fundadores da USP e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ou dos fundadores da Escola Livre de Sociologia e Política.²⁰

A derrota militar imposta a São Paulo, em 1932, evidenciava

que os estratos modernos das classes dominantes se viam paralisados e submetidos por uma estrutura de poder nacional na qual prevalecia a demora cultural (o horizonte cultural

²⁰ FERNANDES, 1989, p. 107.

médio das elites das classes dominantes devia ser rompido a partir do estado que possuía maiores oportunidades de crescimento econômico, cultural e político). A renovação dos conteúdos intelectuais, do horizonte cultural exigia, por sua vez, uma ampliação quantitativa e qualitativa, que envolvia a cristalização a longo prazo da universidade e teria de acarretar certas modificações na circulação das elites, retirando-as do seu confinamento tradicional ao mundo da gente de prole e das famílias de nome (ricas relativamente empobrecidas).²¹

No entanto, as modificações estruturais da universidade não se concretizaram. O resultado da oposição exercida pelas antigas escolas foi a interação da universidade com a sociedade apenas a nível de atender em boa medida à demanda dos interesses dos estratos médios e alto, das elites política, cultural e científica, formando os novos burocratas e dirigentes, mantendo-se os privilégios dos antigos catedráticos, o despotismo, a cátedra vitalícia, dentre outros privilégios.

Não obstante os grandes obstáculos enfrentados para que este projeto universitário fosse efetivamente posto em prática, o papel desempenhado pela Universidade de São Paulo foi importante no sentido de dar um passo a mais no desenvolvimento do ensino universitário no país. A USP começava a reunir, especialmente desde os anos 1930, mas particularmente nas décadas de 1940 e 1950, um formidável elenco de intelectuais brasileiros e estrangeiros, a exemplo de Roger Bastide, Emílio Willems, Lévi-Strauss, Florestan Fernandes, Fernand Braudel, Jean Gagé, Antônio Cândido e muitos outros.

Os professores estrangeiros trouxeram uma nova mentalidade e a missão de ajudar a formar a primeira geração universitária brasileira de professores e pesquisadores. Vieram a convite de intelectuais brasileiros como Paulo Duarte e Júlio de Mesquita. Muitos, incentivados por professores de seus países de origem, aceitaram o desafio. Foram diversos os contextos que levaram estes estrangeiros a virem para o Brasil. George Dumas, professor da Sorbonne, já havia estado em São Paulo para montar o Liceu Pasteur e manteve diversos contatos na Europa, auxiliando assim na escolha dos professores visitantes. Lévi-Strauss foi indicado por Paul Rivet. Paulo

²¹ FERNANDES, 1989, p. 107.

Duarte, Júlio de Mesquita Filho e Teodoro Ramos mantiveram diversos contatos, convidando intelectuais como Roger Bastide e Rheinboldt. Alguns destes intelectuais fixaram definitivamente residência no Brasil, quer por vontade própria, quer pela feroz perseguição política que recrudesceu na Europa daqueles dias. Outros, no entanto, retornaram.

Durante o período em que permaneceram no país, os docentes estrangeiros desenvolveram pesquisas de grande importância que cobriam desde o campo sociológico, como foi o caso de Bastide, passando pela antropologia de Lévi-Strauss, até os estudos nas áreas de biologia e química, onde se destacaram, dentre outros, os alemães Rheinboldt e Rawitscher.

Apesar destes intelectuais terem desenvolvido importantes trabalhos, contribuindo assim para a inauguração efetiva da universidade no Brasil, não faltaram episódios iníquos. Alguns, como Lévi-Strauss, foram combatidos por professores reacionários por serem considerados de esquerda. Neste episódio, não faltou a participação da Igreja Católica, que insistia em combater disciplinas como sociologia e defender a filosofia escolástica.

Inaugurava-se ali a sociologia crítica no Brasil, que se propunha a uma reflexão sobre a realidade social, embora aquele mundo acadêmico ainda estivesse distanciado da realidade do próprio estado de São Paulo, restrito a uma minoria da elite cujas classes eram formadas por não mais do que 10 ou 12 estudantes.

Quando a USP foi criada em 1934 no estado de São Paulo, havia ali quatro centros de ensino e pesquisa que, segundo Miguel Reali, já eram bem dotados de lastro cultural, as Faculdades de Direito, de Medicina e as Escolas Politécnica e Agrícola. Reali afirma que a nova universidade

surgia sob bons auspícios ao se reconhecer a valia das estruturas já existentes, integrando-as numa unidade complexa, onde, ao invés de uma Faculdade de Educação, tal como prevista no modelo federal, se lançava a idéia de uma 'Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras', com a tríplice função de servir como ponto de referência para todos os ramos do saber; de atuar como sede permanente de pesquisa nos diferentes

campos de suas especialidades; e last, but not least, como centro de formação dos quadros docentes do curso secundário.²²

Cumprir insistir que o projeto da USP tinha como proposta fundamental a colocação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como responsável pelos cursos básicos para os alunos de todas as escolas superiores profissionais agregadas à universidade, contudo a força das velhas estruturas erigidas pelas antigas escolas superiores foi suficiente para inviabilizar o projeto inicial.

A própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras profissionalizou-se, atendendo muito mais ao novo mercado de trabalho intelectual que se ampliava em termos do ensino secundário e superior. Apesar de o projeto inicial não ter efetivamente realizado o objetivo de integração, Reali destaca o sentido novo que aí emergia no que se refere a um trabalho em equipe, e um relacionamento mais aberto entre mestres e discípulos, a dedicação à pesquisa que possibilitou a renovação no processo cultural. Também nesta época havia a preocupação de que a universidade criasse canais de diálogo, expressando assim novas concepções, novas visões acerca dos problemas nacionais. Com isto, cria-se a *Revista da Universidade*, embora esta não tenha ultrapassado o primeiro número, bem como passam a ser promovidas conferências, exposições artísticas e literárias.

Oswaldo Elias Xidieh destaca que a partir da década de 1940 intensificam-se os estudos sobre a questão do folclore, buscando aclarar a sua importância enquanto fenômeno social, sua relação com respeito à realidade social. Algumas publicações dão impulso aos trabalhos desenvolvidos, a exemplo da *Revista de Sociologia*, *Revista do Arquivo Municipal* e o jornal *O Estado de São Paulo*, *Revista Anhembi* e os *Boletins de Sociologia da Fafi*.²³

A geração que germina a partir daí inclui nomes como Antônio Cândido, Maria Izaura P. de Queirós e a figura de Florestan Fernandes cuja presença na USP foi marcada por um intenso trabalho intelectual e pela participação em defesa do ensino público, da

²² REALI, M. Recordações da Universidade de São Paulo. *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 3, p. 92, dez. 1986.

²³ XIDIEH, O. E. O folclore em questão. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante, ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

democratização do acesso à universidade, insurgendo-se contra as injustiças enraizadas na sociedade brasileira.

Ao discutir o cenário de redemocratização do país após a ditadura estado novista, onde se formou uma extraordinária geração de intelectuais brasileiros, Carlos Guilherme Mota considera que:

Cultura e política, nesse contexto, eram níveis que se entrecruzavam; enriquecia-se a noção de cultura, ampliando o sentido de engajamento, adensando-se e oferecendo novos conteúdos à temática da militância política do intelectual. Numa palavra, a partir da crise política e da necessidade de buscar-se novas fórmulas, repensava-se o processo cultural no país, surgindo algumas posições que merecem referência. A partir dessa conjuntura crítica, criou-se com nitidez um divisor de águas na história da cultura contemporânea no Brasil, em que a perspectivação política passa a estar presente nos diagnósticos sobre a vida cultural.²⁴

A luta em defesa do ensino público e gratuito ganhara fôlego com a Constituição Paulista de 1947. A Carta de São Paulo avançara mais do que a Constituição Federal de 1946 na instituição da gratuidade do ensino público. Enquanto que em nível nacional era garantido o ensino público e gratuito somente na esfera da escola primária, a Constituição paulista foi a única a estender este direito a todo o ensino público, do primário ao nível superior.

No final daquela década, foi enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Dutra o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional onde nomes como Anísio Teixeira defendiam a laicidade do ensino público, o que implicaria na menor participação da igreja neste setor. Reivindicava-se ainda a garantia do ensino primário a toda a população, prevendo-se também a redução progressiva das taxas cobradas até se chegar à gratuidade total das escolas oficiais, uma vez que, na época, cobrava-se uma taxa aos alunos universitários. O projeto propunha finalmente que ao nível do terceiro grau deveria haver um controle mais rigoroso do ensino privado.

²⁴ MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*: pontos de partida para uma revisão teórica. São Paulo: Ática, 1990. p. 137-138.

Em fins dos anos 1950, Florestan e outros intelectuais, além de diversos segmentos sociais, mobilizam-se para discutir as leis para a educação no Brasil. Naquele momento, a universidade procurou uma proximidade maior com a sociedade. Foram organizados encontros, palestras, seminários, iniciando-se um diálogo junto a trabalhadores, escolas, encontros nas cidades do interior do estado.

A campanha em defesa da escola pública que tinha ainda como líderes Maciel de Barros, Roque Spencer e outros, objetivava chamar a atenção da população para os problemas da educação e visava, segundo Barbara Freitag, exercer pressão sobre deputados e senadores, além do presidente da República, João Goulart, para a rejeição do substitutivo Lacerda, claramente a favor da privatização da educação.²⁵

Em sua luta em defesa do direito à educação, diversos intelectuais consideravam que a universidade deveria desempenhar dois papéis essenciais: o de democratizar-se, permitindo o acesso dos diversos segmentos ao ensino superior, e o de desenvolver a produção da ciência e da tecnologia, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento econômico e a modernização da sociedade.

Multiplicam-se neste cenário os centros de estudos universitários e de pesquisas. No final da década de 1940 é criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e organizado o Centro Brasileiro de Pesquisas, os quais objetivavam o fortalecimento e maior liberdade da organização científica no Brasil. Na década de 1950, por sua vez, é criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A Universidade de Brasília audácia de um recomeço

Em 1960, cientistas e intelectuais brasileiros reúnem-se tendo em mente um projeto ambicioso: a criação da Universidade de Brasília. Resgatava-se uma vez mais um plano ousado para construir uma instituição de excelência no país, inspirado em boa medida na concepção pioneira de Anísio Teixeira, quando este ainda estava à frente da Universidade do antigo Distrito Federal, no período de

²⁵ FREITAG, B. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986. p. 17.

1935 a 1937. Pretendia-se ainda retomar alguns dos ideais que haviam fracassado na Universidade de São Paulo.

Apesar destas poucas referências, parecia evidente que as instituições universitárias anteriores haviam sucumbido em seus propósitos de revolucionar o ensino superior brasileiro, apesar dos inegáveis avanços conquistados. Darcy Ribeiro, um dos principais idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), considera que, se por um lado no momento em que se concebe aquela instituição afligia olhar para trás e ver tantas tentativas fracassadas, por outro tal vazão servia como um estímulo, incitava todos aqueles que estavam envolvidos com aquele projeto, propiciava uma liberdade só experimentada por aquilo que ainda não existe. Para os intelectuais que apostavam na ousadia, ao contrário da URJ, a UnB não se iniciaria a partir de interesses exclusivamente políticos, não nasceria como um fantasma, apenas formalmente. Diferentemente da USP, não teria que enfrentar o arcaísmo das velhas escolas, o mofo de velhos livros, recheados de um estilo ornamental.

O planejamento da nova instituição foi entregue pelo presidente Juscelino Kubitschek a uma equipe que não tinha qualquer apego aos velhos preceitos acadêmicos e que pouco orgulho sentia das velhas escolas. Estava aberta a porta para que as universidades brasileiras fossem radicalmente repensadas e para que a Universidade do Distrito Federal fosse audaciosamente construída.

A UnB é inaugurada em 1962 e, mais uma vez, foi necessário vencer uma série de adversidades para que o projeto se tornasse uma realidade. Entre os muitos obstáculos, estava o ceticismo, tanto por parte de determinados intelectuais quanto de políticos, com relação à viabilidade de um plano para a implantação de uma instituição de ensino superior numa cidade sem qualquer tradição histórica e acadêmica, um território rústico ainda por ser desbravado.

Apesar do ceticismo de diversas pessoas, o ambiente político acolhia de muito bom grado aquela iniciativa, afinal, tal como propõe Miriam Cardoso, todo o projeto político de JK é definido em torno do desenvolvimento econômico e seu comportamento procura a todo o tempo despertar a consciência da necessidade de combate à miséria, propondo-se a fazer do Brasil um país verdadeiramente capitalista, impedindo, assim, o crescimento de ideologias consideradas

subversivas.²⁶ Para levar a cabo seus ideais, o presidente procura mobilizar amplos setores, desde aqueles que controlavam a expansão econômica até os intelectuais. Tudo isto para promover uma profunda transformação no país.²⁷

Assim é que esta ênfase no desenvolvimento impele a que sejam feitos investimentos no setor educacional, adequando-o às novas exigências do país. É preciso, portanto, que, paralelo às mudanças econômicas, haja uma transformação educacional. Nesta perspectiva, há uma grande ênfase na especialização, no ensino técnico-profissionalizante. A universidade não passaria ao largo de todas estas transformações. Se o Estado investe na formação de técnicos em escolas de nível médio, também lança seu olhar na formação de pessoal ainda mais especializado.

Com efeito, tal como ressalta Geralda Dias, a batalha mais importante para a viabilização da UnB foi ganha quando o presidente JK encaminhou ao Congresso uma mensagem solicitando a sua implantação. Depois disto, realizaram-se diversos debates, reuniões, discussões para se definir detalhadamente qual a concepção e o modo de organização da nova universidade.²⁸

Somente em 1961, tendo João Goulart à frente do Executivo, é sancionada a lei que inaugurava a nova instituição. Três cursos “de tronco” provisórios foram implantados: direito, economia e administração, sob a direção de Vítor Nunes Leal; letras, que abrangia licenciatura em línguas e literatura vernácula e redator em rádio, jornal e televisão, coordenados por Cyro dos Anjos; e arquitetura e urbanismo, tendo à frente Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Além destes cursos, foi implantado um núcleo de atividades culturais com o objetivo de servir à população.

²⁶ RIBEIRO, D. UnB: invenção e descaminho. In: RIBEIRO, D. *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, n. 1/14, 1995a. p. 133.

²⁷ CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil JQ/ JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 227.

²⁸ DIAS, G. UnB em dois tempos. In: RIBEIRO, D. (Org.). *Carta: falas, reflexões, memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995a. n. 1/14. p. 37-54

Concebeu-se um modelo organizacional que deveria substituir a cisão das antigas universidades. Deste modo, três conjuntos de órgãos de ensino, pesquisa e extensão deveriam compor o projeto: as chamadas faculdades profissionais, que compreendiam os Institutos de Ciências Políticas e Sociais, Arquitetura e Urbanismo e também Educação. Os Institutos Centrais de Ciências, Artes e Letras, e as unidades complementares, compostas pela Biblioteca Central, estádio, museu, editora. Essa última teria a função não só de editar a produção científica e literária ali produzidos, mas também reunir especialistas para traduzir importantes obras estrangeiras –, além da rádio e TV universitárias.

36
*

O plano previa que a implantação deveria ser realizada por etapas e, em cinco anos após sua inauguração, a Universidade de Brasília teria implantada toda sua estrutura acadêmica. Para implementar o projeto foram diversificadas as estratégias no sentido de recorrer a diversas instituições nacionais e estrangeiras. Com isto, a Universidade de Brasília obteve a colaboração de universidades americanas, do Fundo Especial da ONU, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, dentre outros.

Embora não fossem poupados esforços, houve atrasos na execução das etapas, resultantes particularmente de desacordos políticos. Consequentemente, é só a partir de 1964 que são liberados maiores recursos complementares e que começam a pousar em solo brasileiro os cientistas responsáveis pela inauguração dos institutos de ciências.

A autonomia, embora há muito formalizada nas leis de ensino, ganha concretude na UnB, uma vez que aí são criadas as condições efetivas para a sua viabilidade. Longe dos vícios retóricos, da força dos velhos catedráticos e, acima de tudo, vivendo os ares democráticos daquele instante histórico, a Universidade propõe-se a revolucionar a educação nacional.

Segundo seus idealizadores, o que movia a UnB como principal meta, desde seu nascimento, era colocá-la a serviço de todos os segmentos sociais. Isto seria conseguido na medida em que preparasse especialistas qualificados para o serviço público, formasse intelectuais para propor alternativas aos desafios impostos pela modernidade e que cultivasse todos os campos do conhecimento humano, sendo que este conhecimento deveria estar integrado, promovendo-se a comunicação entre os programas e atividades universitários.

Neste contexto, os movimentos sociais crescem e reivindicam transformações na sociedade, transformações estas que incluíam desde a reforma agrária até a reforma universitária. Ali, o movimento estudantil ganha força e exige a modernização do sistema universitário, entendido como um dos pressupostos básicos para o desenvolvimento nacional e exige, dentre outras coisas, maior poder por parte dos estudantes nos órgãos colegiados, particularmente nos conselhos universitários. Alguns autores consideram que, embora o segmento estudantil já tivesse participado de diversos movimentos ao longo das décadas de 1940 e 1950, como a campanha pela anistia e pela exploração nacional do petróleo, foi a luta em defesa da educação, e mais particularmente pela reforma do ensino universitário, que propiciou aos estudantes “perceber a mediação com a sociedade nacional a partir da situação concreta dentro da universidade”.²⁹

Ao mesmo tempo, os acontecimentos se precipitam e os primeiros momentos daquela instituição ocorrem em paralelo a uma séria crise política, uma vez que, após uma extraordinária vitória nas eleições presidenciais, Jânio Quadros renuncia e João Goulart assume a presidência. A crise seria contornada por pouco tempo e terminaria no Golpe de 1964.

Naquele contexto, há um notável crescimento do movimento estudantil e também os docentes da UnB iniciam sua organização. Já no ano seguinte à inauguração da Universidade de Brasília, os professores rebelam-se contra a direção da instituição, que à época estava sob a responsabilidade de Anísio Teixeira. As críticas feitas pelos docentes eram diversas, destacando-se a impossibilidade de diálogo com a reitoria, o comportamento autocrático e autossuficiente da direção, o adiamento da implantação dos órgãos colegiados, a carência de planejamento e de política de pessoal.

Entre as saídas apontadas, destacaram-se, dentre outras, a formação dos colegiados a fim de aproximar todos os segmentos que integravam a universidade e estruturação dos organismos departamentais que assim participariam do plano orçamentário.

Toda esta movimentação no interior daquela instituição não passou despercebida por diversos setores não acadêmicos, em

²⁹ RIBEIRO, D. UnB: invenção e descaminho. In: RIBEIRO, D. *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995a. n. 1/14, p. 148.

particular da esfera política. Na Câmara de Deputados transitou o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para que o problema fosse analisado. Rumores de que lideranças marxistas transitavam pelas dependências da Universidade eram o prenúncio de mais uma tragédia na árdua história das universidades brasileiras.

A tensão estava estabelecida. Em meio às discussões, não faltaram discursos inflamados contra e a favor da jovem Universidade. Ainda que a vitória da democracia tenha se estabelecido em um primeiro momento, com a recusa de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigaria os supostos focos de subversão dentro da UnB, o Golpe Militar encarregou-se de apurar as responsabilidades. Melhor dizendo, estabelecido o regime de exceção, assistiu-se, logo em seguida, a mais um episódio repleto de atrocidades, que desembocaram na prisão de estudantes e professores e na destituição das autoridades universitárias.

Darcy Ribeiro daria mais tarde seu depoimento sobre a invasão, dizendo:

[...] Depois de assaltada por tropas motorizadas, a UnB teve diversos professores presos levados a um pátio militar para serem ali desnudados e assim humilhados por toda uma tarde. Este quadro de um magote de professores gordos e magros, velhuscos, uns secos de carnes, outros barrigudos, esqueléticos, dois deles enfermos, todos nus num pátio policial, não deve ser esquecido jamais: é o dia da vergonha.³⁰

Depois disso, os interventores se instalaram na Universidade. Com a destituição de alguns professores, a UnB conheceu um ato de nobreza ímpar: quase todo o quadro docente pediu demissão. A Universidade de Brasília ficaria vazia.

³⁰ RIBEIRO, D. UnB: invenção e descaminho. In: RIBEIRO, D. *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995a. n. 1/14, p. 148.

Breves inferências

A tentativa de uma periodização do desenvolvimento do ensino superior no Brasil foi proposta por Cristóvam Buarque³¹ a partir de quatro momentos fundamentais: no primeiro, que chega até 1945, o projeto universitário ainda é bastante incipiente. Neste contexto, como vimos, situam-se duas das experiências mais importantes na história da instituição universitária no país: a organização da Universidade do Rio de Janeiro, que mais tarde seria incorporada à Universidade do Brasil, e da Universidade de São Paulo.

O segundo momento teria início a partir de 1945 até 1964, período em que a universidade passa a tomar posição no processo democrático e na modernização da sociedade. Nesse contexto, são consolidadas as primeiras escolas tecnológicas e institutos de ciência, ao mesmo tempo em que ocorrem grandes discussões e embates em torno de questões fundamentais para o país como as reformas de base e a estratégica questão do petróleo; nessa fase teria início a UnB. Ainda nos anos 1950, há um processo de institucionalização de quadros intelectuais que acelera o engajamento nas linhas do nacional-desenvolvimentismo. O nacionalismo como ideologia passa a exercer uma forte influência sobre os diagnósticos desenvolvimentistas. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) é um marco desse momento, onde vários intelectuais expressivos procuram fabricar uma ideologia para o estado desenvolvimentista.³²

Em seguida, ainda segundo Buarque, a terceira fase, compreendida desde o final da década de 1960 até o começo dos anos 1980, teria como uma de suas características fundamentais a consolidação da organização interna das universidades, onde são definidas as estruturas e são desenvolvidas pesquisas em todos os campos do conhecimento, criando-se condições para o avanço tecnológico e, ao mesmo tempo, os movimentos docente e estudantil lutam pela democracia.

Vale destacar que no intervalo da segunda metade da década de 1960 acontece o rompimento com os quadros de diagnósticos

³¹ BUARQUE, C. A aventura da UnB In: RIBEIRO, D. (Org.). *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995. n. 1/14, p. 61/74.

³² IANNI, O. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

da era desenvolvimentista. “Após o Golpe de 1964, o sistema reage aos avanços do populismo; o pensamento crítico se radicaliza, revendo-se, combatendo o reformismo populista, intensificando as pesquisas sobre as classes sociais, ampliando os estudos sobre a dependência”.³³

Enfim, as tentativas de organização do ensino universitário no Brasil se configuram em um cenário marcado por mudanças sociais profundas e, como não poderia deixar de ser, em meio a avanços e recuos históricos, também a constituição das universidades no país passa por momentos de prosperidade e por retrocessos.

40
* Apesar de dois projetos terem sido iniciados, a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo, a tentativa de superação da organização preexistente não conseguiu alcançar os seus objetivos. Apesar do esforço de alguns intelectuais, precursores da luta pela constituição do ensino universitário no país, o que prevaleceu durante um longo tempo e que, não raro, continua a caracterizar a universidade no Brasil, é um confuso conjunto de escolas isoladas, sem quase nenhuma integração. A instituição de unidades integrativas capazes de articular as várias unidades existentes, possibilitando, assim, a emersão de uma efetiva comunidade universitária, não se consolidou. Possivelmente Ribeiro tenha razão ao afirmar que: “Os que mais se aproximaram de constituir um padrão brasileiro de universidade haviam sido, um deles, degradado – o de São Paulo; outro, destruído – o do Rio de Janeiro”.³⁴ Ainda que a Universidade de Brasília não tenha enfrentado a hostilidade de antigas escolas, como ocorreu em São Paulo, teria que assistir à interrupção de seu projeto que, tal como aconteceu nos primeiros anos da Universidade do Rio de Janeiro, sucumbiu à impetuosa perseguição política.

A UnB foi ambiciosa desde os seus primórdios ao idealizar fazer da Universidade da nova capital da República não apenas um centro de formação técnico-científico, mas também um centro de floração cultural e artística, um espaço onde as artes, de um modo geral, encontrassem canais de expressão. Para isso seriam criados,

³³ MOTA, 1986, p. 21.

³⁴ RIBEIRO, D. UnB: invenção e descaminho In: RIBEIRO, D. (Org.). *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995a. n. 1/14, p. 135.

por exemplo, a Casa dos Artistas Residentes; o Museu, com diversos museus de arte; o Centro de Teledifusão Educativa e diversos outros órgãos dedicados à expansão das artes e da cultura.

Darcy Ribeiro ressalta ainda que tal ambição repousava na convicção daqueles mestres de que era preciso na universidade mais do que formar cientistas de boa qualidade, era necessário produzir mais do que bons profissionais universitários. Para o antropólogo, se os intelectuais sabem como promover esta formação intelectual: “Ninguém sabe, porém, como provocar um surto de criatividade artística. Onde e quando isto sucede, ocorre espontaneamente, com frequência nos lugares menos esperados e, às vezes, até transcorre sem ser percebido enquanto amadurece, viceja e dura. Isto significa que não se pode programar o aparecimento de figuras de alto talento criativo que contribuam para dignificar e expressar seu povo e seu tempo. Entretanto pode tentar-se criar um ambiente propício, se não ao seu surgimento, pelo menos à sua sobrevivência e difusão”.³⁵

Apesar da importância atribuída ao campo estético-cultural, ao que tudo indica, até meados da década de 1960 as universidades inauguradas no Centro-Sul do país destacaram-se muito mais pelo pioneirismo dos estudos técnico-científicos, incluindo-se aí os extraordinários trabalhos realizados no âmbito das humanidades, do que no campo das artes.

Parece coerente, dentro deste raciocínio, compreender que não foi por acaso que as universidades mais importantes do país, até aquele momento, se desenvolveram nos estados centrais. Afinal, o Centro-Sul era, desde ali, o centro político-econômico do Brasil.

Se isto é verdade, torna-se oportuno revolver o que acontecia em outras instituições de ensino superior localizadas fora do eixo central. No contexto da Bahia, se por um lado a situação político-econômica não propiciava o pleno desenvolvimento do ensino universitário, por outro, é no cenário dos anos 1950 e início da década de 1960 que Salvador assiste a uma extraordinária movimentação cultural cujo centro era, de modo particular, a Universidade da Bahia. Talvez naquele centro se possa aplicar de modo surpreendente a lógica do acaso.

³⁵ RIBEIRO, 1995, p. 141.

Referências

BOSI, A. *Céu e inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Ática, 1988. p. 114.

BUARQUE, C. A aventura da UnB In: RIBEIRO, D. (Org.). *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, n.1/14, 1995. p. 61-74.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil JQ/ JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 227.

42
✳

DIAS, G. UnB em dois tempos. In: RIBEIRO, D. (Org.). *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995a. n. 1/14, p. 37-54.

DUARTE, P. A criação da USP segundo Paulo Duarte. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 13. n. 3, jul./ago. 1984.

FERNANDES, F. USP: passado e presente. *Ciência e Cultura*, São Bernardo do Campo, v. 41, n. 4, p. 104, abr. 1989.

FREITAG, B. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986. p. 171.

GRACIAM, M. S. S. *O ensino superior no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982. Cap. 3, p. 63.

IANNI, O. Independência ou morte In: IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 24.

IANNI, O. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEMLE, A. A questão da pesquisa nos hospitais universitários. *Ciência e Cultura*, São Bernardo do Campo, v. 41, n. 4, abr. 1989.

MATOS, P. L. C. L. de. Quadro histórico da política de supervisão e controle do governo sobre as unidades federais autárquicas. *Ciência e Cultura*, São Bernardo do Campo, v. 7, n. 37, p. 16, jul. 1985.

MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão teórica*. São Paulo: Ática, 1990. p. 137-138.

MOTA, C. G. A cultura brasileira como problema histórico. *Revista da Universidade de São Paulo*, n. 3, p. 7-40, dez. 1986.

QUEIRÓS, M. I. P. de. Desenvolvimento das ciências sociais na América Latina e contribuição europeia: o caso brasileiro. *Ciência e Cultura*, São Bernardo do Campo, n. 4, v. 41, p. 379, abr. 1989.

REALI, M. Recordações da Universidade de São Paulo. *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 3, p. 92, dez. 1986.

REIS FILHO, C. dos. Reforma universitária e ciclo básico: modelo viável in: GARCIA, W. (Org.). *Educação brasileira contemporânea*. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1980.

RIBEIRO, D. UnB: invenção e descaminho. In: RIBEIRO, D. *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995a. n. 1/14, p. 133.

RIBEIRO, D. UnB: invenção e descaminho In: RIBEIRO, D. (Org.). *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995. n. 1/14, p. 135.

RIBEIRO, D. UnB: invenção e descaminho. In: RIBEIRO, D. *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995a. n.1/14, p.148.

RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, D. Dr. Anísio. In: RIBEIRO, D. *Carta: falas, reflexões memórias/informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, n.1/14, 1995b. p. 33-34.

SAMPAIO, C. N. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia: Assessoria de Comunicação Social, 1992. p. 51-52.

XIDIEH, O. E. O folclore em questão In: D`INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante, ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



O contexto de gestão da Universidade da Bahia

Rita de Cássia Aragão

Enquanto diversas mudanças aconteciam no âmbito de algumas instituições de ensino superior no país ao longo dos anos 1930 e primeira metade dos anos 1940, especialmente no centro-sul, apoiadas pela pressão mais organizada das elites intelectuais, de cientistas sociais e educadores nos círculos de decisão do Estado, o ensino superior na Bahia continuou, neste período, à margem deste processo.

As reivindicações de intelectuais e professores no centro-sul procuravam, como vimos, fortalecer o ensino laico, minimizando assim a influência da Igreja e articulavam-se em torno de movimentos em defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, cujo marco foi a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

Apesar de uma forte visão elitista de educação, o clima intelectual daquela época favoreceu certas conquistas democráticas. Deste modo, não foi por acaso que a Constituição do estado de São Paulo, onde as reivindicações se ampliavam de maneira mais

rápida, avançou de modo significativo no âmbito das conquistas educacionais.¹

Ressalve-se, no entanto, que, mesmo neste ambiente onde crescem as inquietações nos meios acadêmicos, o saber letrado era ainda superestimado e o padrão brasileiro de universidade conglomeraada continuam a constituir um sério obstáculo a qualquer reforma universitária mais consistente.²

Ao mesmo tempo, na Bahia a economia estagnara, permanecendo agromercantil, e politicamente o Estado ocupava um lugar difícil diante do governo federal, uma vez que os grupos dominantes, em um primeiro momento, reagiram contra a Revolução de 1930.

No nível do discurso técnico, argumentava-se que o principal entrave ao desenvolvimento econômico e social do estado assentava-se no comércio triangular, provocado pela baixa remuneração do dólar de exportação bem como pela limitação das licenças de importação. Dentro desta lógica:

A ausência de um parque industrial expressivo e a impossibilidade de a Bahia comprar diretamente ao exterior os bens que necessita transformaram o comércio interestadual em mecanismo de transferência de renda da região para o centro-sul, dos setores exportadores para os importadores, da agricultura para a indústria.³

Assim é que para os grupos dominantes locais: “Se juntar-se ao confisco, ao comércio triangular e ao controle das importações o desequilíbrio provocado pela diferença entre a arrecadação federal e os seus gastos e investimentos no Estado, ter-se-á decifrado, então, as razões para a decadência econômica da Bahia”.⁴

¹ CUNHA, L. A. Universidade: ensino público ou liberdade de ensino? *Ciência Cultura* (SBPC), São Paulo, v. 37, p. 220-228, jul.1985. Edição Especial (Universidade brasileira: organização e problemas).

² *Ibid.*, p. 223.

³ GUIMARÃES, A. S. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964)*. 1982. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) –, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

⁴ *Ibid.*, p. 73.

Em verdade, a Bahia manteve um lugar de destaque no cenário da América Latina, especialmente no período colonial, ocupando o posto de submetrópole da colônia, sede da administração portuguesa na América, onde era intenso o comércio internacional de culturas como a cana-de-açúcar, o fumo e o algodão. A cultura canavieira sofreria um grande abalo com a expansão desta cultura em Pernambuco e com as mudanças no mercado internacional do açúcar, quando se dá um aumento da presença antilhana e do açúcar de beterraba. A perda de importância da Bahia no cenário nacional agravava-se ainda mais com a descoberta do ouro em Minas Gerais em fins do século XVIII. No entanto, no bojo destas transformações a crise da cultura açucareira teve um papel dinamizador, segundo alguns analistas,⁵ em outros setores da economia do estado.

Ampliou-se a agricultura de subsistência no interior do estado e cresceram também as atividades pecuárias na região do São Francisco. “Os rebanhos se multiplicam e as condições próprias da pecuária extensiva forçam uma grande mobilidade dos rebanhos em busca de, melhores pastos, criando condições para o povoamento do interior [...]”.⁶

No entanto, ao longo dos anos 1940, não houve uma articulação interna entre os ramos da produção. Além disso, a economia baiana pautava-se fundamentalmente na indústria de alimentos, a qual representava 44% do valor bruto produzido, seguida de longe pela indústria fumageira.⁷

A economia do estado reequilibrou-se no final do século XVIII e início do século XIX, impulsionada pelas vendas provenientes da cultura do algodão e do fumo, a alta do preço do açúcar, expansão da pecuária e o aumento do tráfico de escravos.

Entre avanços e recuos econômicos, as novas mudanças no cenário mundial, o fortalecimento dos Estados Unidos e da Inglaterra, sob o impacto da Revolução Industrial, contribuíram para que a

⁵ AZEVÊDO, J. S. G. de. *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica*. 1975. 153 f. Dissertação (Mestrado em Economia da UFBA) – Faculdade de Ciências Econômicas, Salvador, 1975.

⁶ Ibid.

⁷ OLIVEIRA, N. Notas sobre a recente expansão industrial na Bahia, *Cadernos do Ceas*, Salvador, n. 112, p. 45, 1988.

economia da Bahia enfrentasse mais um período de estagnação ou, na melhor das hipóteses, a redução do ritmo de diversificação das atividades econômicas e vendas externas. Ademais, após a transferência para a cidade do Rio de Janeiro da capital da República, iniciou-se uma fase de letargia.

A guerra entre a Inglaterra e os Estados Unidos tinha favorecido o cultivo de algodão e fumo no Brasil e, inclusive, na Bahia. Mas isso durou pouco. A produção de algodão em 1835 passa a ser estacionária: pouco vendido no mercado interno, esse produto depende sobretudo do mercado externo, bastante flutuante. No início do século XX, constata-se o declínio da produção de algodão na Bahia.⁸

48
✱

A produção do fumo cai com a redução do tráfico, com a perda do mercado luso (depois da Independência) e com a concorrência do tabaco cubano, mas surge nova oportunidade por causa da guerra de independência cubana, pelo desenvolvimento do comércio da Alemanha e pelo desenvolvimento das fábricas de rapé, de charuto e de cigarros. No fim do século XIX, o fumo é o principal produto de exportação.

O advento da Revolução de 1930 acelerou o processo de modernização em alguns estados brasileiros, mas a Bahia não receberia um tratamento privilegiado do governo Vargas. Assim é que:

A Bahia não teve lugar na primeira onda de modernização urbano-industrial que se armou no país. Não só as elites foram contrárias à Revolução de 30. A estrutura econômica da província permaneceu essencialmente agro-mercantil, apesar da virada reformista que mobilizou o centro-sul do país. E a política de Vargas elegeu prioridades que se encontravam fora do raio de atuação da classe dirigente baiana. Desse

⁸ O PÓLO petroquímico da Bahia e o desenvolvimento regional. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 70, p. 60, 1980.

modo, a região se viu condenada a velhas rotinas, ao mormaço econômico.⁹

A Bahia vê despertar do século XX destronada de seu lugar de destaque. Com efeito, ao mesmo tempo em que se fortalece o poderio comercial de outras regiões, insumos industriais como o café, produzido especialmente em São Paulo, e o açúcar retiraram do antigo estado sua posição privilegiada. A Bahia contemplaria naquele momento sua vocação cosmopolita não mais como uma realidade, mas amordaçada numa terra provinciana.

Para João Carlos Teixeira Gomes, o exílio da modernidade, além das raízes econômicas e políticas, encontrava no conservadorismo local algumas explicações. Desta maneira é que o espírito do academicismo e o elitismo tradicional predominavam na capital do estado, permanecendo esta atmosfera por pelo menos 20 anos após a eclosão do movimento modernista em São Paulo. Gomes¹⁰ insiste que

a dinâmica expressionista do Modernismo não poderia ser compreendida numa cidade onde tudo era estático e o endeusamento da máquina, da eletricidade, do 'jazz-band', dos arranha-céus e das fábricas perdia qualquer significado em confronto com a realidade local, onde a vida – mansa, mansa – fluía em ritmo de bonde.

É certo que esta não seria a primeira vez em que a Bahia resistiria ao novo, contrapondo suas tradições, seu culto ao passado, sua idolatria àquilo que ficara para trás.

Assim, em meio a um cenário em que ocorrem grandes transformações deflagradas no pós-1930, os grupos dominantes, representados de modo particular pelo segmento mercantil, assumem uma atitude retrógrada. Além disto, sua atitude

⁹ LOPES FILHO, A. R. L. *Avant-Gard na Bahia*. 1995. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

¹⁰ GOMES, J. C. T. *Camões contestador e outros ensaios*. Salvador: Fundação Cultural, 1979.

tacanha “é compensada apenas, ao nível ideológico, pela universalidade cosmopolita da cultura de seus representantes políticos e pelo orgulho aristocrático com que é ornado o passado, mas desgraçadamente lhe sacrifica a percepção correta da história e a inteligência dos grandes movimentos de seu tempo”.¹¹

Os equívocos daquelas lideranças levam a interpretar a Revolução de 1930 como a grande causa da decadência baiana. O movimento significava antes de tudo o isolamento do governador Víal Soares, candidato pela chapa de Julio Prestes. Resultaria disto a oposição às possibilidades de progresso que se abririam a partir dali.

As classes dominantes da Bahia manifestaram-se contra a Revolução de 1930 em uma circunstância histórica que contribuía para fortalecer o arraigado conservadorismo baiano. Por um lado, a nível nacional, a Bahia procurava recuperar o prestígio político dos bons tempos do Império. Os ventos pareciam soprar a favor. Otávio Mangabeira era ministro do interior e o então governador Víal Soares fora eleito vice-presidente da República. É interessante ressaltar que depois de Manoel Vitorino Pereira, que ocupara a vice-presidência nos primeiros anos da República (1894-1998), Soares seria o segundo baiano a ascender a este posto.¹²

Deste modo, não foi por acaso que o movimento revolucionário liderado por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba não encontrou apoio em solo baiano. Assim é que até o último momento a Bahia deu testemunho da “mais completa solidariedade” à ordem constituída.

Zelosamente, as classes dominantes baianas convocaram os seus mais famosos coronéis para lutar em defesa da legalidade. Fortemente subsidiados pelo governo federal, os coronéis baianos arregimentaram os seus ‘batalhões patrióticos’ e enfrentaram as investidas da Aliança Liberal. O presidente Washington Luis, que intransigentemente se recusava a

¹¹ GUIMARÃES, 1982, p. 41.

¹² SAMPAIO, C. N. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação, 1992, p. 58.

acreditar no insustentável de sua situação, tinha toda a razão para acreditar na fidelidade da Bahia.¹³

A Revolução chegaria à província de maneira tímida. Tão somente um minguado grupo de políticos e jovens acadêmicos, liderados à distância pelo ex-governador J.J. Seabra, fizeram com que a Revolução não passasse totalmente despercebida na velha Bahia.

Uma vez que os segmentos dirigentes baianos haviam sido surpreendidos pela desenrolar dos acontecimentos, a perplexidade estava em toda parte. No Palácio Rio Branco a confusão era geral, mas o rápido desdobramento dos fatos com a tomada do poder pelos militares fez com que os “defensores da legalidade” rapidamente mudassem de opinião. Assim, começaram a chegar telegramas de várias partes do estado saudando com entusiasmo os chefes revolucionários. O jornal *A Tarde* que se posicionara contra o movimento, logo passou a apoiar os chefes revolucionários.¹⁴

Depois da passagem de dois interventores civis – Leopoldo Afrânio do Amaral e Artur Neiva – o general Raimundo Barbosa também ficaria pouco tempo no cargo. “A análise dos três governos revolucionários na Bahia sugere a correspondência de cada um deles com as etapas em que se desdobrou a Revolução: tumulto, confronto e acomodação. Após este primeiro momento, o tenente Juracy Magalhães assume a interventoria e governa a Bahia por seis anos. Juracy, embora muito jovem, governa com grande habilidade. Engaveta as reformas preconizadas pela Revolução e, pragmaticamente, busca consolidar a nova situação política, estabelecendo acordos com os coronéis que, num primeiro momento, a revolução tencionara apagar da cena política brasileira. No seu governo, processou-se a acomodação dos ideais revolucionários com as forças oligárquicas locais, o que garantiu, na Bahia, a vitória da Revolução”.¹⁵

Os membros das oligarquias locais, os quais ensejavam ocupar altos postos na máquina administrativa, não reconheceram de imediato a nomeação de Juracy, antes, tal indicação apresentava-se como um acinte por motivos diversos: além de não ser baiano,

¹³ SAMPAIO, 1992, p. 58.

¹⁴ SAMPAIO, 1992, p. 60.

¹⁵ SAMPAIO, 1992, p. 64-65.

Juracy era militar e, para piorar a situação, contava apenas 26 anos; um rapazola sem qualquer experiência administrativa e carregando na bagagem poucos conhecimentos acerca da realidade que comandaria. Era, portanto, difícil aceitar tal chefe em um estado que orgulhava-se de seus eminentes estadistas, projetados nacionalmente e mesmo conhecidos mundo afora.

Mas Juracy não se intimidou e, confortavelmente, retomou velhas práticas políticas impedindo as reformas e engavetando inquéritos contra chefes políticos locais. Com Juracy no poder, a Bahia voltou a figurar no cenário nacional. Ele apoiou e estimulou o Instituto do Cacau, obteve empréstimos para recuperar a lavoura caçueira e, de acordo com a diretriz governamental, lutou pelo fortalecimento de órgãos como o Instituto do Fumo e da Pecuária.

Juracy se constituiu como

uma das lideranças mais tradicionais e conservadoras do século XX, ao contrário das outras, que se consolidavam a partir da propriedade da terra e do comércio, vai se sobrepor a esse interesse mais estrutural, forjando uma nova ordem: a força pública do Estado a serviço das oligarquias. Os coronéis não vão mais precisar de jagunços, porque a força pública do Município, o Delegado e o Juiz de Direito estarão ao seu lado.¹⁶

O ano de 1935 é marcado por iniciativas que visam retomar o desenvolvimento econômico do estado. No âmbito legislativo, inicia-se o ordenamento e a centralização da máquina administrativa do Estado, com a criação do Instituto do Fumo e da Pecuária, do Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia. Começa a ser estruturado o Banco do Estado da Bahia, inicia-se ainda a construção de prédios e secretarias, hospitais e escolas. É o começo de uma fase dinâmica na história baiana.

Estas mudanças ganharão impulso quando, já no governo do general Dutra, o presidente convida diversas correntes do pensamento “burguês” da nação, entre as quais a elite mercantil baiana,

¹⁶ GUERREIRO, A. A Bahia em pedaços ou uma política de oligarquias e (neo)oligarquias. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 153, p. 17, set./out. 1994.

na pessoa de Clemente Mariani, que passa a ocupar o Ministério da Educação e Saúde.

Ao mesmo tempo, ao longo da década de 1940, a Bahia teria o privilégio de ser o único produtor de petróleo no país. Apesar disso, alguns autores acreditam que o estado não tenha tirado grande proveito disso, pois esse produto era utilizado como insumo pelas indústrias do centro-sul, possibilitando a implantação de novas indústrias básicas (por exemplo, as petroquímicas) e as de transformação de produtos finais. Aumentaria, assim, a distância entre o centro-sul e outros estados (especialmente a Bahia); distância produzida pelo mesmo processo de polarização industrial. Ressalte-se, no entanto, que a entrada em operação da Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe, já na década de 1950, possibilita novas perspectivas para a indústria petrolífera no estado. A extração e refino de petróleo mobilizam diversos ramos industriais e de serviços na região metropolitana de Salvador, possibilitando certa diversificação do setor industrial baiano.¹⁷

Enfim, embora a Bahia tenha perdido, em um primeiro momento, a oportunidade de se colocar no caminho de modernização que pela primeira vez se abria no país, lançar-se-ia, finalmente, em busca de mudanças, ainda que com décadas de atraso. Para concretizá-las, destaca-se uma elite modernizadora que reúne nomes como Rômulo Almeida, Clemente Mariani e Edgard Santos. Os baianos voltariam a exercer, em algum nível, influência na esfera federal. Assim, desde o início dos anos 1950 até o suicídio de Vargas, sucedem-se na pasta da Educação e Saúde Clemente Mariani, Pedro Calmon, Ernesto Simões Filho, Antonio Balbino e Edgard Santos.

As tentativas de explicação dessas mudanças, ou ainda dessa transição, são bastante distintas. Alguns autores destacam o papel determinante da política econômica governamental e ressaltam a importância da intervenção do Estado no que diz respeito à superação das restrições no campo socioprodutivo bem como à integração dinâmica do espaço regional nas formas de acumulação dominantes; outros ressaltam a especificidade de uma conjuntura na qual, de um modo ou de outro, a descoberta do petróleo no Recôncavo teria sido a base da retomada cíclica; finalmente, há aqueles que, a partir de outro horizonte de análise, “se restringem, enquanto fatores

¹⁷ O PÓLO... 1980, p. 60-61.

condicionantes, apenas à coincidência dessa retomada com uma nova etapa do capitalismo, quando seus principais ramos industriais, assentados em bases tecnológicas, ensaiam nova e distinta forma de internacionalização dinâmica”.¹⁸

Para Nelson Oliveira, qualquer que seja a ética explicativa, é efetivamente a década de 1950 que se constitui, em termos regionais, numa fronteira nítida entre uma etapa dita “imobilista” e a retomada das expectativas, no que tange a novas alternativas.

É importante notar que ao longo da década de 1940 a estrutura industrial da Bahia ainda se apresentava de modo pouco dinâmico e possuía uma frágil articulação interna entre seus ramos, assentando-se fundamentalmente em torno da indústria de alimentos. Ao mesmo tempo:

Até a década de 50, as características da intervenção do Estado denotavam uma linha que oscilava entre o conservadorismo – ou aceitação das regras do jogo estabelecidas pela divisão interna do trabalho – e a passividade, face à ausência de iniciativas voltadas para a ampliação dos espaços à modernização das relações sociais. Só a partir de então é que começam a surgir movimentos no âmbito do próprio Estado, com vistas à mudança nesse quadro.¹⁹

Certamente o novo cenário que começa a se configurar na Bahia não se dá ao acaso, mas articula-se em nível nacional com o restabelecimento de uma república parlamentar. Neste novo contexto, os segmentos dominantes do estado assumem uma nova postura política, onde começa a ganhar corpo uma reflexão acerca dos problemas da realidade baiana e quando então se organizam estudos e projetos para a sua resolução.

Aí começa a se desenvolver uma ação energética dos segmentos dominantes do estado,

através principalmente da Associação Comercial da Bahia e dos Bancos Econômico e da Bahia, no sentido de influenciar e

¹⁸ OLIVEIRA, 1988, p. 44-45.

¹⁹ OLIVEIRA, 1988, p. 62.

pressionar tanto o Executivo quanto o Legislativo na busca de soluções convenientes para os problemas ‘baianos’. Para isso despende-se um esforço de aprofundamento do conhecimento da situação econômico financeira do estado, feito por essas instituições, às quais se juntam, nos anos 50, a Universidade da Bahia (UBA) e a Comissão de Planejamento Econômico do Governo Estadual.²⁰

Com efeito, às mudanças no plano das ideias sucedem-se transformações no plano físico da cidade do Salvador. A provinciana e pacata cidade dos velhos casarões passaria por mudanças acentuadas, sobretudo nos idos dos anos 1950, quando, para se ter uma ideia, de uma população de 290 mil habitantes em fins dos anos 1940, passa a abrigar mais de 400 mil pessoas.²¹

Na década de 1930, a Bahia possuía uma área territorial de 529.379 km² e uma população de 4.327.301 habitantes. Era ainda um estado rural. A realidade baiana daquele momento aponta para a existência de 151 municípios, cuja maior parte – 78 destes municípios – enquadrava-se na categoria de vila e 73 na de cidade. A população era rarefeita e 39 sedes municipais tinham entre 1 a 15 hab/km². Esse quadro havia permanecido praticamente inalterado desde as últimas décadas do século XIX, devido à quase completa ausência de um processo de urbanização.²²

abastecimento de água.²³

“Mesmo a capital do estado era predominantemente rural. Os distritos de Brotas e Santo Antônio, por exemplo, compreendiam aprazíveis chácaras e grande quantidade de sítios, que se ligavam ao núcleo urbano por estradas, praticamente intransitáveis nas estações chuvosas”.²⁴

A situação da educação no estado, como não poderia deixar de ser, refletia a decadência daqueles anos. Assim é que apenas cinco municípios, além de Salvador, dispunham de um ginásio, onde se

²⁰ GUIMARÃES, 1982, p. 70.

²¹ SAMPAIO, H. *Breve notícia de 80 anos de urbanismo em Salvador (1912-1994)*, 1992. Mimeo.

²² SAMPAIO, C., 1992, p. 31.

²³ *Ibid.*, p. 31-32.

²⁴ *Ibid.*, p. 32.

ministrava o ensino secundário: Alagoinhas, Nazaré, Santo Amaro, Jequié e Lençóis.

Compreende-se, portanto, que a mobilidade social estivesse limitada pelas precárias condições de desenvolvimento da quase totalidade do estado. Na cidade de origem, a professora primária ou o professor particular desencumbia-se do ensino das primeiras letras. Mas, em seguida, o jovem que aspirasse ocupar posições de destaque na sociedade deveria transferir-se para a capital, a fim de realizar os estudos das humanidades ou preparatórios, e ingressar numa instituição de ensino superior. O curso superior e o anel de doutor eram pré-requisitos para uma carreira política bem sucedida. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais era o título mais cobiçado, fornecido pela Faculdade Livre de Direito da Bahia. Proporcionava o treinamento necessário para a elaboração e a interpretação das leis.²⁵

56
✱

Diante daquela realidade, não parece difícil entender a força que a cultura retórica alcançara naquele momento. É flagrante o predomínio de bacharéis no período. Aquele segmento formava uma espécie de “patriciado intelectual”, o que não era uma exclusividade apenas baiana.

O jornal aparece enquanto um espaço adequado à criação e manifestação de uma *intelligentzia*. Aí se revezava a fina flor da sociedade local – magistrados, burocratas, parlamentares, administradores públicos, professores e homens de letras, que recheavam folhas com o exercício retórico bacharelesco.

A Universidade da Bahia nasce à sombra deste momento, criada pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, sobre as rubricas do general Dutra e do ministro da Educação Ernesto de Souza Campos. A característica invariante no processo de criação da universidade baiana, tal como em outros estados, foi a tentativa de reunir as escolas superiores já existentes que até ali se encontravam atomizadas em unidades estanques. De início, a UBA reuniu as tradicionais escolas de ensino superior que já faziam parte da paisagem da cidade – a centenária Faculdade de Medicina; a Faculdade de Filosofia, as

²⁵ SAMPAIO, C., 1992, p. 189.

escolas, que então eram anexas, de Odontologia e Farmácia, a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica da Bahia e a Faculdade de Ciências Econômicas.²⁶

O nível de decadência em que havia chegado a economia da Bahia, agravada pela postura política autoritária que imperava no Estado Novo, contribuíram para que o então candidato Otávio Mangabeira, da União Democrática Nacional (UDN), partido liderado em nível nacional pelo presidente Dutra, fosse apoiado pela unanimidade das forças políticas locais. Estas forças, representadas pela UDN, pelo Partido Social Democrático, pela Esquerda Democrática, o Partido Republicano Progressista, a ala dissidente do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) se unificaram em torno do programa básico de reconstrução econômica e democrática. Só os getulistas não apoiaram a candidatura do novo governador. Ressalte-se, no entanto, que o Partido Comunista condicionou seu apoio a três pontos considerados fundamentais:

1. A defesa da Constituição e da legalidade de todos os partidos políticos, inclusive do PCB;
2. a luta pela união e solidariedade de todas as forças políticas nacionais em defesa da democracia e contra quaisquer tentativas de golpes armados;
3. Luta persistente efetiva, prática, contra a carestia, a miséria e pela solução das necessidades mais prementes do povo e dos trabalhadores.²⁷

Obviamente que Mangabeira responde positivamente ao aceno dos comunistas, defendendo a ordem legal, o direito de organização de todos os partidos e a luta pelo bem-estar da sociedade. Vale lembrar, no entanto, que o rompimento com os comunistas não tardaria. Pouco tempo depois, o governo de Mangabeira investe contra o

²⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Documentos Históricos da UFBA*. Salvador: Departamento Cultural, 1971.

²⁷ GUIMARÃES, 1982, p. 97.

“Partidão”, perseguindo militantes e, de modo particular, recrudescendo a censura sobre a imprensa comunista.²⁸

O governo de Otávio Mangabeira é marcado pela aliança do pensamento liberal com uma sólida liderança econômica. O governo federal, por sua vez, faz investimentos buscando minimizar o atraso em que se encontrava a região, lançando, assim, as bases para a acumulação capitalista no estado, através da construção da Refinaria de Mataripe, das ligações ferroviárias com o sul do país, de inversões significativas no campo educacional e de saúde pública.

É importante lembrar que o investimento em escala regional havia sido garantido na Constituição Federal de 1946 e previa projetos para desenvolver regiões como os Vales do São Francisco e Amazonas, além de outro projeto para combater a seca no Nordeste. “Cada programa tinha garantida uma percentagem da renda fiscal da Federação [...] A Comissão do Vale do São Francisco, ou CVSF e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ou SPVEA, foram criadas em 1948”.²⁹

O governador Otávio Mangabeira tem uma atenção redobrada sobre os setores da saúde e da educação, que expressavam a completa situação de abandono. Começa então a ser desenvolvido um programa para a qualificação técnica dos trabalhadores. Além disso, todo o discurso do governador baiano procura pautar-se na ideia de reconstrução regional que depende da dedicação à causa pública e ao trabalho.

A liderança política de Mangabeira busca sustentar-se em um discurso que protesta com indignação diante da grave situação socioeconômica vivida no estado. O governador procura então uma saída para a distância entre o Norte e o Sul do país e conclama as forças sociais para a reconstrução da Bahia. Para Mangabeira, era necessário encontrar de imediato uma solução para o que passou a ser denominado “enigma baiano”, definido como uma contradição entre as possibilidades de crescimento do estado e sua situação de penúria. Tal definição torna-se mais clara na seguinte passagem:

²⁸ SERRA, S. *O Momento, história de um jornal militante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1987.

²⁹ SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 99.

Intriga-me, desde muito, o que chamei o enigma baiano: por que razão a Bahia, cujas qualidades e riquezas eram, em geral, tão celebradas, se mantinha, todavia, em condições de progresso indiscutivelmente inferior ao que resultaria, em boa lógica, de semelhante conceito, assim tivesse ele a procedência que se lhe atribuía?³⁰

O aprofundamento das análises sobre os problemas socioculturais da Bahia e os fatores que estariam levando ao seu atraso conduzem a uma tentativa de equacionamento do problema. Para isto, seria imprescindível não apenas a canalização de recursos financeiros e técnico-materiais, mas também o aperfeiçoamento do sistema educacional.

Anísio Teixeira, então secretário de Educação da Bahia e já projetado nacionalmente como um dos mais importantes educadores do país, lidera um extraordinário movimento de aprimoramento do ensino público. Idealiza o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, mais conhecido como Escola Parque, considerado um protótipo pedagógico. O Colégio Estadual da Bahia, o Central, é reconhecido em todo o Brasil como um dos melhores em termos de primeiro e segundo graus. Anísio estimula ainda iniciativas culturais como o Clube de Cinema e planeja a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, uma das pioneiras do país, precedida apenas por sua congênere paulista. Embora com duas décadas de atraso, a vida cultural também se modifica. Expande-se a economia, transforma-se o corpo da cidade, sua arquitetura e sua alma. Um rápido olhar sobre a paisagem urbana desnuda as transformações da antiga cidade.

Para esta reconstrução, as lideranças políticas e econômicas passam a dialogar com a ideia, já largamente difundida no centro-sul, de que é preciso a formação de uma elite intelectual e um corpo de representantes capazes de encontrar, no plano político e econômico, as soluções para os problemas do seu tempo. Segundo essa perspectiva, o ciclo industrial em que o país procurava se integrar criava a necessidade de mão de obra mais especializada.³¹ É a partir daí que a esfera educacional ganhará contornos mais definidos já ao

³⁰ MANGABEIRA apud GUIMARÃES, 1982, p. 99-100.

³¹ CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

longo da gestão JK e que a Universidade da Bahia passa a ter reservado um lugar de destaque no palco destes acontecimentos.

Sob a liderança de Edgard Santos, eleito pelo Conselho Universitário como primeiro reitor da UBA, depois de 10 anos à frente da Faculdade de Medicina (de 1936 a 1946), começa a ser gestada a universidade baiana. Um conjunto de condições favoreceram a estruturação daquela instituição. Antes de tudo, Edgard Santos era um dos mais autênticos representantes da elite local e, embora nunca tenha se filiado a quaisquer partidos políticos, era afeito ao poder, afinal, não foi por acaso que se manteve por uma década à frente da faculdade onde conquistara o título de doutor.

60

✱

Edgard Santos foi hábil o suficiente para conviver com os diversos governos em todos os níveis, relacionando-se em sua primeira gestão com o governador Otávio Mangabeira; no segundo período com Régis Pacheco, quando assumiu o Ministério da Educação e Saúde do segundo governo Vargas, sendo então substituído por Orlando Gomes, o qual fora diretor da Faculdade de Direito; logo em seguida foi a vez de aproximar-se do governo de Antônio Balbino e, finalmente, dialogou com Juracy Magalhães. Edgard atuou ainda como membro da Presidência do Conselho Federal de Educação, sempre gozando de trânsito entre as lideranças políticas.

O projeto universitário de Edgard Santos, ainda que não tenha sido efetivamente um projeto institucionalizado, mas sustentado por ações individuais, dialogou com a concepção que se desenvolvia em outros centros e que via aquela instituição como uma das pontas de lança da sociedade. Assim, deveria ser integrada ao ideal político-econômico e cultural que então começa a predominar: fazer do Brasil uma grande potência. Deste modo, a universidade deveria ser capaz de formar as lideranças para a sociedade urbano-industrial, promovendo a formação de quadros dentro do próprio país. Tal como vimos anteriormente, naquele momento expandia-se nas universidades brasileiras a ideia de que estas deveriam assumir sua liderança na vida cultural, desenvolvendo a pesquisa científica e tecnológica, contribuindo para o aprimoramento do ensino em todos os níveis, fomentando a autonomia intelectual e refletindo de que modo encontrar respostas para os grandes problemas nacionais, estimulando ainda todas as formas de expressão artística.

Em alguns casos, o aperfeiçoamento do ensino superior no Brasil necessitou dos intelectuais estrangeiros e, assim como o que ocorre

em diversas outras universidades, de modo particular na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, na Universidade de Brasília (UnB), também a UBA investiu pesado na contratação daqueles professores.

Articulado com a ideologia do “Brasil moderno”, o reitor-fundador da Universidade da Bahia enalteceu, através de discursos proferidos em diversas ocasiões, a indissociabilidade entre a educação e o desenvolvimento econômico; segundo sua concepção, estas eram “forças que se completam e em sintonia se dirigem no sentido de levar este país à recuperação do tempo e dos valores econômicos que vínhamos perdendo, por certo, inadvertidamente”.³²

Outro traço marcante na biografia de Edgard e que terá repercussão no projeto universitário da universidade baiana é sua concepção de cultura expressamente elitista. Tal como outros educadores, a exemplo de Fernando de Azevedo, pode-se inferir que Edgard concebe o ensino superior enquanto um centro de formação de e para a elite intelectual do país. Às “massas” seria reservado o lugar de espectadores desta cultura.

Ao longo dos primeiros anos da UBA, embora as Faculdades de Direito e Medicina já possuíssem, a essa época, certo reconhecimento, a recém-criada universidade não contava com uma estrutura como aquela experimentada por unidades similares existentes na Universidade de São Paulo, no entanto enfrentaria problemas semelhantes àquela instituição. Assim é que, além da atomização das unidades, foi necessário enfrentar as escolas mais antigas, que reforçavam a postura reacionária, expressa dentro e fora de seus muros.

Embora seja possível identificar semelhanças entre a UBA e algumas universidades brasileiras, a exemplo do ato de sua fundação através de um decreto e das reações adversas às inovações por parte dos antigos estabelecimentos, a história da Universidade da Bahia, em suas primeiras décadas, ficaria incumbida de estabelecer diferenças marcantes.

Destacar-se-ia, sobretudo, a ausência de um projeto institucional, uma estratégia que norteasse o seu desenvolvimento, diferentemente do que aconteceu com as experiências mais importantes das instituições de nível superior, tais como a URJ, USP e, posteriormente, a UnB. Ao contrário, as pedras para sua edificação são

³² SANTOS apud LOPES FILHO, 1995, p. 39.

coladas em boa medida ao sabor da liderança de Edgard Santos, considerado por muitos uma espécie de déspota esclarecido, e de todos aqueles que, individualmente, aceitaram o desafio de moldar a arquitetura de uma universidade que se tornaria singular.

Sem dúvidas, esta singularidade deixaria à mostra, de imediato, duas faces de uma mesma moeda: de um lado seu impressionante dinamismo, de outro a permanente ameaça que representava tal plano, corporificado sob a sombra de um projeto personalista.

Apesar das resistências apontadas, a universidade baiana possuía como um dos maiores trunfos a força política, habilidade, enfim, a liderança autocrática de Santos que respira e inspira-se em grandes projetos artístico-culturais, e que vive o ufanismo do ideário nacional-desenvolvimentista que escorria pelos recantos do país. Cabe reafirmar que não havia um projeto que norteasse as ações da Reitoria mas, ao contrário, boa parte das decisões de Santos teriam sido tomadas ao sabor do acaso e de ideais bastante particulares, embora sintonizados com os acontecimentos daquele momento.

Embora sua biografia aponte certas restrições quanto à sua formação estético-cultural, não há dúvida de que sua inegável perspicácia, sua visão cosmopolita, em torno particularmente do campo artístico, conduziria aquela instituição a um respeitado lugar frente a outras universidades. É desse ambiente irradiado de modo particular pela Universidade da Bahia que florescerá toda uma geração formada por artistas e intelectuais, arquitetos de movimentos como a Tropicália e o Cinema Novo.

UBA – a arquitetura revolucionária implode os velhos sobrados

O projeto do reitor Edgard Santos para a Universidade da Bahia dialoga com o ideal que passa a se consubstanciar através das novas lideranças político-econômicas de integrar o estado ao processo de modernização urbano-industrial. Para concretizar tal ideal, Santos procura concentrar as ações para acelerar o desenvolvimento na instituição universitária. Ele não estava só. Assim é que, junto à elite modernizante a que nos referimos anteriormente, busca consolidar a UBA enquanto um centro de difusão técnico, científico e cultural.

Antônio Risério insiste no fato de que para Edgard era indiscutível a necessidade de aproximação entre a universidade e a economia, uma vez que esta deveria contribuir para a modernização do estado e do país e, ao mesmo tempo, necessitava do auxílio do capital dos grupos econômicos para alcançar sua autonomia, sem depender exclusivamente das verbas públicas. Edgard, reiteradas vezes, expressa a ideia de que a modernização baiana só seria atingida se viabilizado um permanente diálogo entre o poder econômico-financeiro e a universidade, ele pensava a vida universitária “livre e criativa, acoplando-se ao desenvolvimento econômico regional. Invenção estético-intelectual e atividades de prospecção de petróleo deveriam andar de mãos dadas”.

³³Caberia, no entanto, questionar até que ponto houve de fato uma intervenção significativa da universidade baiana na esfera produtiva.

No entanto, o diálogo entre a UBA e os diversos segmentos sociais não se daria em um cenário estável. Em um contexto histórico profundamente marcado por avanços e retrocessos, a fragmentação da representação política do estado se aprofunda durante a gestão de Régis Pacheco (1951-1955), agravada por uma séria crise econômica que ganha grandes proporções em meio a uma longa seca que começa em 1951 e dura três anos. Diante daquele quadro, tornou-se inviável realizar o programa de governo então proposto cujos destaques eram a criação de infraestrutura econômica, de modo particular levando-se ao interior do estado, através da construção de duas hidrelétricas, a energia que, por sinal, àquela altura, ainda não havia chegado à capital. Embora a Usina Hidrelétrica de Bananeiras e a Termoelétrica da Preguiça já estivessem em funcionamento desde 1930, o fornecimento de energia continuou bastante precário, o que seria amenizado somente a partir da segunda metade da década de 1950. Outras metas a serem atingidas relacionavam-se ao incentivo à industrialização, o fomento à expansão agrícola, dentre outras.

Com o enfraquecimento do governo estadual junto ao executivo federal e a problemática situação das finanças do estado, começa a emergir novamente um discurso que exige reformas. Esse discurso ganha força na medida em que órgãos como a Associação Comercial da Bahia, o Banco da Bahia e figuras como Mariani engrossam

³³ LOPES FILHO, 1995, p. 36.

suas fileiras. Além disso, não faltaria ali o apoio da facção mercantil financeira e dos grupos produtores. Vale ressaltar ainda que o projeto reformista sai fortalecido após a vitória do monopólio estatal do petróleo, que torna os segmentos que a este se opunham mais vulneráveis às decisões tanto do executivo federal quanto do governo do estado.

À frente do executivo estadual, o governo de Antônio Balbino, por sua vez, buscou responder a certas exigências de diversos segmentos sociais, adotando as ideias de Rômulo Almeida, secretário da Fazenda do estado e idealizador do projeto reformista, o qual também procurava a modernização da Bahia.

O projeto ambicionava acelerar a modernização e adaptação dos órgãos estaduais. Para isto deveriam ser criados diversos órgãos e implementadas políticas públicas para a criação de um parque industrial. Buscava-se, a partir daí, aprofundar o conhecimento da realidade baiana e, em seguida, implementar as mudanças necessárias. No bojo destas mudanças, o governo implanta o projeto de eletrificação, expandindo-o ao interior. Além disso, inicia-se um plano industrial para a implantação de indústrias no bairro de Itapagipe; busca-se junto ao governo federal apoio para a instalação de indústrias petroquímicas no Recôncavo; cria-se ainda o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (Fundagro), a Companhia de Armazéns Gerais e Silos da Bahia (Caseb), a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), a Matadouros Frigoríficos de Feira de Santana (Mafrisa), entre outras instituições.

Apesar destes esforços, o governo do estado não consegue realizar as metas então planejadas, o que pode ser explicado pela desorganização das maiores forças dos partidos do estado, onde se impõe uma oposição permanente; a não articulação entre os diversos interesses dos segmentos dominantes baianos, de modo particular pelo predomínio da oligarquia sobre as atividades agrícolas do estado e, finalmente, a prescindibilidade do segmento mercantil baiano no esquema de poder que o então presidente Juscelino Kubitschek tenta viabilizar com as facilidades que concede para a inversão maciça de capitais estrangeiros no país.

Apesar destas adversidades, a Comissão de Planejamento Econômico surge como resultado do empenho de grupos dirigentes e de intelectuais baianos que objetivavam refletir acerca da realidade do estado e, a partir daí modificá-la. Coordenada por Rômulo Almeida,

que já era um economista de renome nacional, tendo chefiado a Assessoria Econômica da Presidência da República durante a gestão de Vargas e, mais recentemente, ajudaria a criar o Banco do Nordeste do Brasil, a Comissão é reconhecida como instituição pública ainda no governo de Antônio Balbino, em 1955. Como presidente da Comissão, Rômulo Almeida elogia o papel desempenhado pela Universidade da Bahia no que diz respeito à sua contribuição para o desenvolvimento da atividade de planejamento no estado. No último ano da década de 1950, seria criada a Escola de Administração Pública e de Empresas cujo objetivo era, segundo Edgard, contribuir para a formação de profissionais suficientemente capacitados para atuar na área de planejamento tanto de órgãos da iniciativa privada como estatais, o que já ocorria mais amplamente no centro-sul.

Guimarães propõe que este projeto não representava nenhuma “classe” naquela conjuntura, mas antes um projeto que se colocava acima das classes, ou seja, tratava-se do projeto de um estado que se colocava como sujeito político e como sujeito econômico. Seria, no máximo, segundo o autor, o projeto de constituição de uma burguesia tanto industrial quanto agrária, classes estas ainda inexistentes, naquela conjuntura.³⁴ De qualquer modo, na perspectiva do autor, em nível nacional estava intimamente ligado com a ideologia nacionalista-desenvolvimentista que, em meio a um processo de intensa industrialização e urbanização assume, de modo contundente e decidido, a defesa dos interesses industriais. Esta postura desenvolvimentista encontra um forte aliado nos setores urbanos e na UBA.

O sentimento regionalista ganha fôlego, contando com o apoio do jornal *A Tarde*, já naquela época o diário de maior penetração do estado. A Conferência do Petróleo, realizada no apagar das luzes da década de 1950, marca a força do movimento pela modernização e resulta numa lista de reivindicações como a ampliação da Refinaria de Mataripe, a instalação do parque petroquímico, construção de estradas, destacando-se ainda a formação de mão de obra especializada. Vale dizer que a urgência pela formação de profissionais mais gabaritados foi sentida de modo particular com a implantação da Petrobras, quando o estado precisou recrutar os melhores quadros em outras paragens.

³⁴ AZEVÊDO, 1975, p. 55-56.

A implantação da Petrobras na Bahia promoveu a expansão da sua indústria, estimulando a demanda de produtos intermediários e contribuindo de modo decisivo para a elevação dos salários. Para se ter uma ideia do impacto da Petrobras sobre a economia do estado, basta observar o aumento dos seus investimentos da renda interna industrial que de 8,1%, em 1955, passa para 66,9%, em 1959. Lembre-se ainda que além deste impacto direto, os efeitos indiretos são também relevantes, especialmente para os setores de bens de consumo, que acompanham uma revitalização da demanda provocada pela elevação do nível de salários. Alguns estudos ressaltam, no entanto, que o volume dessa ação do Estado não chegou a moldar ou modificar a natureza das relações entre este e o resto da sociedade para o conjunto do Nordeste, precisamente porque essa intervenção não correspondia ao desenvolvimento semelhante das forças produtivas sob o comando da burguesia local; essa intervenção assumiu o caráter de um “enclave”.³⁵

As relações comerciais entre a Bahia e o centro-sul se intensificam com a melhoria da Rodovia Rio-Bahia, porém o segmento mais dinâmico da economia é dominado por produtos do centro-sul, enquanto que a indústria do estado continuava limitada a atender aos setores de renda mais baixa. A modernização do parque industrial baiano continuava assim distante de modernizar-se.

De qualquer modo, dois dos maiores entraves ao desenvolvimento baiano começavam a ser superados: nos transportes, com a Rodovia Rio-Bahia e, posteriormente, a escassez de energia é suplantada com a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso. Convém assinalar que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco surgia como importante elemento no processo de transformação do potencial energético da região nordestina. Sua inauguração é um sintoma da mudança de orientação da política do governo federal com respeito ao Nordeste, superando o assistencialismo “contra as secas” para uma intervenção de processo capitalista de produção.³⁶

Naquele mesmo momento, Juracy Magalhães ocupava cargos estratégicos para os interesses dos segmentos dominantes baianos. O destaque ficaria por conta da presidência da Petrobras, em 1953.

³⁵ OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 94.

³⁶ AZEVEDO, 1975, p. 79.

Juracy pode ser considerado, neste contexto, um dos políticos de maior destaque e penetração nos círculos federais e cenário político nacional. Certamente que o ex-governador não ocupava esta posição por acaso. Já em 1935, ao comandar o Executivo estadual, ele determinara um conjunto de medidas com o fim de dar apoio ao fumo, cacau e pecuária. Daquele núcleo configurar-se-ia mais tarde o Banco do Estado da Bahia.

No final da década de 1950, ocorrem mudanças profundas no panorama político-econômico nacional. O governo JK é marcado por um processo acelerado de concentração de capitais que responde não apenas aos interesses industriais, como também aos interesses regionais.

Aí são realizadas diversas análises, de modo particular, sobre a problemática de determinadas regiões brasileiras. A partir destes estudos, sob o comando de Celso Furtado, são elaborados alguns documentos que apontavam medidas a serem tomadas para promover reformas estruturais naquelas áreas, “adotando a perspectiva de um desenvolvimento induzido por investimentos públicos e atrativos intensos para o setor privado, especialmente para o setor industrial”.³⁷ É importante considerar, no entanto, que se por um lado a política de industrialização do Nordeste favoreceu as tecnologias intensivas, por outro privilegiava não apenas equipamentos, mas também produtos intermediários confeccionados fora dos limites do Nordeste, no centro-sul.

Ganham impulso grupos locais que passam a se expandir nacionalmente, do mesmo modo aumentam os investimentos estrangeiros e de outros estados que aí aportam. São exemplos de inversões estrangeiras a fábrica de cimento Portland, através do consórcio internacional Leone Star Co., que começa ainda em 1952, e a instalação de um moinho de trigo, possível a partir de capitais originários de Minas Gerais, Bahia e Suíça.

Se o estado da Bahia conheceu um fastio prolongado da segunda metade do século XIX até 1930, parece naquele momento finalmente retomar uma perspectiva de desenvolvimento. Assim é que se amplia cada vez mais a ideia de que é imprescindível priorizar o avanço tecnológico, acelerar a industrialização, explorando-se a indústria de bens intermediários e de capital, particularmente a

³⁷ AZEVEDO, 1975, p. 81.

petroquímica e a siderurgia; com isto a Bahia poderia finalmente abrir caminhos para a sua inserção na economia nacional.

A UBA integra-se ao projeto de capacitar mão de obra especializada, e este diálogo, no plano nacional com a ideologia desenvolvimentista, propicia a inauguração do Instituto de Geociências, a Escola de Administração Pública e de Empresas, cujo objetivo era, segundo o reitor, propiciar a formação de profissionais para atuar na área de planejamento tanto de iniciativas do Estado, quanto privadas.

Até o momento não se sabe, precisamente, até que ponto houve, de fato, uma sintonia entre as demandas socioeconômicas do estado e a atuação da universidade baiana. De todo modo, é inegável o esforço empreendido naquele momento para dotar a sociedade de um conhecimento racional produzido a partir da instituição universitária.

Já em 1960, é inaugurado o novo prédio da Escola Politécnica cujo projeto expressava a concepção de funcionalidade arquitetônica, a mentalidade desenvolvimentista da era JK. Para Carvalho: “Não por acaso, o discurso do presidente Juscelino Kubitschek – que dois meses antes havia recebido das mãos do reitor Edgard Santos o título de Doutor Honoris Causa da Universidade da Bahia – privilegiava a formação de técnicos especializados, figuras fundamentais nos seus planos de construção do parque industrial brasileiro. E, no caso específico de universidades nordestinas, uma bem equipada Escola de Engenharia, certamente abriria novas possibilidades de contribuição ao progresso da atrasada região nordestina do país”.³⁸ Um ano depois, JK assistiria à criação do curso de geologia.

O prédio da Politécnica é, à época, considerado “majestoso” diante das concepções arquitetônicas daquele momento; para se ter uma ideia de seu significado, basta dizer que possuía nada menos do que 22 mil metros quadrados de área construída, com capacidade para 1600 pessoas. Fora dotado de equipamentos modernos que compunham os laboratórios de química, mecânica e hidráulica.

³⁸ CARVALHO, M. do S. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)*. 1992. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1992. p. 78.

Edgard festejaria novamente o avanço da cultura técnica quando é firmado o programa de intercâmbio entre a Universidade da Bahia e a Petrobras. Em um de seus discursos, expressa claramente o que representava esta relação:

Instituições de ensino e empresas de produção comumente agora se associam na preparação mais viva e mais intensa dos novos técnicos, premidos os sistemas de ensino pelas necessidades do comércio e da indústria, e assim é que também aqui não vacilamos nem esperamos que nos chegassem os apelos das forças produtivas, mas, ao contrário, no que se refere à produção petrolífera, caminhamos interessadamente ao seu encontro.³⁹

69
*

Junto aos investimentos da Petrobras no estado, que se materializam em obras como o oleoduto das cidades de Mata de São João/Catu/Candeias, cresce a importância dos profissionais formados nos institutos técnico-científicos da universidade baiana.

A presença de JK mais uma vez sinalizaria o diálogo entre o ideal universitário e o seu projeto de desenvolvimento nacional. Naquela ocasião, Juscelino reforçaria mais uma vez esta aliança dizendo:

Defrontamos o grave problema da carência de técnicos especializados em estudos do subsolo. Precisamos formá-los em número cada vez maior porque, se são amplas as áreas do território brasileiro de que temos apenas vagas informações, maior ainda é o nosso desconhecimento do subsolo nacional, cujos mistérios devemos dominar para que os seus segredos sejam incorporados aos fatores de prosperidade da Nação.⁴⁰

A articulação entre o projeto da Universidade da Bahia e o desenvolvimento do estado desdobra-se desde as alterações que acontecem em temos arquitetônicos, onde são fartos os exemplos, começando pela construção do campus do Vale do Canela, da Residência e o restaurante universitário, obras que contribuem para o

³⁹ SANTOS apud LOPES FILHO, 1995, p. 39.

⁴⁰ CARVALHO, 1992, p. 78.

deslocamento do antigo centro da cidade para localidades próximas ao Campo Grande; passam ainda pela mudança no âmbito artístico-intelectual e técnico-científico. Diversos cursos recém-inaugurados davam bem a mostra da vinculação às novas exigências do mercado profissional. Com efeito,

O verbo ‘espalhar’ dá bem a idéia do crescimento daquela universidade baiana à época [...] Em torno do ‘Palácio da Reitoria’ do Canela, concentrava-se [...] o Hospital das Clínicas e a Casa da Universitária; as escolas de Enfermagem, Química, Administração e Geologia; as ‘modernas’ Faculdades de Odontologia e Direito; e ainda as famosas escolas de artes – Belas Artes e sua escola anexa de Arquitetura, Teatro, Dança e o Seminário de Música. Na Federação erguia-se a Escola Politécnica e, na Vitória, o Restaurante e a Residência do Universitário.⁴¹

70
✱

É evidente, portanto, um trabalho permanente de edificação, de desenvolvimento, enfim, de modernização da Universidade da Bahia, mas ao mesmo tempo em que defende a soberania nacional, que dialoga com os ideais do nacional-desenvolvimentismo, evidencia-se na universidade baiana uma crítica à aversão ao cosmopolitismo que diversas facções políticas e econômicas encarnavam. Ao contrário disto, amplia-se o investimento no intercâmbio de recursos materiais e humanos.

Tal como acontece de modo vigoroso na Universidade de São Paulo, também a UBA convida intelectuais de peso para ajudar na sua consolidação. Assim é que começam a pousar em solo baiano nomes como dos professores Nelson Rossi, Agostinho da Silva, o maestro Hans Koellreuter, Martim Gonçalves e a coreógrafa Yanka Rudzka.

Torna-se fundamental não se perder de vista que a estruturação da UBA processa-se ao longo de um período da história política brasileira marcado pela derrota da ditadura estadonovista, encravado entre a liberalização do general Dutra, o segundo governo de Getúlio Vargas, que assumia um viés democrático, e deságua na febre

⁴¹ CARVALHO, 1992, p. 76.

desenvolvimentista de JK até Jânio Quadros. Foi aí que se estruturou um projeto modernizante para o país, onde as universidades brasileiras, apoiando-se em ideais nascidos ainda no final da década de 1920, consolidaram-se ao longo das décadas de 1940 até 1960, mesmo que dentro de limites muito nítidos para a sua efetivação.

A geração germinada no estado da Bahia neste contexto cresce em paralelo aos grandes projetos político-econômicos e culturais que aí brotam; interagem com as discussões apaixonadas sobre o comunismo, as revoltas contra o império colonialista das novas e antigas potências econômicas, assim como a ascensão dos Estados Unidos como potência mundial.

No âmbito das humanidades, são aprofundados estudos etnográficos e antropológicos que, embora tenham sido iniciados desde as primeiras décadas do século, consolidam-se naquele momento, reforçando a preocupação que se ampliava em centros como a Universidade de São Paulo. É notória a importância que começam a adquirir os estudos desenvolvidos por pesquisadores do porte de Roger Bastide, Pierre Verger, Edson Carneiro, Thales de Azevedo e muitos outros sobre a cultura africana e as comunidades negro-mestiças. Surgem importantes intelectuais como Vivaldo da Costa Lima e Waldeloir Rego.

A criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) pode ser considerada um dos marcos das pesquisas no âmbito dos estudos culturais na Bahia, uma vez que tinha como objetivo principal a articulação de um intercâmbio de estudos com diversos países, em particular do continente africano. Caberia destacar ainda que o interesse em preservar a memória histórica leva a Universidade da Bahia a inaugurar o Museu de Arte Sacra e o Museu de Arte Popular, ambos organizados por Lina Bo Bardi, que também criaria o Museu de Arte Moderna da Bahia.

Ao mesmo tempo, no ambiente cultural da Bahia os elementos se misturam, adicionando-se ao forte e quente condimento da cultura negro-mestiça os elementos cosmopolitas da cultura europeia contemporânea, sacudida por um momento histórico de profundas modificações, particularmente nas expressões artísticas.

Enfim, a Universidade da Bahia experimentava a liberdade do imprevisível, do momento de criação. Ao ser gestada, alimentava-se de um potencial criativo, em meio a um ambiente em que se respirava, sob os sobrados da velha São Salvador, um ar de renovação,

de profundas transformações político-econômico e culturais. Foi aí, neste cenário que, entre 1946 e 1961, Edgard Santos e outros tantos lançaram-se à aventura da construção de seu ideal de universidade.

Artes: um traço de distinção

Se ao longo da década de 1930 se fortalece o ideal brasileiro em busca do desenvolvimento, no campo cultural o movimento modernista inaugura uma reflexão efetiva acerca da arte brasileira, procurando trabalhar a tensão entre a produção de arte no Brasil e sua ligação com a produção europeia. Tratava-se de superar o estado de reverência absoluta mantido pelos acadêmicos e tentava-se compreender a relação com a Europa de uma maneira dinâmica e, sobretudo, contra-aculturativa. O movimento antropofágico propõe uma fórmula em busca de uma síntese entre o que se faz dentro e fora do Brasil.

Depois de um primeiro momento, o Modernismo sofre alterações e busca ser, além de uma arte brasileira, também uma arte engajada, vinculada aos problemas do “povo”. Esta posição acompanha uma politização crescente no interior do movimento. É a repercussão de um projeto cultural de esquerda que se espalha por todo o mundo, embora com conotações e interpretações singulares no panorama que se descortina no Brasil.

No centro deste projeto, há uma visão de arte como reflexo da realidade e como instrumento de conscientização política. A derrota do nazifascismo, a Revolução Cubana, a resistência nos países da América Latina aos diversos golpes militares, a penetração do marxismo e do existencialismo, enfim, a dinâmica revolucionária faz crescer a utopia de um mundo mais humano, de um homem mais sensível. O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE) seria a consolidação do ideário da arte social, que começara a se solidificar ao longo da terceira década.

Firmava-se um conceito de cultura popular enquanto cultura originária do povo, as manifestações populares em suas mais diversificadas formas. Fervilhava uma discussão em torno da defasagem cultural entre as diversas camadas sociais. Nos governos posteriores a JK, Jânio Quadros e João Goulart, as esquerdas ganharam força e cresceria a participação de intelectuais nesta discussão, que envolvia especialmente as tendências de esquerda dentro e fora dos

partidos políticos e, de modo particular, no interior do movimento estudantil que, embora não fosse o público mirado pelo Centro Popular de Cultura, terminaria por ser a sua grande plateia.

Surge, assim, uma diversidade de grupos que conduzem o debate cultural ao encontro da esfera propriamente política. Enfatizava-se a concepção de que a chamada cultura popular deveria ser pensada e acionada enquanto estratégia de conscientização dos segmentos desfavorecidos.

Na Bahia, este ambiente cultural, embora chegue com anos de atraso, ao aportar sob as velhas esquinas da velha São Salvador precipita uma explosão de criatividade que deslança atacadada por intelectuais, artistas e escritores modernos reunidos nos *Cadernos da Bahia*, pelo cineclubismo liderado por Walter da Silveira, na boemia efervescente de espaços como o Anjo Azul, nos encontros de artistas e intelectuais em ateliês e livrarias. Ao mesmo tempo, circulam jornais de esquerda como *O momento*, *Folha da Bahia* e *Sete Dias*. Além disto, periódicos como *O diário de notícias* e *Jornal da Bahia* abrem suas páginas para a jovem intelectualidade exercitar novas linguagens e ideias.

Em 1960 serão abertas pela primeira vez as portas do Museu de Arte Moderna da Bahia e o Centro Popular de Cultura da UNE promove uma série de atividades culturais engajadas em reforçar a cultura regional. Neste mesmo instante dá-se a construção do Teatro Vila Velha cujo objetivo é principalmente permitir o desenvolvimento do teatro livre no estado.

A Universidade da Bahia será um dos centros de toda esta efervescência cultural. Pode-se dizer que se por um lado Edgard Santos segue a mesma trilha, de modo particular, da USP e UnB, que é renovar o pensamento local através de professores estrangeiros ou de regiões diversas do país, por outro, a grande diferença que aos poucos vai emergindo é que, paralelo a um investimento na ciência, na tecnologia e nas humanidades, em termos de recursos materiais e, sobretudo, ao se apostar no talento de intelectuais do porte de Agostinho e Nelson Rossi, delimita-se, de modo definitivo, a diferença da UBA em relação a qualquer outra universidade brasileira quando começam a ser mexidas as pedras de um jogo ainda mais audacioso: o projeto artístico da universidade baiana.

Pelo acaso ou necessidade, na mesma época em que os professores estrangeiros começam a desembarcar em solo baiano, figuras

de relevo como Carybé, Pierre Verger e Lina Bo Bardi, considerada por muitos a maior arquiteta que pisou o solo brasileiro, deslocam-se para Salvador em um momento em que a Europa ainda assistia a uma grande diáspora de artistas e intelectuais. Os dois primeiros vieram por iniciativa própria, enquanto que Bo Bardi veio a convite de Juracy Magalhães para implementar o Museu de Arte Moderna da Bahia e logo em seguida passa a lecionar filosofia e teoria da arquitetura na Escola de Belas Artes.

A partir de meados dos anos 1950 são fundadas as Escolas de Teatro, de Dança e os Seminários de Música.

74



Tudo indica que esse sempre mencionado ambiente propício ao desenvolvimento cultural marcou realmente Salvador à época. Também o professor Martim Gonçalves quando da sua chegada em setembro de 1955, destacava a existência de um clima favorável à criação artística em Salvador, como um dos principais motivos que o levava a aceitar o convite do reitor para dirigir, na Bahia, a primeira escola de teatro dentro de uma universidade brasileira.⁴²

Enquanto no sul do país a Fundação Rockfeller já havia se destacado na fundação de uma escola para o ensino médico, na Bahia é a Escola de Teatro que obtém boa parte de seu apoio, não apenas em termos de verbas, mas também por meio da doação de diversos equipamentos para a instituição.

Dados da reitoria confirmam a carência de recursos, o que explicita que o projeto da UBA só pôde ser realizado através de parcerias entre a universidade e diversas instituições, fossem públicas ou privadas. Com efeito, a ausência de documentos das gestões de Santos dificulta o entendimento mais detalhado deste importante momento vivido pela UBA e indica, tal como indicam os relatos de diversas personalidades que conviveram com o reitor, o pragmatismo de suas ações e a habilidade para escapar de quaisquer entraves interpostos aos seus planos.

A Orquestra Sinfônica da Bahia dá bem uma mostra do investimento nas artes realizado pela universidade. Àquela época, não

⁴² CARVALHO, 1992, p. 85

significava pouca coisa a presença de 150 músicos ali reunidos. Já os Seminários de Música eram compostos por um madrigal de 30 vozes, um quinteto de sopro, um *Colegium Musicum*, responsável pela execução de um repertório antigo, além de um coral com 120 pessoas. Até 1964 estes encontros são extraordinariamente bem-sucedidos.

Não foi apenas pelo prazer da aventura que os estrangeiros Koellreuter e Yanka chegaram ao Brasil à procura de um mundo novo. Marcados pela tragédia da Guerra, foram levados a afastar-se de seus países arruinados pela atrocidade nazista. À sua espera, após a escuridão do Estado Novo, estaria um Brasil cheio de esperanças e ávido por novas iniciativas.

Aquelas figuras notáveis valorizaram não apenas o que absorviam da cultura brasileira e baiana, muito menos impunham a cultura de origem herdada da velha, e ainda mitológica Europa, mas espriam da dialética destas formas artísticas tão díspares e singulares, a matéria-prima para suas criações. Isto fica claro quando, por exemplo, Yanka capta elementos do *candomblé* e os incorpora à dança moderna, tendo o cuidado de não reduzir aqueles elementos a uma interpretação superficial.

A ideia que parece norteá-los é, enfim, a necessidade de superação de uma posição ainda provinciana, fechada em um elitismo arcaico, que se curva diante das formas estético-culturais há muito difundidas e paralisadas pelo tempo. Deste modo é que não foi difícil para aqueles rebeldes, já críticos das formas clássicas inflexíveis, tentar superar a situação da província que já se mexia em busca das mudanças. Era preciso universalizar a província e, ao mesmo tempo, retirar da rica cultura baiana elementos fascinantes que seriam incorporados à cultura moderna gestada no velho continente.

Se Agostinho foge de Portugal e Koellreuter se exila da Alemanha, Yanka Rudzka por sua vez deixa a sua Polônia mutilada e escolhe a Bahia para afugentar os fantasmas da guerra. A Escola de Dança Contemporânea da UBA seria um conforto em meio à dor. Em seu projeto original, havia claramente a proposta de uma integração do estudo da dança de modo inseparável de outras artes, particularmente de música e teatro. Exemplo disto é a oferta de disciplinas. Isto decorre, de modo particular, da meta de formar, além de dançarinos, também coreógrafos, professores e um conjunto de dança contemporânea. Não é fortuito o fato de que as três escolas – Dança, Teatro e Música – além de estarem em sintonia formalmente,

através da grade curricular, não raro, promoviam conjuntamente espetáculos.

Edgard mantinha com a nova escola a mesma atitude de vanguarda que caracterizava a Escola de Música, posto que, além de mais uma vez ousar levantar as cortinas de outra instituição precursora em termos de universidade, tratava-se da primeira Escola de Dança do Brasil, e foi ainda mais longe, trazendo para dirigir aquela Escola nada menos do que uma pioneira da dança moderna no país.

Há controvérsias quanto à aceitação por parte do público baiano das novas formas de manifestação artística, no entanto, quer aceitando, quer reagindo com indignação, ao que tudo indica os baianos comportavam-se frequentemente de modo a não ousar contrariar a autoridade do “doutor” Edgard, título que fazia jus tanto à sua origem social quanto ao seu diploma universitário numa terra ávida por títulos. Aproveitando-se disto, Edgard exercitou sua habilidade de homem calculista. Para Antônio Risério, Edgard Santos “dispunha de poder suficiente para impor suas diretrizes, estruturando habilmente a aceitação destas em meio a seus interlocutores, ou pelo menos obrigando-os a respeitá-las”.⁴³

Foi a partir deste tipo de atitude que Edgard fomentou o desejo de uma juventude ávida por novas experimentações, mas inscrita numa sociedade ainda provinciana. Este desejo teve uma forma de realização efetiva, de modo particular no interior das salas das Escolas de Teatro, Música e Dança.

Talvez Lina Bo Bardi tenha traduzido, de modo claro, o sentido da procura pelas escolas de arte da Universidade da Bahia por tantos jovens naquele contexto, ela

sustentava sua visão de Bahia como centro cultural sobre dois fatores (ou pilares) principais. O primeiro deles era a existência, naquele espaço geocultural, de uma cultura popular viva, organizada, densa e inventiva. O segundo se encontrava na realidade de uma instituição universitária distante do morço e da melancolia e realmente disposta à aventura criadora. De uma parte, o reitor Edgard Santos, fazendo a festa, general da banda com verba e coragem, apostando sem assombro em projetos culturais igualmente desassombrados. De

⁴³ LOPES FILHO, 1995, p. 48.

outra, uma juventude desinquieta, contestadora, criativa. Em síntese, a Bahia contava, para fazer a sua revolução cultural, com base antropológica, a base institucional e uma população estudantil plena de entusiasmo e ávida de invenção.⁴⁴

Enfim, a Universidade da Bahia dos anos 1950/1960 realizou um movimento extraordinário, conjugando ao longo de 15 anos uma dinâmica que se realizou a partir da movimentação de uma geração desejante e inovadora e a liderança do “déspota esclarecido”, Edgard Santos.

Enquanto que em outros estados a dinâmica universitária emergia, sobretudo de uma cultura estudantil, notadamente a partir do Centro Popular de Cultura da UNE, a efervescência da Universidade da Bahia nasce no seu próprio corpo, ainda que não tenha se realizado a partir de uma deliberada decisão institucional, da formalização de um projeto universitário concreto, tal como aconteceu na USP e UnB.⁴⁵

No entanto, se por um lado foi a liberdade gestada neste estágio inicial, distante das amarras da burocracia institucionalizada, que favoreceu a renovação cultural, o debate de ideias, o processo criativo, tanto no âmbito técnico-científico, quanto artístico-cultural, por outro foi esta mesma dinâmica centrada no personalismo e no acaso que pôs em risco toda uma arquitetura movida por ideais, pela paixão e ousadia.

Refêrencias

AZEVEDO, J. S. G. de. *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica*. 1975. 153 f. Dissertação (Mestrado em Economia da UFBA) – Faculdade de Ciências Econômicas, Salvador, 1975.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

⁴⁴ LOPES FILHO, 1995, p. 138.

⁴⁵ RUBIM, A. A. C. A Bahia, a comunicação e a cultura dos anos 50/60. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 161, p. 78, jan./fev. 1996.

CARVALHO, M. do S. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)*. 1992. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

CUNHA, L. A. Universidade: ensino público ou liberdade de ensino? *Ciência e Cultura* (SBPC), São Paulo, v. 37, p. 220-228, jul. 1985. Edição Especial (Universidade brasileira: organização e problemas).

GOMES, J. C. T. *Camões contestador e outros ensaios*. Salvador: Fundação Cultural, 1979.

GUERREIRO, A. A Bahia em pedaços ou uma política de oligarquias e (neo) oligarquias. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 153, p. 17, set./out. 1994.

GUIMARÃES, A. S. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964)*. 1982. 75f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

LOPES FILHO, A. R. L. *Avant-Gard na Bahia*. 1995. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1995.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, N. Notas sobre a recente expansão industrial na Bahia, *Cadernos do Ceas*, Salvador, n. 112, p. 45, 1988.

O PÓLO petroquímico da Bahia e o desenvolvimento regional. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 70, 1980, p. 60-61.

RUBIM, A. A. C. A Bahia, a comunicação e a cultura dos anos 50 e 60. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 161, p. 78, jan./fev. 1996.

SAMPAIO, H. *Breve notícia de 80 anos de urbanismo em Salvador (1912-1994)*. 1992. Mimeo.

SAMPAIO, C. N. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação, 1992. p. 58

SERRA, S. *O Momento, história de um jornal militante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1987.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Documentos Históricos da UFBA*. Salvador: Departamento Cultural, 1971.



***Fragmentos da cultura
na Bahia nos anos
1950/1960***

*Antonio Albino Canelas
Rubim*

Uma constelação de considerações merece, de imediato, ser chamada a intervir no descortinamento e na interpretação das interações e dos deslocamentos das relações existentes entre comunicação, cultura e intelectuais na Bahia dos anos 1950/1960, período fundante da modernização socioeconômica e da modernidade cultural das terras baianas.

Esta plêiade de considerações engloba temáticas que concernem: a) aos lugares geradores e difusores de cultura, aos núcleos temáticos estéticos aglutinadores, aos polos de gravitação dos intelectuais e, enfim, aos circuitos culturais e comunicacionais existentes e em funcionamento; b) aos estoques, tradições, mesclagens, rejeições, releituras e inovações pertinentes às dinâmicas imanentes ao processo cultural e comunicacional; c) às conjunções de componentes constitutivos de ambientes propícios floração cultural e, por fim; d) aos impasses que tensionam e colocam em xeque a movimentação cultural dos anos 1950/1960 nas terras da Bahia.

Lugares e circuitos

A constatação mais imediata e talvez mais nítida da investigação, a configuração nestes anos de lugares socioespaciais geradores e difusores de (uma) cultura (nova, porque diferenciada); de núcleos e matrizes temático-estéticas específicos; de polos aglutinadores de criadores e difusores de cultura (nova) e, por conseguinte, de circuito(s) cultural(ais) próprio(s) e dinâmico(s). Sem dúvida, estes lugares culturais marcantes dos anos 1950/1960 na Bahia são a então Universidade da Bahia; os meios de produção e difusão culturais, tendo à frente os jornais e seus suplementos culturais e, em local mais especializado, o Clube de Cinema da Bahia, articulado por Walter da Silveira.

80
*

Obviamente existem outros lugares culturais que retém, produzem e difundem “capital e/ou bens culturais” de modo mais restrito. Mesmo os lugares culturais elencados, no entanto, não desempenham de maneira similar as operações de criação e publicização culturais, havendo nítidas diferenciações entre eles. Enquanto a Universidade cria e, em grau menor, publiciza; os meios e o Clube de Cinema da Bahia orientam-se pela publicização e pela polêmica culturais.

A Universidade da Bahia realiza uma dinâmica cultural singular nos anos 1950/1960. No restante do país – ou, pelo menos, nos estados centrais e modernizados – a Universidade, talvez com as exceções da Universidade de Brasília e da Universidade de São Paulo, culturalmente são modificadas pela emergência de uma mobilização cultural estudantil, que tem no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes seu foco mais expressivo e dinamizador.

Na Bahia, a Universidade conjuga de maneira desigual certa movimentação do alunato com uma dinâmica oriunda da figura ímpar de déspota esclarecido que foi Edgard Santos, seu reitor durante os seus 15 primeiros anos de existência (1946/1961).

A mutação cultural na Universidade da Bahia, talvez em sua parte mais significativa, tenha origem na instituição, ainda que não seja uma deliberada decisão institucional, antes gesto benemérito de um “sumo pontífice”. Daí sua ágil dinâmica e sua fragilidade.

A Universidade da Bahia renova a cultura em uma interação nacional e, principalmente, internacional, em suas modalidades métricas, de investigações sócio-linguístico-espaciais e essencialmente

em sua plasmação artística. Os Seminários Livres de Música, a Escola de Teatro e o curso de dança – inovadores no cenário universitário nacional – são as pupilas do senhor reitor.

A conjunção entre esta agitação universitária e o movimento cultural estudantil aparece como terreno fértil, porque complementar e contraditório, da difusão, do debate e da criação. Obras e criadores culturais novos podem então fervilhar. A Universidade deixa de ser apenas o lugar do ensino e passa a incorporar – ainda que momentaneamente – sua dimensão mais inerente: a produção da cultura, como ciência e arte, em especial.

Outro lugar cultural significativo conformava-se nos meios de comunicação, com ênfase para os jornais que, em uma sociedade elitizada e imersa em uma cultura predominantemente literária, detinham certa supremacia e situavam-se hierarquicamente em um patamar “superior”, em um momento de sistema dos media ainda não conformado.

Os jornais e, em especial, seus suplementos culturais configuravam-se naqueles anos como lugares culturais, de ostensiva publicação e polêmica, e polos de gravitação dos intelectuais, inclusive dos jovens criadores que germinam no período.

Importante ressaltar que os *media* não funcionam ainda, pelo menos até quase o final da década de 1960 no Brasil e mais acentuadamente na Bahia, como um sistema com dinâmica, interesses e valores (“estéticos” também) próprios, configurando um circuito cultural específico, como ocorre em seu momento de indústria cultural. Pelo contrário: se o movimento cultural da Universidade não se identifica, sem mais, com a cultura dos jornais e em particular com do rádio e da televisão, emerge com mais nitidez ainda a inexistência de choques provenientes de lógicas particulares em conflito.

Antes, na diversidade encontram inúmeras zonas de complementaridade. Não casual que tantos intelectuais estejam em jornais como, por exemplo, Glauber Rocha, Paulo Gil Soares, João Ubaldo Ribeiro, Muniz Sodré etc., nem que diretores e atores de teatro tenham espaços no rádio e na televisão: só para citar dois exemplos. A frágil mercantilização da cultura e a não constituição ainda de um sistema de indústria cultural permitem esta convivência que, mesmo tensa, pode acontecer.

O outro lugar cultural destacado, mesmo limitado por fronteiras de seu teor especializado, é o Clube de Cinema da Bahia, fundado em

1950 pelo advogado, político, crítico e estudioso do cinema Walter da Silveira.

O Clube tem papel fundante na difusão de uma complexa e plural cultura cinematográfica, abrindo um espaço relevante entre o hegemônico cinema hollywoodiano e o louvado realismo socialista.

O Clube de Cinema, deste modo, é um lugar cultural essencial que irá permitir depois o salto dos jovens intelectuais em direção à crítica e à produção cinematográficas e, algo fundamental para o período, uma superação da hegemonia e do virtual monopólio de uma cultura literária. A quebra desta hegemonia e deste monopólio e a inauguração de uma cultura imagética são marcos fundamentais da modernização da vida cultural baiana nos animados anos 1950/1960.

82
*

Estoques e especificidade

A diversidade de lugares e talvez de circuitos culturais (com funcionamentos não antagônicos e em colisão) e a específica inserção da Universidade e movimento estudantil baiano na movimentação cultural brasileira dos anos 1950 e, principalmente, 1960, hegemônico pelas concepções de cultura nacional-popular, permitem que uma heterogeneidade de estoques e matrizes culturais seja acionada.

Se a presença das correntes nacionais-populares era sentida, via União Nacional dos Estudantes, CPE, movimento estudantil brasileiro e baiano e agrupamentos de esquerda, com destaque para o Partido Comunista Brasileiro: a Universidade e o Clube de Cinema, em seu campo delimitado, faziam transitar no ambiente cultural baiano outras correntes, obras e autores, inclusive internacionais, eruditos e da vanguarda contemporânea europeia e americana.

Os ingredientes desta mistura cultural também englobavam o modernismo brasileiro; as tradições da conservadora elite baiana, com sua cultura oratória e formalista, em parte contestada pelos jovens intelectuais emergentes no período e fragmentos de estoques culturais populares, com prioridade para os elementos culturais nordestinos, dada a sua “convergência” com o imaginário conformado por orientações políticas nacionalistas e de contestação da exploração dos latifundiários.

À vertente negra, escanteada dos horizontes do imaginário, era atribuída pouca utilidade política e parecia que até lhe era recusada a dignidade de ser reconhecida como culturalmente significativa. A sua presença se fez sentir, enquanto traço excepcional e explicável, nas artes de maior envergadura plástico/visual, como a pintura e a dança, onde o investimento argumentativo politizante estava abrandado.

A superação de certa estagnação e provincianismo culturais da Bahia, marcante até, pelo menos meados dos anos 1940, não implicou apenas na integração da (nova) cultura baiana dentro de um padrão nacional-popular em processo de constituição e construção de sua hegemonia, nem de seu aprisionamento aos modelos internacionais ou oriundos da tradição cultural baiana, das elites ou de setores populares.

A mistura, agitada e remexida, possibilitou certa especificidade cultural que, se não floresce de imediato ou configura um movimento cultural nitidamente delineado, certamente aparece como esteio cultural fundamental que irá permitir revisões significativas da cultura brasileira, inclusive daquela nacional-popular, como aquelas ensejadas por Glauber Rocha no cinema (em especial, com o filme *Terra em transe*) e Caetano, Gil, Capinam, Tom Zé na música, através do movimento Tropicalista.

Conjunção de astros

A emergência de uma ambiência cultural ímpar, onde despontam novas manifestações, obras e criadores culturais, acontece e se alimenta mesmo de uma conjunção histórica particular, quando estão em movimento conjugado mutações socioeconômicas, políticas e culturais de grandeza acentuada. A estagnação provinciana transmuta-se em um chamado “renascimento baiano”.

A Bahia, em decorrência de diferenciadas condições locais e nacionais, fica à margem das mudanças acontecidas no país no pós-1930. Aquele movimento seria então nomeado pelas elites baianas, colocadas em sua contramão, de “revolução madrasta”. As elites e a intelectualidade buscam então compreender a paralisia, principalmente em seus aspectos socioeconômicos, através do acionamento da categoria analítica do “enigma baiano”. Este “conceito” procurava indicar o “retrocesso” econômico e industrial como problemas

a serem enfrentados e solucionados. Daí uma preocupação, quase pioneira no Brasil, com o planejamento em um patamar estadual, consubstanciada na inauguração e implantação da CPE.

Pouco depois, com a descoberta de petróleo em território baiano e com a implantação da Petrobras, a situação do estado – com destaque para o Recôncavo baiano – sofrerá acentuada reversão. A Petrobras e obras, quase simultâneas, de grande envergadura e repercussão social como a Hidroelétrica de Paulo Afonso e a ligação rodoviária Rio de Janeiro-Bahia vão permitir uma integração, ainda que subordinada, à economia mais moderna do país. Paradoxalmente, neste momento, a Bahia deixa de ser “classificada” como região Leste e passa a ser Nordeste. Tal medida política pretendia garantir ao estado acesso às verbas da recém-criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

As alterações socioeconômicas expressam-se em aceleração da urbanização, ampliação da indústria e do setor de serviços e desenvolvimento de classes e segmentos sociais “modernos” na região do Recôncavo e em Salvador, especificamente.

Algumas intervenções políticas em tal contexto não podem ser desprezadas. O governo Otávio Mangabeira realiza em Salvador importantes obras modernizadoras como a construção do Fórum Ruy Barbosa, o estádio da Fonte Nova e a ampliação da orla marítima no sentido norte da cidade.

Simultaneamente, seu secretário de Educação, Anísio Teixeira, implanta com a Escola Parque toda uma nova concepção educacional; cria a Fundação de Desenvolvimento da Ciência, segunda fundação de amparo à pesquisa do país e apoia as atividades culturais, como o Clube de Cinema da Bahia. Outras obras importantes são realizadas por governos estaduais do período: a implantação da CPE, para pensar o planejamento estadual, sob a responsabilidade de Rômulo Almeida e a construção do Teatro Castro Alves.

A animação conforma-se neste ambiente dinâmico de mutações socioeconômicas intervenções políticas. A Universidade da Bahia, com Edgard Santos à frente; o Clube de Cinema da Bahia, dirigido por Walter da Silveira; os jornais e seus suplementos; as revistas culturais etc., habitam e se alimentam desta agitação do cotidiano da vida baiana. Esta reluzente conjunção, inclusive de astros, parece ser determinante para a iluminação cultural da Bahia.

Impasses

A compreensão deste momento cultural, nascedouro de uma miríade singular de intelectuais de ressonância internacional, nacional e/ou regional, dado inspirador deste texto, reivindica identificar os impasses e tensões que exauriram estas manifestações culturais e levaram a um declínio da vida cultural baiana. Uma variedade de componentes se articula também para hostilizar e mesmo paralisar aquela geração (nova) de intelectuais.

Sem dúvida, o elemento primordial, o golpe militar de 1964 e seu endurecimento autoritário com o “golpe” de 1968. A ditadura militar não só reprime, censura, inibe, desarticula. No caso baiano, ela obriga à migração de parte dos novos intelectuais para o Rio de Janeiro ou São Paulo por motivos políticos e culturais, posto que no eixo Rio-São Paulo acontece significativa movimentação cultural entre 1964-1968.

Por volta de 1964 deixam a Bahia: Glauber Rocha, Luiz Carlos Maciel, Geraldo Sarno, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Gilberto Gil, Tom Zé, Carlos Nelson Coutinho, Gal Costa, dentre outros.

Se no país acontece, no dizer de Roberto Schwarz, uma “floração cultural tardia” entre 1964 e 1968, o mesmo não ocorre, portanto, no estado. Na Bahia, com exceção do Teatro Vila Velha e seu grupo “Teatro dos Novos”, dirigido por João Augusto, quase nada de relevante culturalmente se realiza.

Mas o golpe militar e sua radicalização não podem ou devem explicar tudo. Algumas outras alterações, que abarcam zonas sociais e instâncias bastante desiguais, irradiam turbulências que consomem a agitação cultural.

A Reforma Universitária, efetivada em 1969, inspirada nos acordos Ministério da Educação brasileiro e a United States Agency for International Development, ao privilegiar as ciências e tecnologia e sua lógica especializadora atingem fortemente uma cultura não especializada, que tinha no trânsito e nas trocas culturais entre as diferentes subáreas e entre os criadores permanente alimento e inspiração para sua ebulição.

Tal mudança institucional e política, antecedida já pelo declínio da atuação cultural universitária em decorrência do afastamento, em 1961, do reitor Edgard Santos, acompanhada pelo clima restritivo existente no país, reforçou a especialização dos intelectuais e o

abandono da função pública de intervir nos debates das temáticas de peso social imediatamente relevante.

Fundamental mutação cultural transfigurou por completo a atividade dos meios de produção e difusão culturais e mesmo o caráter da sociedade brasileira. Tendo como ponta de lança a televisão, os *media* se articularam em um sistema cultural próprio, com interesses, valores, padrões econômicos e estéticos próprios, inaugurando no país a lógica da indústria cultural, já em funcionamento nos países capitalistas centrais.

A constituição da indústria cultural no país, a partir de meados dos anos 1960, desarticula as interações entre os *media* e as culturas locais, como as presentes na Bahia, ocasionando, na segunda metade da década de 1960, significativo desemprego de criadores, produtores e intérpretes, em particular na televisão. O funcionamento em rede, não simultânea e depois instantânea, governada pela lógica mercantil e “racionalizante” da indústria cultural, tenta, através do seu poder (simbólico), unificar, integrar, padronizar e “nacionalizar” a cultura.

As dinâmicas culturais regionais deixam de ter acesso aos *media*. Com o esquema de indústria cultural, dentre outras mutações relevantes, os *media* rapidamente transformam-se não só em um circuito cultural especificamente constituído e orgânico, mas, e isto é essencial, no circuito cultural dominante no país, dada a fragilidade, dentre outros, do sistema escolar-universitário no Brasil. Como circuito hegemônico, a indústria cultural, ao “expulsar” de sua rede de interação e publicização as culturas locais, impõe a tais culturas verdadeira asfixia. Sem poder dar um salto mediático, por falta de canais (sociotecnológicos), e sem uma robusta inserção sociocultural (popular), obras e autores ficaram sem um chão e um ambiente culturais apropriados.

Outro componente, igualmente desterritorializante, agora de teor urbanístico-espacial, também contribuiu para a desarticulação e declínio das manifestações culturais baianas gestadas nos anos 1950/1960.

Aquela cultura não especializada supunha um território de encontros e trocas intelectuais, emocionais, afetivas e de diversão. O centro de Salvador, do Terreiro até o Campo Grande ou mais fortemente até a Praça Castro Alves, configurava este território onde tudo se dava. Era simultaneamente a região do governo

político-administrativa do estado e do município; o espaço do comércio e dos serviços mais requintados e especializados; o lugar dos equipamentos e agitos culturais e a zona do divertimento e do lazer.

Aliás, vida cultural e boêmia amalgamavam-se no ser intelectual. Neste sentido, a cultura (não especializada) umbilicalmente ligada à boêmia habitava o centro urbano de Salvador e desta (co)habitação retirava um sumo indispensável para sua vitalidade.

As profundas alterações urbanísticas experimentadas por Salvador no final da década de 1960 e início dos anos 1970, com a construção das avenidas de vale, do Centro Administrativo e de shopping(s) longe do centro, e com a expansão da cidade no sentido da orla marítima (norte) destroem a concepção de centro. As instituições e atividades político-administrativas, comerciais e de serviços finos, os divertimentos e lazer abandonam quase integralmente aquele local. Mesmo parte (restrita) dos equipamentos e ações culturais deixam o centro. Em lugar da boêmia, os bares e boates localizam-se agora na orla marítima. O centro se dilacera e com ele a conjunção cultura-boêmia-centro urbano.

Parece óbvio que a toda esta constelação político-cultural-universitária-territorial devem ser integrados componentes intrinsecamente estético-culturais que também compartilham do declínio daquelas manifestações de cultura. A defasagem temporal de matrizes estético-culturais, de imaginários sociais e de conexões culturais, em conjunção com a fragilidade e as limitações de articulação e síntese culturais podem ser lembradas neste último veio como integrantes deste declínio.



Modernismo e modernidade na Universidade da Bahia

Tattiana Teixeira

“A Universidade é o local de atividade intelectual livre e criativa, onde florescem inquietações, fantasias...”¹

As ideias – e por que não dizer, os ideais – de modernidade e Modernismo na Bahia não chegaram calmamente, embora tenham respeitado um ritmo próprio. Por aqui, os primeiros sinais do movimento que mexeu com as estruturas artísticas do país deram inicialmente o ar de sua graça via revistas literárias. Claro que não foi por acaso que, de seu surgimento até chegar a Salvador, o movimento modernista enfrentou cerca de cinco anos de aparente limbo. Os intelectuais do período são quase unânimes em afirmar que, de fato, a cidade provinciana demorou um pouco para assimilar aquelas novas formas de poesia, de prosa, de artes plásticas. Primeiro por questões geográficas, os principais jornais do Brasil demoravam até meses para aportar na Bahia; depois por ideologia. Como

¹ Octavio Ianni, durante palestra do Fórum do Contemporâneo, evento comemorativo aos 50 anos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, [1996]. Antiga UBA.

testemunha Carvalho Filho, o movimento enfrentou alguma hostilidade no estado, o que, segundo ele, era compreensível. E explica: “É que nos vencia um ambiente pesado, de falsa cultura clássica, em seu tradicionalismo intocado”.²

Por outro lado, havia uma intrínseca desconfiança com relação aos princípios mesmos do Modernismo, e talvez isto explique um pouco do porquê – embora não seja a razão principal – para que aqui ele tenha tomado formas e ganho objetivos próprios – e em muitos momentos bastante particulares – quando começou a ser seguido com frequência. Vale lembrar que não só o Modernismo, mas também os próprios contornos da modernidade, encontraram na Bahia um ambiente capaz de dar-lhe especificidades salutares.

Embora nesta época já existisse a Escola de Belas Artes no estado, não foi de lá que surgiu a primeira mostra de arte moderna baiana, pelo menos não diretamente. Datada de 1932, a exposição de José Guimarães mostrava um pouco do que o ex-aluno da Escola havia aprendido em cursos realizados na Europa. Para seu espanto – e desgosto – não só o público colocou-se contrário à mostra, mas também “seus antigos professores e colegas da Escola de Belas Artes”. Ressalte-se que essa insatisfação com as manifestações modernistas se dava mesmo depois de passados 10 anos da Semana. De fato, a ambiência certamente serve como uma das explicações para o fenômeno: “enquanto o Modernismo era propagado no sul do país, a Bahia ainda convivia – pelo menos nas instituições oficiais como o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas Artes – com o clássico arraigado”.³

Depois disso, só em 1944 volta a ocorrer uma exposição exclusivamente modernista na Bahia. Esta segunda mostra foi organizada por Manoel Martins – que veio a Salvador ilustrar o livro *Baía de Todos os Santos*, de Jorge Amado – com algumas obras suas e de significativos artistas modernistas do sul do país, entre os quais destacam-se Tarsila do Amaral, Segall, Andrade Filho, Portinari,

² SANTANA, V. *Literatura Baiana*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986. p. 25.

³ FLEXOR, M. H. O. *A Modernidade na Bahia*. 1994. 57 f. Monografia (Apresentada ao concurso Salão do Museu de Arte Moderna da Bahia, 1.), Salvador, 1994. p. 2.

Di Cavalcanti.⁴ Considerada por alguns mais política que artística,⁵ esta mostra aconteceu na Biblioteca Pública e provocou protestos, apesar do grande público que atraiu. Mais uma vez a Bahia se opõe àquelas manifestações baseadas no Modernismo, e aqui de modo ainda mais forte: além das críticas publicadas nos jornais houve uma contraexposição satírica que, para criticar a mostra, expôs rabiscos, caricaturas e outras peças feitas por funcionários e redatores dos jornais *O imparcial* e o *Diário da Bahia*”.

É claro que se deve dar o devido lugar político a esta manifestação antes de a atribuímos única e exclusivamente a uma oposição aos “modernos”. Porém não se deve perder de vista que ela só pôde se realizar porque a assimilação do Modernismo ainda não se fizera de forma acentuada o bastante para impedi-la, apesar de que aqui o ambiente intelectual já era outro, bastante diverso daquele enfrentado por Guimarães em 1932, o que não significa que ele estivesse totalmente receptivo. Lembremos que as primeiras exposições individuais de Carlos Bastos sofreram oposições violentas, inclusive, com atos de vandalismo como obras rasgadas a gilete, por exemplo. Acontece que pelo menos alguns intelectuais já se mostravam mais favoráveis, ainda que com ressalvas, àquelas ideias.

Segundo Ludwig,⁶ o marco da aceitação do Modernismo por parte do público e dos artistas baianos deu-se em 1950 através de uma exposição patrocinada pelo *Revista Caderno da Bahia* e que contou com a participação de nomes como Sante Scaldasferri, Mário Cravo e Rubem Valentim. É a partir desta década que a compreensão e adoção de alguns dos princípios modernistas começam a se tornar mais comuns entre os artistas plásticos do estado. Vale lembrar que data também deste período a inauguração da Galeria Oxumaré que foi um dos mais importantes polos de divulgação da arte moderna baiana, além de proporcionar um contato mais direto com as obras de ilustres como Portinari e Di Cavalcanti.

Alguns podem estar se perguntando acerca do papel da Escola de Belas Artes neste período e o seu apoio, ou não, às manifestações

⁴ LUDWIG, S. *Mudanças na Vida Cultural de Salvador (1950 - 1970)*. 159f. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia 1982, p. 34.

⁵ FLEXOR, op. cit., p. 7; Ibid., p. 35.

⁶ LUDWIG, 1982; FLEXOR, 1994.

modernistas. Arraigada às características e valores clássicos, ela demorou a se adaptar aos novos tempos e tendências. Então, não foi sem resistência que ela pôde, mais tarde, se dinamizar (processo este que só ocorreu na década de 1950, sob a administração de Mendonça Filho).

Neste sentido, cabem aqui algumas explicações: muito antes da instauração da Universidade da Bahia (UBA), a Escola de Belas Artes já existia – ela foi fundada, precisamente, em 1877. Pela sua história e influências, era natural o culto ao clássico e ao tradicional e, conseqüentemente, a resistência. Afinal, o Modernismo tomou ares de contestador das formas já postas em todos os lugares do país onde teve alguma repercussão. Além disso, aqui – de um modo geral – o clima era pouco satisfatório ao seu desenvolvimento ou pelo menos para a aceitação imediata por parte dos que já atuavam nas artes há algum tempo.

Apesar da forte resistência, porém, também a Escola de Belas Artes participou do movimento de renovação que tomou conta de Salvador, sobretudo no final da década de 1940. Neste sentido, destacam-se tanto a ampliação do corpo docente, como a maior liberdade para que os alunos se exercitassem na Escola de Belas Artes, sem precisar seguir normas e padrões tão rígidos como antes.

Neste sentido, não foi só a adoção ideológica do novo enquanto manifestação anteposta ao tradicional que a Escola proporcionou, mesmo que através de um processo conturbado, mas também a aplicação de técnicas modernas, inclusive com a introdução do Curso de Gravura e a valorização do desenho enquanto expressão artística. A Escola de Belas Artes, para isso, contou com a ampliação de seu corpo docente que passou a ser integrado por nomes como Maria Célia Calmon, Jacyra Oswald e Adam Firnekaes.

De fato, é difícil imaginar que, apesar da resistência, a Escola de Belas Artes fosse capaz de manter-se à margem de todo o processo de renovação cultural que tomou conta da Bahia, sobretudo a partir da década de 1950. Afinal, a própria Universidade da Bahia à qual ela havia sido integrada era um dos polos irradiadores de toda uma nova realidade cultural que adotava o novo e o moderno como eixos centrais. Isso até mesmo por exigência de seus alunos cujos perfis estavam muito distantes das ideias clássicas. Antes, queriam inovar, quer fosse na técnica, quer na forma e nos materiais usados: gesso e mármore dão lugar ao aço, ao ferro, ao latão.

Ressalte-se, contudo, que o processo não é de ruptura total, inclusive os salões de arte que se tornam comuns na cidade são um reflexo disso. Com grande enfoque na arte moderna eles não colocam em segundo plano o tradicionalmente acadêmico, mas proporcionam uma convivência até certo ponto pacífica, neutralizando a oposição radical.⁷ Aliás, esta é uma das marcas do reitorado de Edgard Santos: introduzir diplomaticamente – mas com energia – o novo. Romper barreiras sem produzir escândalos, sempre tentando conquistar o aval tanto da comunidade acadêmica, quanto da sociedade baiana de modo geral. Novas técnicas e tendências, muitas totalmente diversas das existentes não só na Bahia, como até mesmo no Brasil não foram, aliás, uma especificidade das artes plásticas, mas antes, de praticamente todas as unidades da Universidade da Bahia.

Termos como “moderno” e “modernidade” não por acaso permearam boa parte das atividades e escolas da Universidade no período. O espírito renovador e criador estava presente, talvez como consequência da irreverência ponderada de grupos anteriores como os que estiveram à frente da Academia dos Rebeldes, *Arco & Flexa* e *Caderno da Bahia* e do crescimento expressivo de Salvador que, aos poucos, saía de seu isolamento de quase 300 anos para encontrar-se sem receio (?) com palavras e filosofias como o “progresso” e o “desenvolvimento”, por exemplo.

A Escola de Teatro foi um claro exemplo disso: sob a direção de Eros Martim Gonçalves adotou o teatro profissional como prática. O que significa isso? Para compreender melhor é preciso lembrar que esta foi uma iniciativa pioneira em nível universitário na área e, depois, que o teatro, em si, não era algo distante da realidade baiana até então. No entanto, o que se via e fazia por aqui era, em boa medida, fruto de iniciativas de fora da Bahia, companhias que apareciam de passagem como as óperas italianas apresentadas no auditório do atual Instituto Feminino. As produções baianas, quando haviam, seguiam gosto duvidoso e pouca, para não dizer nenhuma, técnica profissional, sobretudo a partir das décadas de 1920 e 1930⁸. Em meados da década de 1940 a situação já era de total estagnação neste campo.

⁷ FLEXOR, 1994, p. 25.

⁸ SANTANA, 1986, p. 32.

Foi com este amadorismo que a Escola de Teatro rompeu. E isso sem adotar propostas de vanguarda – no sentido mais “revolucionário” do termo – mas seguindo os caminhos da técnica apurada e da profissionalização. Do cenário ao figurino e, sobretudo, na performance do ator, o cuidado com o apuro técnico sempre foi uma das marcas da escola. Poderíamos até arriscar dizer que a escolha dos primeiros autores a serem encenados dá bem uma prova desta busca coerente e ao mesmo tempo discreta do moderno: Tenesse Wiliams, Shakespeare e Strindberg foram alguns deles. Na visão daqueles que dirigiam a escola, valia mais, naquele momento, intercambiar setores artísticos diversos – dança, música e teatro, por exemplo – e produzir espetáculos de caráter técnico impecável.

Essa característica da nova escola fica evidente até mesmo nos cursos criados inicialmente: interpretação, dicção, história do traje, direção e cenografia. Até então estas modalidades eram praticamente desconhecidas na Bahia, apesar de imprescindíveis para montagens de qualidade. Como não poderia deixar de ser, algumas objeções à escola não demoraram a aparecer. Uma delas dizia respeito à orientação “aristocrática” dada por Martim Gonçalves, em contraposição ao “nacional-popular” que ganhava contornos cada vez mais nítidos no país. Depois de certas montagens como, por exemplo, *Senhorita Júlia*, alguns críticos não tardaram em questionar a inadequação da peça se comparada com o “surto renovador do teatro brasileiro”. Mesmo assim, ela atraía um público cativo e crescente e era frequentemente apontada em artigos como uma referência obrigatória para a história do teatro no Brasil.

Aquele surto de modernidade que tomava conta da Universidade da Bahia, graças a uma percepção aguçada de Edgard Santos, principalmente a partir da década de 1950, não proporcionou apenas a criação da Escola de Teatro, mas também as de Música e Dança. Sob a liderança de especialistas vindos de outros países, ambas provocaram mudanças consideráveis nos setores em que atuaram, quer fosse pela liberdade que procuravam proporcionar, quer pela novidade que imprimiam àquela sociedade.

Na Escola de Música, a que inaugurou a criação destas escolas de arte na Bahia, o que havia de mais moderno no mundo foi aplicado. Do dodecafonismo à ausência completa de currículo, ela proporcionou uma verdadeira revolução na forma de fazer e ouvir música na Bahia. Mais uma vez, o eixo central daquele empreendimento passa,

necessariamente, pelos ideais modernos presentes desde a substituição do professor catedrático pelos contratos provisórios, até os tão aclamados Seminários Livres de Música. Aqui também a técnica em lugar da prática amadorística, a exercitação baseada em métodos eficientes e a preocupação com as novas tendências são características centrais.

Era a ideia de progresso que incentivava as ações de Hans-Joachim Koellreutter – primeiro diretor da Escola de Música – e este conceito estava presente já em seus primeiros discursos. As iniciativas posteriores acabaram confirmando que ele conseguiria atingir seu objetivo de trazer o que havia de mais progressista para a Bahia. A começar pela própria ausência de currículo fixo, iniciativa que visava à formação global do aluno enquanto personalidade.⁹

Suas ideias aos poucos foram dando certo e a concorrida presença do público aos Seminários Livres de Música que, mais tarde, deram origem aos Seminários Internacionais de Música é uma prova disto. Sempre promovendo eventos significativos, a escola atraía um público cada vez maior ao Salão da Reitoria, onde aconteciam suas apresentações. Talvez aí resida um sinal significativo da efervescência que tomava conta não só da Universidade, mas de Salvador de um modo geral. Promovidos anualmente, os Seminários Internacionais visavam “integrar e atualizar os estudantes de música de todo o Brasil [...] e, ainda, [...] contribuir para a complementação dos jovens músicos brasileiros”,¹⁰ e eram capazes de reunir na plateia não só músicos, mas todos os segmentos da sociedade.

Os Seminários foram um marco na renovação cultural baiana. Neste sentido, vale a pena citar um trecho do artigo publicado no jornal *Estado da Bahia* que, entre outros pontos, destacou a afluência do público ao evento:

⁹ SANTANA, P. Texto preliminar da pesquisa Comunicação e Cultura na Bahia -1950-1970. In: SEMINÁRIOS DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- anos 50 e 60 Salvador, 1995. *Texto...* Salvador, 1995. p. 9

¹⁰ CARVALHO, M. do S. S. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)*. 86f. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

Durante um mês milhares de pessoas acorreram ao Salão Nobre da Reitoria para ouvir música de qualidade. Sucederam-se os concertos de piano, violino, oboé, flauta, trompa, duos, trios, quartetos, octetos, enfim, uma variedade admirável de expressões musicais que sempre encontraram casa cheia, quer fossem nos concertos vespertinos quer nas noites de gala. Fica feito esse registro como um dos sintomas mais animadores de espiritualidade e de interesse pela alta cultura demonstrada pelo povo baiano e de modo especial pela sua mocidade.¹¹

96
✱

Esta valorização dos Seminários tinha uma razão muito clara. Através deles, a Bahia entrou em contato com o que havia de mais moderno na música mundial e a formação técnico-artística de músicos ganha impulso surpreendente. Seguindo as trilhas do dodecafonismo, os alunos da Escola de Música engajam-se na atonalidade, técnica onde não existe um tom determinado e que é uma das mais conhecidas aplicações do serialismo. Na Bahia, através dos Seminários foi possível entrar em contato com Schoenberg, por exemplo, uma das três figuras clássicas do dodecafonismo ao lado de Berg e Webern.

A inovação foi além da técnica, proporcionando a criação até mesmo de instrumentos. Walter Smetak foi um dos pilares destas experiências novas da Escola de Música, criando os objetos mais surpreendentes. Premiada na I Bienal de Artes Plásticas, graças às suas “Plásticas Sonoras”, o músico tenta “checar os limites da arte até a criação de seus próprios instrumentos”.¹² Assim, no porão da escola, ele monta uma oficina onde, além de desenvolver pesquisas de som, cria instrumentos à base de PVC, mangueiras e cabaças, fabricando uma verdadeira “orquestra”. Como afirma Patrícia Santana, “Smetak experimentou inventar novos instrumentos que tocariam uma nova música a ser elaborada por novos homens em busca de um novo mundo”.

A ousadia e a assimilação de elementos diversos para a elaboração do novo não foram uma exclusividade de Smetak. Esta observação, evidentemente, não pretende lhe tirar o mérito enquanto um

¹¹ CARVALHO, 1992, p. 83.

¹² CARVALHO, 1992.

dos grandes renovadores culturais que fizeram história na – e da – Bahia, mas mostrar que esta inclinação para a experimentação técnica era uma constante na cidade que saía quase abruptamente do estado de letargia ao qual estivera confinada durante muito tempo.

Yanka Rudzka e a Escola de Dança são um bom exemplo. A proposta da escola, criada em 1956, de ser local por excelência da dança moderna por si só já é uma inovação. Até então, o que se conhecia de dança na Bahia era apenas o balé clássico e romântico. Tendo à frente a bailarina polonesa Yanka Rudzka, a escola introduziu no estado uma série de renovações nesta área e, muitas vezes, participou de ações conjuntas com as Escolas de Música e Teatro. Nada mais natural, afinal, estas três unidades mantinham atividades e ideais sincronizados pelo menos sob um aspecto: a busca do novo, do moderno, da técnica enquanto possibilidade de criação.

Contrária à técnica fria que, segundo ela, produzia movimentos mecânicos e superficiais, Yanka defendia a possibilidade do movimento estar intimamente ligado à expressão. Não é difícil entender o que isto significa:

ele deve ensinar a dançarina a sentir, a libertar-se de suas inibições, abrindo-lhe desta forma um mundo de possibilidades, permitindo-lhe escolher livremente o que mais convém à sua mentalidade, à sua tendência e fantasia. A dança moderna desenvolve a personalidade, exigindo força de sentir, de pensar e criar¹³

É interessante ressaltar que, graças à escola, a Bahia não só conheceu novas diretrizes e tendências, como também mostrou traços do novo para todo o Brasil que pouco conhecia de dança moderna. Sem dúvida, uma ironia da província que não só retomava as rédeas de seu desenvolvimento, como voltava a dar os primeiros passos em algumas iniciativas em campos diversos. Neste sentido, o depoimento de Dulce Aquino, uma das primeiras alunas da escola, é bastante ilustrativo: “enquanto o Rio de Janeiro e São Paulo estavam

¹³ UZEL, M. Texto preliminar da pesquisa Comunicação e Cultura na Bahia -1950/1970. In: SEMINÁRIOS DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- anos 50 e 60. Salvador, 1995. *Texto...* Salvador, 1995. p. 13.

no mofo do fim do romantismo, a gente tinha um avanço nas linhas modernas do século XX”.¹⁴

Outro ponto importante é que este pioneirismo não significava, necessariamente, uma ruptura definitiva com as velhas formas. Ao contrário, a ideia de Yanka estava muito centrada na possibilidade da dança moderna enquanto desenvolvimento de uma velha arte, em constante busca de novas formas e concepções. Esta filosofia, se assim pudermos chamar, privilegiava, sobretudo, o produto artístico, antes de qualquer regra curricular, bem como a liberdade de criação, que não deveria submeter-se nem mesmo à trama sonora, sob pena de perder sua riqueza expressiva. Cabe aqui, mais uma vez, uma explicação da própria Yanka: “A bailarina exprime através do corpo estados de consciência e subconsciência, conservando o equilíbrio entre o conteúdo e a forma, o tempo e o espaço”.¹⁵

Alguns exemplos do que esta linha representava são as apresentações de Lia Robatto, atuando como solista em uma coreografia realizada ao ar livre sem música, dançarinos e cenários ou, ainda, a apresentação de espetáculos como *Ritmos* inspirado nos *Sarcarmos*, de Prokofiev, Prelúdio, de Debussy, e *Moça fantasma*, baseado em um poema de Carlos Drummond de Andrade. Fazendo da dança um exercício de religiosidade – o que para alguns pode soar como um paradoxo aos pilares do que se convencionou chamar de moderno, com ênfase na declarada racionalidade positivista –, Yanka substituiu a referência a elementos da natureza como o mar, a luz e os pássaros que inspiravam a pioneira Isadora Duncan – pelos arquétipos da cultura afro-baiana. Como resultado disso tudo, a aceitação do público que assistia com entusiasmo até mesmo espetáculos encenados em espaços alternativos como, por exemplo, o estacionamento da reitoria.

À frente da escola até 1959, Yanka Rudzka foi substituída por Rolf Gelewski, que foi o responsável pela regulamentação dos cursos da Escola de Dança pelo Conselho Federal de Educação. Embora mais adaptado à burocracia acadêmica, Rolf não abandonou a linha mestra da dança moderna – embora com enfoque em outras temáticas – e, dirigindo o Grupo de Dança Contemporânea – fundado

¹⁴ Apud UZEL, 1995.

¹⁵ UZEL, 1995, p. 16.

ainda na época de Yanka – foi o responsável por montagens como Procissão, com músicas de Gilberto Gil, e *Zumbi*, de Edu Lobo.

Os ares modernos da então UBA não se restringiram à área artística. Pelo contrário, muitas outras unidades mostraram que estavam engajadas no projeto de Edgard Santos que passava, senão formalmente, ao menos ideologicamente, pela proposta de modernização por completo da recém-criada Universidade da Bahia.

É assim que, como as Escolas de Dança, Música e Teatro – que foram as primeiras do Brasil em nível universitário – foram responsáveis por imprimir um caráter diferencial à Bahia que já não era mais aquele do atraso, mas do desenvolvimento, também muitas unidades das áreas de humanas, exatas e médicas contribuíram para a constituição deste quadro.

Neste sentido, um exemplo importante foi a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), em 1959. Sua proposta e seus objetivos já davam os primeiros sinais de sua condição moderna, principalmente pela forte preocupação em estudar o povo negro – suas crenças, costumes e tradições – de uma forma rigorosa e científica, e não mais como elemento folclórico. Por conta do impacto que o Centro poderia causar – e efetivamente causou – na sociedade, que até então não conseguia valorizar ou ao menos respeitar os negros, a iniciativa surgiu cautelosamente. Observemos o depoimento de Agostinho da Silva, o fundador do CEAO:

Pareceu-me, então, que, talvez em Salvador, na Universidade da Bahia, pudesse instalar alguma coisa que começasse a ensinar África. E assim foi. Primeiro fundou-se o Centro de Estudos Africanos e Orientais. Por quê? Porque o embaixador do Brasil na Unesco dissera ao reitor que este organismo estava interessado em que houvesse estudos orientais no país. O reitor, que era um homem da urologia e que não tinha uma idéia muito perfeita do que se podia fazer nesse campo, quando lhe apareci com uma proposta sobre estudos africanos, dizendo que talvez fosse interessante estendê-la a estudos orientais, ele agarrou a idéia, satisfez o embaixador e formou um Centro de Estudos Africanos e Orientais. Impróprio para o meio! Naquela altura na Bahia, o meio não o admitia, pois a população era em grande parte africana, quem não fosse era provavelmente mestiço e acima de todos flutuava o branco. O reitor, muito bom conhecedor do meio, não deixou que

fosse imediatamente público um centro de estudos africanos e orientais [...].¹⁶

Aos poucos, o CEAO foi saindo dos porões da Reitoria, onde começou suas atividades, para funcionar às claras, mesmo sob a objeção de alguns. Criado para ser “um instrumento de pré-concebida política no plano local, nacional e internacional”, ele foi muito importante para o desenvolvimento de pesquisas sobre cultura afro-baiana, além de ser um significativo instrumento político que efetivou as relações Brasil-África, o que atendia às ideias políticas de Agostinho da Silva. Para Vivaldo da Costa Lima, um dos primeiros pesquisadores do centro, o CEAO é o próprio exemplo da modernidade, uma vez que, até então, o que havia era um pensamento “extremamente reacionário porque a Universidade brasileira sempre ignorou o negro e a sociedade baiana sempre fez dele algo folclórico”¹⁷

Com grupos de pesquisa nas mais diversas áreas, entre as quais sociologia, antropologia, história, geografia e linguística, os estudiosos que faziam parte do centro tinham uma forte preocupação com a pesquisa, seguindo metodologias próprias que assegurassem o caráter sociocientífico da instituição. De certa forma, esta era uma novidade na Bahia que durante muito tempo viveu sob os dogmas da cultura de oratória.

Com o objetivo oficial de “aprofundar o conhecimento, em nível universitário, das culturas africana e asiática, empenhando-se, por outro lado, nas pesquisas de influências dessas culturas no Brasil”¹⁸, o CEAO tinha uma estrutura que seguia o modelo de instituições semelhantes existentes em outros países e foi a primeira do gênero no Brasil a nível universitário. Suas atividades estavam intimamente ligadas à realização de cursos e, como já dito, no desenvolvimento de pesquisas. Faziam parte de seus quadros nomes como Vivaldo da Costa Lima, Guilherme e Yeda Castro, Waldir Freitas Oliveira, entre

¹⁶ SILVA, A. da. *Vida conversável*. Brasília: CEAM, 1994.

¹⁷ Apud, UZEL, 1995.

¹⁸ REVISTA AFRO-ÁSIA. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, ano I, n 1, dez. 1995.

outros, responsáveis por trabalhos pioneiros em diferentes campos de conhecimento.

Na área de linguística, um dos destaques foi o trabalho desenvolvido por Guilherme e Yeda Castro que abordava o vocabulário português dos expatriados brasileiros no fim do século passado (ou seja, ex-escravos libertos que retornariam às costas da África e que fundaram a comunidade brasileira de Lagos, na Nigéria) e comparações populares na Bahia, nos seus aspectos sociopsicológicos e linguísticos. Com pesquisa de campo, o estudo minucioso foi bastante significativo e, ainda hoje, conserva sua importância.

No setor de Estudos Sociológicos e Linguísticos, destacou-se à época o levantamento etnográfico das casas de candomblé na Bahia com vistas a uma melhor compreensão da vida religiosa do povo baiano, além da pesquisa etnolinguística da “língua candomblé”, feita em parceria com o setor de linguística e que teve como autor o pesquisador Vivaldo da Costa Lima.

É interessante observar que era a primeira vez, depois de Edson Cordeiro, que o candomblé perdia o caráter exótico ou turístico para ser objeto de uma pesquisa científica séria e fundamentada. Embora anos antes começasse a existir a aproximação de alguns intelectuais com os terreiros de candomblé, como testemunhou Jorge Amado referindo-se às décadas de 1930 e 1940, ela ainda se dava muito mais no plano religioso que científico. Com a tendência modernizadora e a assimilação, ainda que particular, do espírito moderno que há muito havia tomado conta do país, a Universidade da Bahia, através do CEAO, tratou de torná-lo um objeto de estudo dos mais valiosos. Outra pesquisa interessante, ainda realizada pelo mesmo setor do CEAO, foi sobre medicina popular, ou o uso medicinal e mágico-religioso de ervas e raízes e seus fundamentos afro-ameríndios.

Além de pesquisas, o Centro foi responsável pela realização de cursos como os de iorubá, hebraico, russo, japonês, geografia regional africana, história da África negra pré-colonial, etnias e culturas africanas no Brasil. O de iorubá foi responsável por uma série de inovações: além do tema, que por si só já exibe um caráter diferenciado, pela primeira vez não era exigido dos participantes nem sequer a alfabetização, o que abria as portas da Universidade para todas as pessoas, com qualquer grau de escolaridade. O curso durou três anos e atraiu muita gente, principalmente descendentes de africanos que queriam conhecer a língua de seus antepassados. Exposições e

palestras, além de variadas publicações, também fizeram parte das atividades e produções do centro.

Outra fonte de pesquisas permanentes, muitas delas baseadas em métodos totalmente novos na Bahia, foi o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, liderado por Milton Santos. Essencial para o estudo e compreensão das realidades baianas nas mais diversas regiões – desde o subúrbio ferroviário até algumas do interior do estado – ele contou com o apoio não só de pesquisadores como do governo francês e foi muito importante para o desenvolvimento de estudos na área da geografia humana na Bahia.

102

✱

Uma visão panorâmica sobre o trabalho desenvolvido pelo laboratório mostra que a conjugação de pesquisadores com vasta experiência, na maioria das vezes adquirida fora do país, e outros que começavam a ser formados, abriu várias possibilidades de melhor conhecimento do estado, sobretudo quanto à sua constituição populacional.

Primeiro do gênero no Brasil, o laboratório, desde o início de suas atividades, “empenhou-se na preparação de especialistas em Geografia Aplicada, através da leitura dirigida, sessões de discussão e métodos, de excursões, de pesquisas e didáticas, além de orientação de trabalho de pessoal”.¹⁹ Considerado um centro dinâmico de pesquisas geográficas, ele contou com a colaboração de diversos especialistas franceses da área de geografia humana e realizou diversos trabalhos pioneiros.

Os trabalhos realizados tinham um elo centrado primeiro na tentativa constante de “empreender investigações baseadas em pesquisas de campo” e, depois, “o interesse de compreender a cidade do Salvador e alguns problemas de seu espaço periurbano”. Com base nisso é que as pesquisas visavam funcionar como uma espécie de levantamento e análise de problemas de forma a possibilitar o empreendimento de ações concretas por parte, sobretudo, de entidades governamentais.

Como explicou o próprio Milton Santos, “se a geografia intencionalmente aplicada conduz a uma prestação de serviço às administrações, qualquer boa geografia ‘tout court’ não é menos útil à postulação dos problemas de ordem prática com base em dados de

¹⁹ RELATÓRIO Anual. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, dez. 1959, p. 3.

certeza e objetividade”.²⁰ Um bom exemplo disso foi o trabalho sobre a Calçada, desenvolvido por Norma Maria Ramos que estudava a estação e o bairro. À época, 1960, ela contava com uma população de cerca de 4.500 habitantes e o estudo teve o apoio da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência da Bahia. Como conclusão, a pesquisa apontava para o poder de transformação de uma estação ferroviária “que tem a capacidade de imprimir no seu bairro e vizinhança uma marca singular”.

Seguindo linhas semelhantes, foram desenvolvidas pesquisas em Plataforma – subúrbio industrial de Salvador – e outra intitulada “Escada e Terezinha, desdobramentos de um antigo subúrbio ferroviário”, de autoria de Maria Auxiliadora da Silva, apenas para citar alguns exemplos. O Laboratório foi responsável, ainda, por trabalhos sobre o subúrbio de Periperi, a morfologia da cidade de Jequié, Mata de São João, Ilhéus, a vida rural dentro de Salvador, entre outros.

Sem dúvida, o que imprimiu o caráter moderno – uma das marcas mais nítidas do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais – às pesquisas desenvolvidas pelo grupo de Milton Santos foi o constante intercâmbio com professores estrangeiros que permitiu a aplicação dos mais inovadores métodos de pesquisa conhecidos até então.

A divulgação dos trabalhos produzidos pelo Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais (LGER) era feita através do Boletim Baiano de Geografia (BBG), publicado pela primeira vez em 1960. A publicação, até 1965, estava sob a responsabilidade da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – núcleo Salvador, e, na sua primeira página, trazia a seguinte frase: “Publicado com a colaboração da Reitoria e do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia”.²¹

No segundo volume foram veiculados, entre outros, artigos assinados por Jean Tricard e Nilda Guerra de Macedo, ambos do laboratório. Além disso, na seção dedicada aos “Comentários”, constavam textos de Milton Santos, Teresa Cardoso da Silva e Waldir Freitas Oliveira, também ligados ao LGER. Somente a partir do volume 8,

²⁰ RELATÓRIO..., 1959, p. 5.

²¹ BOLETIM..., 1960.

em dezembro de 1965, a situação se inverte e o boletim passa a ser uma publicação oficial do laboratório com a colaboração da AGB, secção Bahia, já sob a reitorado de Miguel Calmon.

Por outro lado, a presença de Milton Santos no Jornal *A Tarde* – primeiro como colunista e depois como editorialista – garantiu a publicação constante de matérias relacionadas aos trabalhos desenvolvidos pelo laboratório. Assim, as pesquisas logo saíram das duas salas cedidas pela Escola de Filosofia – localizada à época em Nazaré –, chegando rapidamente ao conhecimento público. Com isso, adquiriu-se o reconhecimento da sociedade que, deste modo, entrava em contato com o que vinha sendo produzido pelo laboratório.

Aos poucos, a ideia foi chamando a atenção do país e Santos começou a receber currículos de pessoas de todo o Brasil interessadas nos trabalhos aqui desenvolvidos. Assim, vieram professores – à época estagiários – de São Paulo, Rio Grande do Norte entre outros estados, sem falar dos cooperantes franceses. Em 1959, o LGER recebeu proposta de convênio com a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Outros foram assinados com o Instituto Joaquim Nabuco e o Serviço Social Rural (SSR). Para o instituto, o laboratório realizou pesquisas sobre geografia rural; para o SSR, levantamento sobre o uso da terra em regiões previamente determinadas.

É fácil verificar, portanto, que o movimento renovador não foi uma característica exclusiva dos setores artísticos da Universidade da Bahia – ele se estendia, com maior ou menor intensidade, por outros setores universitários²² inclusive os técnico-científicos. Não se pode perder de vista o papel da Escola Politécnica, por exemplo, que além de instalações do mais alto padrão, tinha uma estrutura totalmente voltada para a melhor formação possível de seus estudantes. As novas instalações da escola contavam com biblioteca, além de “completos e perfeitos laboratórios de física, química, mecânica e hidráulica”, apenas para citar algumas características de sua estrutura.

Em 1961, é a vez da inauguração do novo prédio da Faculdade de Direito, classificada por Orlando Gomes como a maior e mais moderna do Brasil, dotada da melhor biblioteca especializada do país.

²² CARVALHO, 1992, p. 79.

²³Também as áreas de medicina – sobretudo com o desenvolvimento do Hospital Universitário – e letras – na qual uma das principais iniciativas foi o Atlas de Falares Brasileiros –, assim como a criação da Escola de Administração, entre outras atividades, sofreram os impactos da sucessão de atos modernizantes que tomou conta da Universidade da Bahia nos primeiros anos de sua fundação.

Modernização e peculiaridade, portanto, parecem ser as palavras-chave quando se trata de analisar tanto a UBA, quanto a própria Bahia daqueles anos. Aqui, o isolamento de décadas mostrou caminhos e fórmulas muito singulares que fizeram com que até mesmo a adoção do Modernismo tivesse traços próprios. Como dois dos motivos para este fenômeno, poderíamos apontar, como vimos, a presença marcante de intelectuais estrangeiros na Bahia, muitos deles nomes essenciais nesta fase de desenvolvimento e, depois, o próprio ambiente criado por este distanciamento crítico – estimulado pelo conservadorismo dos “burburinhos” – que fez com que o movimento modernista só ganhasse força no estado mais de 20 anos após o seu surgimento em São Paulo.

Resultado: os contornos baianos destas iniciativas foram muito próprios, o que não é difícil de compreender. Sem se prender aos fundamentos xenófobos do movimento original e sem seguir à risca e incondicionalmente as suas formas originais, os movimentos Modernista e Moderno baianos foram marcos capazes de influenciar sucessivas gerações de intelectuais durante décadas, e não é à toa que boa parte das ideias baianas apareceram no cenário nacional como totalmente renovadoras. Talvez isto seja uma das maiores consequências dos caminhos peculiares que foram seguidos. Uma frase de Jorge Amado é certamente uma das melhores maneiras de tentar compreender este fenômeno, mesmo que ainda restrita aos movimentos literários e a outra temporalidade: “Nós, os rebeldes, tínhamos um ponto de vista: queríamos uma literatura nacional, mas com um conteúdo capaz de se universalizar”.²⁴ Aqui surge, então, a terceira palavra que se soma ao binômio moderno-peculiar: universal. A província saiu do seu tradicionalismo freiante para tornar-se um verdadeiro abrigo do mundo. Transformou-se no lugar no qual todas as ideias e pessoas, de todos os cantos, viam-se envolvidas

²³ SANTANA, 1986. p. 15.

²⁴ SANTANA, 1986. p. 15.

em um grande atelier – ou seria melhor laboratório – de experimentações, não totalmente livre, é verdade, mas pelo menos propenso a deixar que estas viessem à tona. Seus traços próprios de uma cultura singular somaram-se a muitas outras, criando manifestações, formas, iniciativas únicas de pessoas que aqui aprenderam e ensinaram, proporcionando o elo criador entre muitos mundos.

Referências

BOLETIM Baiano de Geografia. Salvador: Associação dos Geógrafos Brasileiros, ano 1, n. 2, set. 1960.

CARVALHO, M. do S. S. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)*. 86f. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

FLEXOR, M. H. *A Modernidade da Arte Baiana*. Salvador: 1994.

LUDWIG, S. *Mudanças na Vida Cultural de Salvador (1950 - 1970)*. 159f. 1982Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1982.

RELATÓRIO Anual. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, dez. 1959, p. 03.

REVISTA AFRO-ÁSIA. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, ano I, n 01, dez. 1995. Semestral. ISSN 19811411.

SANTANA, P. Texto preliminar da pesquisa Comunicação e Cultura na Bahia - 1950/1970. In: SEMINÁRIOS DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - anos 50 e 60 Salvador, 1995. *Texto...* Salvador, 1995. p. 9.

SANTANA, V. *Literatura Baiana*. Rio de Janeiro: Philobiblion; Brasília: INL, 1986. p. 25.

SILVA, A. da. *Vida Conversável*. Brasília: CEAM 1994.

UZEL, M. Texto preliminar da pesquisa Comunicação e Cultura na Bahia -1950/1970. In: SEMINÁRIOS DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- anos 50 e 60 Salvador, 1995. *Anais...* Salvador, 1995. p. 13.



A Universidade da Bahia e a descoberta cultural da Bahia

Marcos Uzel

“Te chamo de Senhora Opô Afonjá/Eros, Dona Lina, Agostinho e Edgard/Te chamo Menininha do Gantois/E Candolina, Marta, Didi/Dodô e Osmar...” O trecho é da canção *Bahia minha preta*, de Caetano Veloso, gravada por Gal Costa no disco “O sorriso do gato de Alice”, em 1990. Versos que listam referências de um momento que marcou a história da cidade do Salvador há mais de 40 anos. Pode-se dizer que, naquela época, enquanto as tendências manifestadas em outras partes do país propunham uma busca de elementos culturais brasileiros, no sentido mais abrangente da expressão, como a raiz nordestina do Cinema Novo e a sonoridade do sertão, presente na obra do compositor Geraldo Vandré, o olhar da Bahia diferenciava-se por se voltar para a própria cultura local. A arte produzida na Escola de Dança da Universidade da Bahia no final dos anos 1950 é um exemplo. Primeira unidade de nível superior do Brasil nessa área, essa instituição nasce com a marca renovadora da dança moderna, opondo-se sobretudo aos valores estéticos característicos do balé clássico e romântico de grande evidência naquela época, inserindo-se em contraposição ao contexto de uma sociedade baiana com fortes traços conservadores.

Alguém há de se perguntar o porquê desse pioneirismo inovador, que também inclui os cursos superiores de música e de teatro.

É certo que as poucas informações existentes sobre o que acontecia no cenário baiano em termos de realização coreográfica, antes desse período, remetem a fatos bastante esporádicos. A Escola de Dança surgiu com a finalidade de formar bailarinos, professores e coreógrafos, funcionando em anexo o Conjunto de Dança Contemporânea da Bahia, ligado à própria Universidade e fundado no intervalo de 1956 a 1959. As aulas se distribuía em áreas afins como história da música, ritmo e estética (lecionadas pelo compositor dodecafonico Hans Koellreuter); apreciação da obra de arte (por Martim Gonçalves); antropologia e anatomia, história da dança, história da arte, técnica de dança moderna, improvisação, composição coreográfica e metodologia, entre outras.

A chegada de Janka Rudzka à Universidade da Bahia fez com que a própria Universidade percebesse uma das facetas da baianidade: o universo cultural do povo negro. O mais interessante é que, aos olhos estrangeiros da coreógrafa, o que para a Bahia era visto como tradicional (e também exótico, tropical, sensual...), para ela transparecia como algo moderno, provavelmente pelo ineditismo daquelas manifestações culturais. Apaixonada por esse leque sugestivo de possibilidades criativas – segundo relatou sua principal discípula no Brasil, a coreógrafa Lia Robatto, durante palestra realizada na Faculdade de Comunicação, em 1992 –, Janka transformou tudo o que vivenciou em lições para o seu trabalho.

Seu fascínio pelo candomblé, por exemplo, explica-se na sua própria conceituação para o sentimento generalizado da dança moderna, vista como um novo desenvolvimento de uma velha arte. A própria Janka considerava que a dança, em toda a história, recebeu do impulso religioso força e importância. Lia Robatto recorda: “Janka Rudzka, na década de 50, tendo uma visão cultural universal e contemporânea, propôs a criação de uma Escola de Dança com projeção para o futuro, considerando sempre a realidade cultural local [...]”. Dentro do seu conjunto de temáticas, foi marcante a presença da cultura baiana, explorada na emergência de manifestações como os ex-votos e o candomblé, típicos do universo local. Buscava-se não a simples repetição, mas sim a transformação da essência desses materiais gerados pelo povo baiano em linguagem moderna de dança.

“Candomblé” (o primeiro da série Impressões do Folclore Brasileiro); “Água de Oxalá” (com música de Eunice Catunda) e “Ex-Voto

(com poesia de Cecília Meireles e acompanhamento de berimbaus) foram alguns exemplos, numa apropriação seduzida por encantamentos estéticos, transformadas em arquétipos para a dança, mas sem grandes aprofundamentos de conteúdo”.

O que Janka buscou foi exatamente o novo (a novidade) dentro das suas inquietações. Como já foi dito anteriormente, para ela a arte aproximava-se de um sentimento quase que permeado por uma religiosidade. Sua dança brotava do centro do corpo humano, defendendo um retorno à simplicidade natural baseada na observação, no pensamento e nos instintos. Nisso, a coreógrafa polonesa via correlação direta com os passos da cultura de raiz produzida nos terreiros de candomblé. Estes eram tidos como muito mais viscerais e dotados de uma mistura de ancestralidade com uma sugestiva e espontânea oferta de produção para o exercício de uma criatividade artística acentuadamente moderna. O candomblé é uma religião fortemente marcada pelo vínculo com os fenômenos da natureza e Janka Rudkza parece ter percebido a força dessa relação. Não interessava a Janka o envolvimento religioso com os cultos afro-brasileiros, mas sim a linguagem e a gestualidade.

Curiosamente, Janka, que também se aproximou do universo da capoeira, chegou à instituição numa época em que era visível a ausência de tradição. Isso certamente facilitou a chegada do novo, no caso, a sua dança. E tal ausência acabou sendo preenchida por uma leitura moderna do tradicional.

Sensível, aproveitou recursos instrumentais da cultura popular baiana, como o berimbau, utilizando seu ritmo em sua expressão melódica, e não como uma divisão mecânica e matemática. Rapidamente tomou conhecimento do ‘clubinho dos artistas’ de Salvador, mas sem nele se inserir, apenas assimilando as lições sobre dados da cultura local, como aqueles aprendidos com Carybé, sobre o candomblé [...].¹

¹ PINHEIRO, J. B. M. *Edgard Santos e a origem da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia: a utopia de uma razão-apaixonada*. 1994. 57f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

Já seu sucessor, Rolf Gelewski, que atuou a partir de 1959, deu ênfase muito maior à chamada “brasilidade”. Parte de suas coreografias, de temática inspirada em referências nacionais, foi acompanhada de canções da MPB, de Edu Lobo a Gilberto Gil.

É curioso constatar a ligação da primeira fase da Escola de Dança, via Janka Rudzka, com a cultura popular emergente da cidade do Salvador, em particular dos cultos afro-baianos. De uma maneira geral, esse tipo de vínculo não era a tônica do momento na Universidade. Havia um fascínio estético pelo universo cultural do povo negro, mas raros foram os acadêmicos da época que transformaram esse fascínio em produção artística e intelectual.

110
*

É claro que já existiam em Salvador estudos etnográficos e antropológicos que não começaram nos anos 1950 nem se limitaram aos anos 1960. As investigações antropológicas sobre elementos culturais de origem africana já tinham progredido na Bahia através dos trabalhos de Edison Carneiro, Pierre Verger, Roger Bastide e Thales de Azevedo, entre outros, que atravessaram a década de 1950 desenvolvendo pesquisas sobre essa temática.

A própria comunidade negro-mestiça baiana acabou criando seus próprios intelectuais, entre eles, Vivaldo da Costa Lima e Waldeloir Rego. Jorge Amado, por sua vez, foi o que mais explorou, através de sua produção literária, os temas afro-baianos nessa época, desempenhando um papel importante no combate a uma visão negativa do conteúdo cultural negro, assim como a obra musical de Dorival Caymmi. Destaques também, nas artes plásticas, para Carybé, Mário Cravo e, principalmente, Rubem Valentim.

Esse universo da dança é um exemplo da forma como a Universidade começou a olhar para a cidade do Salvador naquela época, sob o viés de uma perspectiva cultural nova. Essa descoberta abraçou não só as elites, pondo também na mira o universo da cultura popular baiana, entendida em um sentido mais amplo, que atingiu as artes e determinadas temáticas sociais. Isso, numa época em que o circuito cultural da cidade estava muito ligado à produção universitária. Pode-se afirmar que, embora uma parte da cultura popular baiana estivesse interessada na temática nordestina, numa sintonia com a brasilidade, foi a preocupação com a cultura negra que deu à Bahia uma situação cultural particular, mais distanciada do aspecto nacionalista da cultura popular. No entanto, esse novo olhar não chegou a investir em rupturas radicais nem se aproximou de forma

sistemática, pelo menos inicialmente, de manifestações da cultura popular soteropolitana. Isso só veio a acontecer em 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO).

Há de se considerar a contribuição dada pelo diretor Martim Gonçalves na criação do CEAO, conforme atesta a pesquisadora Jussilene Santana em sua tese de doutorado sobre o fundador da Escola de Teatro da Universidade da Bahia. Ela sublinha que Martim deu apoio direto ao professor português Agostinho da Silva, que durante seu primeiro ano em Salvador ministrou aulas no curso de artes cênicas, enquanto tentava viabilizar o CEAO. Santana revela, ainda, que Martim trocou correspondências com o fotógrafo e etnógrafo Pierre Verger para tentar criar com ele uma ponte de diálogos entre a universidade e o continente africano. A pesquisadora assinala que o próprio diretor teatral chegou a financiar a gravação de uma roda de candomblé no palco do Teatro Santo Antônio em articulação com Verger.²

111
*

Mesmo com seu caráter elitista, a Universidade conseguiu, naquele período, renovar a cultura baiana (entendida em um sentido mais abrangente da palavra, sem se restringir às artes), interagindo via contatos nacionais e, especialmente, internacionais. Naquela mesma época, inova também em suas modalidades médicas, de investigações sociolinguísticas e em sua produção artística. Além da importância do professor Agostinho da Silva e da criação do Centro de Estudos Afro-Orientais, merece destaque outra manifestação cultural nascida na academia e novamente marcada pelo pioneirismo: foi no Instituto de Letras que teve origem o *Atlas prévio de falares baianos*, o primeiro atlas linguístico feito no Brasil, sob coordenação do professor Nelson Rossi. Em entrevista para esta pesquisa, realizada no Instituto de Letras, em 27 de março de 1996, a professora Suzana Alice Cardoso, que vivenciou o período de implantação desse atlas, conta que sua novidade consistia em se fazer no Brasil, pela primeira vez, um trabalho de geografia linguística – um dos

² SANTANA, J. *Martim Gonçalves: uma Escola de Teatro contra a província*. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 2011.

métodos da dialetologia que, por sua vez, é um ramo da ciência linguística que estuda a variação das línguas, ou seja, as diferenças dialetais que cada uma delas apresenta.

O método da geografia linguística surgiu na França e teve seu primeiro resultado no *Atlas linguistique de la France*. A partir daí, foram feitos outros atlas na Europa, sendo este o primeiro na América Portuguesa. Um trabalho como este objetiva identificar as variedades de uma língua nos seus mais diferentes aspectos, do léxico à sintaxe e à morfologia. Além disso, o atlas identifica essas variações de forma a serem distribuídas do ponto de vista regional e espacial, daí o nome do método. Essa é a técnica que se usa em qualquer parte do mundo

Falando especificamente do Atlas prévio de falares baianos, ele tem a importância de ser o primeiro que se fez no Brasil. Formado no Rio de Janeiro, o professor Rossi chegou ao Departamento de Letras ainda jovem, tendo sido responsável por mudanças significativas naquela instituição. Antes de ter ido parar na Universidade, ele fez um curso de fonética experimental na França e, mais tarde, recebeu um convite do reitor Edgard Santos para integrar o quadro de profissionais no curso de letras. Ao chegar à Bahia, Rossi iniciou, de imediato, o estudo sobre a variação da língua portuguesa. Essas investigações fizeram com que, em 1963, já se tivesse publicado esse primeiro atlas linguístico brasileiro.

Esse trabalho consistiu em fazer, preliminarmente, uma sondagem sobre o ambiente onde se iria trabalhar, uma espécie de inquérito experimental capaz de dar uma certa introdução àquela ambiência. No caso baiano, isso foi feito em quatro localidades: Tanquinho, São Vicente, São José das Itaporocas e Bom Despacho. Depois, planejou-se a investigação definitiva dos pontos que constituiriam o atlas, num estudo geopolítico-histórico dos municípios. Foram selecionados, na Bahia, 50 pontos, levando-se em consideração critérios como antiguidade de determinada vila ou cidade, isolamento e o da distribuição espacial. Nessas 50 localidades foi aplicado um mesmo questionário, que resultou da observação feita aos quatro pontos preliminares e dos elementos sugeridos a partir destes contatos experimentais – interesse fonético, lexical etc.

Para esse trabalho, priorizou-se o informante com menor grau de escolaridade, que tivesse viajado menos e não possuísse uma interrelação muito grande com outras cidades. Isso porque na medida

em que ele tem certo grau de isolamento, estaria menos exposto a interferências e, conseqüentemente, seria um melhor representante do que se poderia conceber como uma fala de determinada região. Essa foi a técnica da dialetologia até duas décadas atrás. Numa unidade acadêmica em que a discussão de obras de autores brasileiros era inócua – as aulas no Instituto eram basicamente voltadas para “a história da literatura” num âmbito mais tradicional –, Nelson Rossi parece ter surgido como um renovador. Sobretudo através da dialetologia, ele conseguiu provocar uma abertura da Casa para a realidade cultural da Bahia.

E se os poetas modernos baianos, como Florisvaldo Mattos e Capinam, trabalhavam contra o academicismo em outros eixos, por meio de grupos ligados à Faculdade de Direito – onde se manifestavam, principalmente através do Centro Acadêmico Ruy Barbosa (CARB) e/ou de grupos do Colégio Central –, o professor Nelson Rossi possibilitava uma espécie de cruzamento, ainda que tímido, entre essa efervescência e os estudantes: “Como o professor Nelson Rossi conhecia Glauber Rocha e acompanhava o que estava acontecendo na cidade, ele funcionava como uma ponte entre a gente e o movimento”.³ “A gente”, no caso, quer dizer os nomes atuantes no interior do Instituto de Letras.

A partir da elaboração desse atlas, o Instituto de Letras passou a ter margem para a realização de inúmeros trabalhos, não só no campo da linguística propriamente dito, mas em diversos outros setores. Exemplificando: com esse método, pôde-se observar onde estão situadas palavras de caráter mais conservador. A palavra “sarolha” se diz para uma terra que se encontra levemente molhada, após uma chuva. Isso é dito em todo o interior da Bahia, mas os urbanos não conheciam essa denominação, que só foi possível através do atlas. “Sarolha” seria uma forma do português arcaico, desaparecida do uso corrente da língua, mas que foi encontrada viva no português do Brasil, transplantado do século XVI. Ou seja, é um aproveitamento histórico alcançado pelo atlas.

Outro exemplo: nomes derivados de uma relação muito profunda com o pensamento cristão. As primeiras horas do dia são chamadas de matinas, ao invés de amanhecer; a constelação é o caminho

³ Entrevista concedida a Éden Nilo pela professora Carlota Ferreira, do Instituto de Letras da UFBA em 1995.

de Santiago; uma medalhinha posta no pescoço de determinada pessoa se chama Verônica (associada à mulher que enxugou o rosto de Cristo)... Então, terminado um atlas, há muito que se estudar. Nesses anos 1990, a professora Suzana Alice continua estudando essas derivações decorrentes do atlas elaborado pelo professor Nelson Rossi. Ela tem pesquisado quais as nuances da terminologia do corpo humano na linguagem popular em confronto com a linguagem padrão. O osso conhecido como clavícula, por exemplo, é chamado popularmente, em muitos lugares, de osso da fome. Não é preciso grande esforço para se descobrir o porquê dessa denominação, metáfora associada às pessoas desnutridas. Esse estudo foi possível porque os dados de partida estão guardados no atlas, não só o do professor Rossi, mas todos os atlas linguísticos que vêm sendo feitos em diferentes épocas.

114
*

Quando Nelson Rossi chegou à Bahia, a primeira coisa que fez foi montar um laboratório de fonética experimental, implantado em decorrência de um curso que ele havia feito na Universidade de Lisboa, em Portugal, com o professor Armando de Lacerda. Esse estudo, junto à iniciação à dialetologia e uma terceira frente de trabalho – estudo de textos antigos –, formaram o conjunto de trabalho do grupo de Rossi na Universidade da Bahia, no início dos anos 1960. Mais adiante, em 1969, abriu-se uma quarta frente, já no campo da sociolinguística, que havia começado a ganhar corpo a partir dos anos 1950. Nelson Rossi também introduz no Brasil um grande projeto de sociolinguística, que se iniciou na América Espanhola. Ele se constituiu na coleta de depoimentos de pessoas escolarizadas, de nível universitário, desenvolvido em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Esse “Projeto da Norma Urbana Culta no Brasil” continua servindo de ponto de partida para numerosas dissertações de mestrado, teses de doutorado e outros trabalhos.

O grupo do professor Nelson Rossi até hoje existe, trabalhando e produzindo ininterruptamente. Depois do atlas da Bahia, foi feito o de Sergipe, seguindo a mesma linha, mas com avanços metodológicos. Esse trabalho ficou pronto em 1974, mas só veio a ser publicado em 1987. Foram anos duros de busca de financiamento. O reitor Edgard Santos quis, com esses profissionais, trazer representantes da fina flor da cultura erudita para a Bahia. A maioria deles acabou sendo influenciada pela cultura popular. É fato que os mitos, ritos e festas do povo baiano não eram, de forma alguma, objetos

da convivência do reitor Edgard Santos, completamente ausente do mundo do Carnaval ou dos terreiros de candomblé. Mesmo assim, a vinda de representantes estrangeiros à Bahia naquela época para atuar na Universidade produzindo uma cultura de elite acabou proporcionando um ponto de encontro entre a academia e a cidade. A elite cultural da Bahia dos anos 1950 não reconhecia a vertente negra como culturalmente significativa. No entanto, deve-se atribuir à Universidade uma parcela de contribuição para que uma fatia dessa produção criativa espontânea, mesmo marcadamente no gueto, fizesse parte de uma mistura que veio a superar o provincianismo cultural da Bahia.

Ela foi constituída na época – reforçadamente a partir dos 1960 – de um leque de características que não se aprisionava nos modelos internacionais trazidos de quem veio para a cidade – Janka Rudzka, Hans Koellreuter, Ernst Widmer, entre outros – nem se prendia às tradições locais. É bem verdade que essa mistura não determina nem consolida um movimento cultural nitidamente delineado, mas certamente indica uma peculiaridade local.

É significativo, por exemplo, que o Grupo de Compositores da Bahia, nascido na Escola de Música da Universidade da Bahia em 1966 e apoiado pelo então diretor da unidade, Ernst Widmer, tenha de certa forma obtido como embrião um grupo experimental de percussão. Mais significativo ainda é constatar que esse embrião abriu portas para as relações que a Bahia dos anos 1990 tem com a herança africana. O compositor Jamary Oliveira, desse mesmo Instituto, recorda que o grupo de percussão nasceu basicamente de uma tentativa dos alunos daquele período de aprender instrumentos regionais. O professor Fernando Cerqueira, por exemplo, também fazia capoeira. Foi ele quem conseguiu levar para a academia um mestre – parece ter sido Pastinha – que deu aulas de berimbau e atabaque.

Naquela época tudo era experimental [...] A gente fazia desde, vamos dizer, música baiana, quer dizer, do candomblé, até coisas mais sérias, bem Milton Gomes, bem transparente, vamos dizer assim. Era bem diversificado o grupo todo [...] A gente terminou o Grupo de Percussão em 65, basicamente. Depois a gente nunca realmente conseguiu recomçar de 66

em diante. Com o Grupo de Compositores, a gente praticamente parou o Grupo de Percussão [...].⁴

Uma promoção desses percussionistas emergentes da academia foi patrocinar um encontro com a mãe de santo Olga de Alaketu na Reitoria da Universidade, em 1968. O convite foi feito por Djalma Correa, um técnico de som envolvido com pesquisas em percussão à época, e que tocava com Gilberto Gil. A mãe de santo teria presenciado, nesse encontro, o um concerto de músicas de vanguarda e afro-brasileiras. Cantigas, toques e danças de candomblé conviveram naquela dia (11 de novembro de 1968) com “Ugma-Ugma-Estruturas para Instrumentos e Vozes” e “Kubing”, de José Maceda (também regente do concerto) e “Achorripsis”, de Yannis Xenakis. A conjugação de estrelas erudito-populares incluiu professores e estudantes dos Seminários de Música e o Conjunto de Candomblé de Olga de Alaketu.⁵

A descoberta da Bahia negra, na área da música produzida na Universidade, é no mínimo curiosa. Essa ligação tem explicação mais fácil nos campos da dança e das artes plásticas, por se tratarem de formas artísticas nas quais a envergadura plástico/visual é mais acentuada e, por razões óbvias, predominante em relação à presença de conhecimentos discursivos. Na Escola de Teatro, chama atenção a estreia de peças como *Evangelho de Couro*, sobre a problemática do Nordeste e as coisas populares do sertão. A montagem, tendo como tema Canudos, foi considerada pelo crítico teatral Vasconcelos Maia, em texto publicado no *Jornal da Bahia*, “uma das coisas mais sérias e importantes já realizadas no teatro brasileiro”.⁶ Montada no Teatro Santo Antônio, em 1962, a peça também teve no elenco Mário Gusmão, um dos poucos atores negros da época a atuar em palcos locais.

O ator, diretor e professor Armindo Bião (1995, p. 17-18) enfatiza que o teatro baiano, “marcado pelas tradições católico-popular, iluminista e elitista”, chegou a conviver com a musicalidade negra

⁴ Entrevista do compositor Jmary Oliveira a Pat Santana, realizada na Escolade Música da UFBA em 16 ago. 1995.

⁵ RELATÓRIO das Atividades e Audições de Obras Contemporâneas de 1969. *Boletim do Grupo de Compositores da Bahia*, n. 3, 1969.

⁶ FRANCO, A. *Teatro na Bahia Através da Imprensa: século XX*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: Comitê de Fomento Industrial de Camaçari: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994. p. 151.

na década de 50. No entanto, só vai se encontrar, de fato, com a negritude dentro da cena teatral a partir dos anos 60, quando o grupo Teatro dos Novos coloca uma escola de samba numa montagem cênica para inaugurar o Teatro Vila Velha. De acordo com Bião, “fatos como este, ao lado da presença de (poucos) atores negros em elencos baianos, continuavam, contudo, episódicos e periféricos”. Ele acrescenta:⁷

A integração do movimento teatral baiano ao contexto cultural maior da cidade (muito mais negro) só se anunciaria após o Tropicalismo, a contracultura dos anos 1960 e 1970, a ampla utilização política e pedagógica das técnicas teatrais da improvisação, a divulgação dos movimentos negros africanos e norte-americanos, a valorização cultural e turística do Carnaval afro-baiano, a industrialização da região metropolitana de Salvador e a consolidação da indústria fonográfica e da televisão, em nível local.

117
*

No caso da música, é realmente curioso que um seminário interessado em peças contemporâneas tenha acabado por se misturar a encontros com personalidades ligadas à cultura negra. Os compositores de vanguarda teriam sido influenciados pela cultura popular? A julgar pelo depoimento do compositor Jamary Oliveira, uma característica daquele período – pelo menos entre o Grupo de Compositores da Bahia – era misturar tudo, da alta vanguarda ao chamado nacionalismo.

Acrescente-se aí o fato de quase todo mundo desse grupo, pelo menos os alunos de composição, ter nascido no interior e convivido de perto com as bandas – produto típico da cultura popular, mas onde se toca desde ária de ópera até frevo ou samba. O maestro Lindemberg Cardoso, por exemplo, absorveu forte influência musical herdada da sua infância na cidade de Livramento, interior baiano. Ouviu muito Luiz Gonzaga, Bob Nelson e seu conhecido tirôleite, além dos dobrados e das polcas que a banda da cidade costumava executar. Eram comuns naquela época (como é até os dias de hoje)

⁷ BIÃO, A. J. Teatro e negritude na Bahia. In: MEIRELLES, M.; OLODUM BANDO DE TEATRO. *Trilogia do Pelô: Essa é nossa praia; Ó pai, ó!; Bai bai Pelô*. Salvador: FCJA; Copene: Grupo Cultural Olodum, 1995. p. 17-18.

apresentações de marujadas, cavalhadas, reisados, bandas de pífanos ou de gaïtas, como informa Lindembergue no seu livro *Causos de músico*.

Isso talvez explique esse elo que, na academia, preservou um olhar para o moderno e cosmopolita, mas ao mesmo tempo, manteve-se atento a parte das tradições musicais da vida baiana (não necessariamente da cidade do Salvador). Some-se ainda a confusa definição que se tem para essas duas polaridades: erudito e popular.

O compositor Jamary Oliveira ilustra:

[...] A própria mídia tentou influir nisso, quer dizer, jogar esse tipo de distinção. Mas são manifestações culturais diferentes. A gente tem de entender que são manifestações culturais como existem milhares de outras manifestações culturais. E essa justaposição, quer dizer, a dois, não existe. Existe toda uma gama de coisa cultural. Você não pode botar no mesmo bolo, vamos dizer, o samba-de-roda daqui na Bahia com a música de Caetano Veloso. São duas manifestações culturais completamente diferentes [...] A de Caetano é erudita, altamente erudita. No entanto, o samba-de-roda não é erudito. Então, é muito difícil fazer essa classificação.⁸

Isso não significa que houve um equilíbrio musical dentro da academia. Havia uma vontade maior de que a música erudita crescesse, se espalhasse e ocupasse um espaço maior na vida cultural da cidade. Mesmo assim, nas primeiras apresentações do Grupo de Compositores da Bahia, inclusive em locais como o Teatro Castro Alves, havia sessões voltadas para o repertório popular e sessões destinadas ao repertório erudito.

Mas se é fato que houve uma absorção da cultura popular via manifestações citadas anteriormente, pouco se aproveitou da específica musicalidade afro produzida pelo povo negro de Salvador. Existia certa espontaneidade de se olhar para a própria terra – com olhares até sincréticos, digamos assim – mas as referências mais fortes vinham mesmo era do interior baiano, onde, como já foi dito, nasceram os integrantes do Grupo de Compositores da Bahia, de Tom Zé

⁸ Entrevista do compositor Jamary Oliveira a Pat Santana, realizada na Escolade Música da UFBA em 16 ago. 1995.

(em Irará, perto do Recôncavo) ao maestro Lindembergue Cardoso (da cidade de Livramento).

Aos olhos dos músicos acadêmicos da época, mais sedutor do que a batida do afoxé era Luiz Gonzaga. Pensava-se sobre a seca, inclusive como um desdobramento político (Walter Smetak e Ernst Widmer foram, em particular, diretamente influenciados pela realidade nordestina). Essa acentuação da presença da cultura popular (principalmente do interior) acontece quando o maestro Hans Koellreuter deixa a Escola de Música, que passa a ser dirigida por Ernst Widmer.

Sobre Koellreuter, informa o escritor Antonio Risério:

119



[...] É como se o maestro-compositor serialista alemão tivesse se plantado, naquele Recôncavo sedutor e extrovertido, como uma espécie de fortaleza formal inviolável, cujo sistema comunicativo se encontrasse destinado de antemão a operar com exclusividade dentro de seus próprios e rigorosos limites. A música popular, o carnaval e o candomblé, para fazer referência a manifestações impostivas da vida baiana, não conseguiram perturbar sua norma pedagógica, nem interferir no tecido de suas composições musicais. Se influência houve – e o maestro abre o sorriso para dizer que sim – foi no plano pessoal da postura e da conduta [...] Koellreuter ensinava música como alguém que estivesse a dar aulas de física ou de geometria, enunciando princípios e equações universais. Do mesmo modo, a Bahia não marcou, de forma estrutural ou sequer anedótica, sua atividade propriamente criativa [...]⁹

Nesse momento, as buscas musicais com grande foco na Escola de Viena passam a ceder mais espaço para os compositores locais, período em que também começa a ser formado o curso de composição.

A grande vantagem de Widmer é que ele veio para cá como compositor bem comportado. Bastante, bem suíço, bem

⁹ LOPES FILHO, A. R. L. *Avant-Gard na Bahia*. 1995. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

comportado. Mas ele tinha a facilidade de o que ele chamava de ‘susensão de julgamento’. Então, ele dizia que era a melhor tática em composição você utilizar da susensão de julgamento. Deixe acontecer e depois vamos ver o resultado. No resultado, então, você faz uma análise crítica. E foi através disso, quer dizer, se você estava trabalhando no processo de experimentação, você joga lá a loucura que você quiser. Depois volta atrás: bem, qual foi o resultado? O que é que se conseguiu com isso? O que é que não se conseguiu? Aí, você analisa o fato. Esse era o processo de Widmer.¹⁰

120



Em relação às artes plásticas, uma observação sobre o período merece destaque: ao mesmo tempo em que as influências do modernismo nas artes plásticas começam a chegar nos anos 1940, com atraso, na Bahia, chegam também a Salvador artistas de outros estados e países, como Pancetti, Carybé, Adam Firnakaes, Karl Hansen, Lenio Braga, Aldo Bonadei e Iberê Camargo.

Datam desta época os registros fotográficos de Pierre Verger, documentando aspectos populares e tradicionais da cidade. De acordo com o artista plástico Juarez Paraíso, o moderno nas artes plásticas se caracterizaria justamente por estas descobertas. “Um voltar à origem, à essencialidade da emoção, dos estados mentais nessas pessoas mais puras. E isto é essencial quando a coisa está poluída demais, quando a coisa está em crise. Eles fizeram isto aqui. É a temática maior. O que havia de mais autêntico era expresso pelo povo.”¹¹

Essa geração de artistas que veio de fora (ou voltou, como o baiano Carlos Bastos, na época recém-chegado dos Estados Unidos) tinha sustentação intelectual na busca mística e popular da Bahia. Aspectos antes inacessíveis, como os de caráter religioso da cultura africana, começaram a servir de fonte de criação. No Salão de Belas Artes de 1950 apareceu em Salvador o artista argentino Carybé e destacou-se a presença de Pancetti, o primeiro a valorizar em seus quadros, com técnica moderna, o mar e a luminosidade da Bahia.

¹⁰ Entrevista do compositor Jmary Oliveira a Pat Santana, realizada na Escolade Música da UFBA em 16 ago. 1995.

¹¹ Entrevista do artista plástico Juarez Paraíso a Bia Lago, em julho de 1995.

A Universidade da Bahia também se preocupou em preservar uma cultura baiana tradicionalmente elitista. Prova disso é a existência do Museu de Arte Sacra nascido em paralelo ao Museu de Cultura Popular, organizado na época por Lina Bo Bardi, a fundadora do Museu de Arte Moderna. Inaugurado em 1959, o Museu de Arte Sacra da Bahia nasceu por ocasião do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros. Sua existência é uma prova de que o reitor Edgard Santos não era tão ingênuo ao ponto de se voltar para as artes somente para ser diferente ou romper com as elites.

Na busca de inovações sociolinguístico-espaciais, o reitor Edgard Santos também deu sinal verde à realização de uma atividade pioneira em desenvolvimento da geografia humana: o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais (LGER), sob o comando do professor Milton Santos, do Instituto de Geociências. Através desse laboratório, temáticas socioculturais baianas serviram como fontes de estudo e ações práticas, a exemplos das pesquisas sobre a Bacia do Paraguaçu e do Itapicurum, encomendadas pela Comissão de Planejamento Econômico do Estado (CPE). Discussões sobre problemas agrários do Recôncavo, estudos geográficos sobre métodos de representação da densidade populacional e elaboração de proposta de solução para o abastecimento da cidade do Salvador também foram temas colocados na ordem do dia, numa integração de projetos voltados para a vivência baiana, em parcerias com as áreas universitárias de economia, sociologia e geografia.

Além dos jornais, a discussão dos trabalhos produzidos pelo Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais era feita através do Boletim Baiano de Geografia (BBG), publicado pela primeira vez em 1960. Na sua primeira página, aparecia um selo acadêmico informando que a publicação contava com a colaboração da Reitoria e do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia. Exclui-se, assim, a citação. Nos textos desses boletins e na ação prática, percebe-se que a iniciativa de Milton Santos, apoiada pelo reitor Edgard Santos, reforçava um olhar cultural mais abrangente para a Bahia, numa preocupação não somente voltada para o campo das artes, mas também para uma reflexão de conteúdo social mais engajado e inserido na ideia do significado da palavra cultura. Que o diga o trabalho realizado pela equipe do Laboratório durante os meses de maio, junho e julho de 1962, voltado para o estudo das regiões periféricas da capital baiana, numa tentativa de

compreender a cidade e investigar sobre alguns problemas relativos ao seu espaço periurbano.

No volume nove do *Boletim Baiano de Geografia*, por exemplo, foram destaques as pesquisas sobre a cidade de Mata de São João e a respeito da vida rural dentro de Salvador. É ainda neste exemplar que aparecem resultados de pesquisas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um deles, “A vida rural dentro da cidade do Salvador”, de Nilda Guerra de Macedo e Déa Erdens, foi realizado em 1963. Os demais são: “Comentário da carta de geomorfologia do litoral de Salvador” e “Aspectos da geomorfologia do litoral de Ilhéus”.

Assim, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais pode também ser considerado mais um elemento de modernidade na gestão Edgard Santos. Isso em um momento em que outra Bahia (mais moderna) foi sendo descoberta. A Bahia do petróleo, que aponta para o futuro. E a produção da Universidade também surge inserida nesse contexto.

Referências

BIÃO, A. J. Teatro e negritude na Bahia. In: MEIRELLES, M.; OLODUM BANDO DE TEATRO. *Trilogia do Pelô: Essa é nossa praia; Ó pai, ó!; Bai bai Pelô*. Salvador: FCJA; Copene: Grupo Cultural Olodum, 1995. p. 17-18.

FRANCO, A. *Teatro na Bahia Através da Imprensa: século XX*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Comitê de Fomento Industrial de Camaçari; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994. p. 151.

LOPES FILHO, A. R. L. *Avant-Gard na Bahia*. 1995. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

PINHEIRO, J. B. M. *Edgard Santos e a origem da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia: a utopia de uma razão-apaixonada*. 1994. 57f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

RELATÓRIO das Atividades e Audições de Obras Contemporâneas de 1969. *Boletim do Grupo de Compositores da Bahia*, n. 3, 1969.

SANTANA, J. *Martim Gonçalves: uma Escola de Teatro contra a província*. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 2011.



O cosmopolitismo e o projeto cultural da Universidade da Bahia

*Paulo Henrique
Alcântara*

Além de uma ligação mais acentuada com o modernismo, os anos 1950 e 1960 na Bahia revelaram, em sua conjuntura especial, marcada pela eclosão artístico-cultural e pelo florescimento do pensamento intelectual, uma acentuada característica: o cosmopolitismo, a pontuar esta época atípica. Em diversos segmentos, passando pela área da música, da dança, do teatro, das artes plásticas, do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), e das casas de cultura, entre outros, havia uma estreita ligação com componentes internacionais, que passaram a ser uma das metas do projeto universitário do reitor Edgard Santos. Através da Universidade, a Bahia volta-se para o mundo, retomando a sua histórica condição de cidade cosmopolita, tendo servido, no passado, como importante centro de intercâmbio entre o Brasil e o mundo.

Salvador volta a ser ponto de confluência internacional, só que desta vez não há o predomínio comercial, mas sim o cultural. Passam a transitar pela cidade, via Universidade da Bahia (UBA), um conjunto de informações, manifestações, eventos, enfim, acontecimentos diversos (aulas, espetáculos, seminários etc.) que colocam a cidade sintonizada com o mundo.

Nos anos 1950 e 1960, a Bahia vive intensamente o cosmopolitismo cultural, seja através de profissionais que nos visitavam para transmitir seus conhecimentos, seja através de intercâmbios ou palestras que reuniam nomes expressivos de outras partes do mundo. Nos anos 1960, o casal Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir esteve em Salvador e, em 1959, a cidade foi sede, com apoio da Universidade da Bahia e da Unesco, do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, no qual apresentaram trabalhos Thales de Azevedo, Milton Santos e George Agostinho da Silva. Edgard Santos convida, por ocasião deste colóquio, os dois últimos para dirigir, respectivamente, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais e o CEAO, ambos coligados à Universidade da Bahia que, em sua formação inicial, conseguiu aglutinar nomes importantes, em diversas áreas, para integrar escolas e instituições fundamentais para a formação da cultura baiana. O reitor Edgard Santos, mentor da Universidade da Bahia, havia estudado durante algum tempo na Europa e, uma vez à frente da Reitoria, convocou também o músico Hans Joaquim Koellreutter (para dirigir os Seminários de Música), a bailarina Janka Rudzka (para dirigir a Escola de Dança) e Martim Gonçalves (para dirigir a Escola de Teatro).

Esses artistas e intelectuais, egressos, com exceção de Martim Gonçalves, de outros países, foram convidados por Edgard Santos para nortear os caminhos daqueles interessados em estudar música, dança, teatro, assim como dos que buscavam pesquisar e realizar intercâmbios. Com o aval do reitor, estes protagonistas da cena cultural baiana, neste período, propiciaram, à frente de suas respectivas escolas, novos canais de diálogo entre a Bahia e o mundo. A incipiente Universidade da Bahia teve, em boa parte, a sua criação nas mãos destes profissionais cuja formação havia se dado na Europa e que vivenciavam a cultura como componente integrante da educação.

Essas pessoas, a partir do momento em que aqui se estabeleceram, tiveram com a Bahia uma relação de troca mútua, com possibilidades não só de transmissão de conhecimento, como de experimentação. Havia um campo fértil para novas descobertas. Algo de novo pedia para emergir, como se pulsassem diferentes possibilidades na área do pensamento e da criação artística. Estes profissionais vão trazer outra vivência, a qual irá se contrapor a uma perspectiva cultural mais fechada e mais tradicionalista.

O músico alemão Koellreutter, por exemplo, é convidado para coordenar os Seminários de Música, em 1954, primeiro passo para a consolidação da futura Escola de Música. É ele quem indica a bailarina Janka Rudzka para a direção da Escola de Dança. Na condução dos Seminários Internacionais de Música, em 1954, Koellreutter pôde contar com outros nomes provenientes da Europa: Ernest Widmer e Walter Smetak. Já então músicos consagrados, eles trazem na bagagem um sólido currículo erudito e passam a ensinar nos seminários.

A presença de Hans Koellreutter na direção da escola projeta o trabalho desenvolvido na Bahia para o plano internacional, ao mesmo tempo em que desenha com maior nitidez os campos da composição, regência e instrumento (execução) como prioritários.¹

125



Dois dos grandes ícones deste período baiano, Koellreutter e Lina Bo Bardi, que havia sido convidada por Juracy Magalhães para criar o Museu de Arte Moderna da Bahia, fogem de uma mesma realidade, a guerra, e acabam por se deparar com uma situação nova e estimulante: um país jovem, que permaneceu intacto em relação ao confronto bélico mundial e que oferecia a dois artistas europeus, que se depararam com o horror de um conflito armado, uma palavra-chave para criadores inquietos: possibilidade. Possibilidade de criação e de intervenção artística, o que, ousamos dizer, significava uma mudança existencial, pois se a guerra se traduz por fim, a possibilidade criativa se traduz por recomeço, recriação.

Artistas de histórico com passagem pela experimentação, Lina e Hans Koellreutter iriam desempenhar o papel de condutores artísticos, aqueles que ajudariam a deflagrar algo, que dariam o ponto de partida, atuando como regentes culturais, portadores de um olhar de renovação e modernização. Ao nos perguntarmos o que leva estes artistas a permanecerem ainda por um bom tempo aqui, devemos considerar determinadas peculiaridades de cada criador.

¹ SANTANA, P. Texto preliminar da pesquisa Comunicação e Cultura na Bahia -1950/1970. In: SEMINÁRIOS DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- anos 50 e 60 Salvador, 1995. *Texto...* Salvador, 1995. p. 9.

Koellreutter já era um músico de larga experiência, com um sólido currículo erudito e que havia chegado para lecionar e estimular jovens músicos baianos. Ele deve ter sentido, certamente, à flor da sua pele vastamente musical, essa imanência rítmica e altamente pulsante, percebendo que lhe caberia a responsabilidade de aplicar “uma injeção de Bach e Schoenberg, e de um Bach relido pela semiótica serial, na terra do samba de roda de extração negroafricana e de claras e refinadas canções praieiras de Dorival Caymmi, que, então, começava a se mover ao som do violão de João Gilberto”.²

Já Lina Bo Bardi encontra em Salvador uma cidade de tecido social predominantemente negro, com uma arquitetura colonial de herança portuguesa e em fase de alargamento urbano. Uma população que havia encantado as lentes do etnólogo e fotógrafo francês Pierre Verger, em meio a um cenário rico e diverso, para deleite de estetas acostumados a outras plagas, como era o caso de Lina. Ela, também interessada no aspecto antropológico da realidade que a cercava, pôde ver em Salvador um espaço no qual poderia intervir-redimensionar, levando em consideração sua riqueza arquitetônica e seu painel social único. Isso deve ter parecido altamente estimulante para uma artista inquieta e ávida pela renovação.

Lina se vê livre de entraves, Agostinho se declara ‘um português à solta’, Widmer-Smetak-Koellreutter não querem mais saber de suas terras de origem [...] Foi por aí que se deu o encontro entre as informações originárias do repertório internacional, especialmente da avant-gard, e as informações geradas do repertório na realidade baiana. A dialética entre o cosmopolita e o antropológico.³

² LOPES FILHO, A. R. L. *Avant-Gard na Bahia*. 1995. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

³ *Ibid.*, p. 89, 103.

Intercâmbios incrementam a vida acadêmica na universidade

Foi grande a afluência de professores de outras partes do mundo que vieram ensinar nas unidades da Universidade da Bahia. Estes professores, altamente credenciados em suas cadeiras, eram trazidos para ministrar aulas, cursos e palestras, nos quais transmitiam as mais recentes pesquisas e estudos dentro do campo de interesse de suas atividades. Graças ao apoio firmado entre a Cooperação Técnica e Cultural Francesa e a Universidade da Bahia, que possibilitou a criação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, alguns professores franceses vieram à Bahia, incrementando em seus primeiros passos o Laboratório. Segundo relatório anual desta instituição, de 1959, a presença destes visitantes possibilitou a aplicação de métodos modernos de trabalhos de pesquisa.

Da Universidade de Strasbourg, na França, estiveram aqui Jean Tricard e Etienne Juillar. Considerado o mestre da maioria dos estudos de Geografia na América Latina, Jean Tricard dirigiu na Bahia pesquisas encomendadas pela Comissão do Planejamento Econômico do Estado (CPE). Já Etienne Juillar trouxe as últimas novidades no campo dos estudos geográficos, além de orientar pesquisas de campo na área da geografia humana, sobretudo agrária e de população. Quando da visita destes professores, eram fomentadas discussões e apontadas soluções para determinados problemas. O professor Monbeirg, por exemplo, esteve na Bahia a convite da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia e prestou auxílio ao Laboratório, participando de discussões sobre problemas agrários do Recôncavo. O professor Monbeirg retornou à França deixando uma proposta de solução para o abastecimento de Salvador.

O trânsito destes professores na cidade dava à Universidade da Bahia um caráter de espaço multinacional, por onde trafegava o conhecimento vindo de diferentes direções e origens. Uma Universidade aberta ao saber. Era assim que se configurava a UBA, um lugar no qual a transmissão do conhecimento e a investigação científica chegavam extrapolando fronteiras. No campo das artes plásticas, por exemplo, o professor alemão Adam Firnekaes trouxe importante contribuição à renovação de técnicas de pintura, nome dado à disciplina que ensinou de 1958 a 1961, período no qual também participou dos Seminários de Música. A Escola de Belas Artes também contou

com outro professor alemão, o gravador Karl Hansen, que ensinava técnica de gravura, tendo ajudado a contribuir para toda uma geração de artistas baianos.

Os Seminários Internacionais de Música também foram pródigos em visitantes estrangeiros, acolhendo em seus quadros nomes como Gabrielle Dumaine, Lothar Gebhard, Frederick Stephany, Armin Guthman, Adam Firnekaes, Horst Schwebel, Fraçoise Cazakopolus, Gertrud Zollinger, Volker Wille, Walter Endress e Werner Zenner, entre outros. A frequência destes professores tornava os seminários locais de convergência de músicos e cantores de diferentes partes do mundo, transformando-os num autêntico centro cosmopolita de música. Para os seminários, o maestro Koellreuter trouxe, além de professores de música, o dançarino Massami Kuni. Esta iniciativa marca o início da história da Escola de Dança, que vem a ser criada sob a direção de Janka Rudzka em 1957.

A Escola de Teatro também contou com as aulas de outros profissionais vindos de fora, como Gianni Ratto. O diretor americano Charles McGaw foi convidado para dirigir a montagem de *Um bonde chamado desejo*, uma produção da Escola. O ator e diretor russo Eugênio Kusnet, que havia sido aluno de Stanislavsky, é convidado para protagonizar *A ópera dos três tostões*, mais uma empreitada de Martim Gonçalves. A presença destes profissionais no teatro baiano da época deu-se, em parte, pelo apoio recebido pela Universidade da Fundação Rockefeller, que viabilizou a presença destes artistas em Salvador. Havia um fluxo contínuo de transmissão de conhecimento por parte destes nomes que aqui chegavam trazendo uma bagagem respeitável de vivência artística pelos palcos de outros países com uma rica tradição teatral, como é o caso da Itália, berço da *commedia dell'arte*, país de origem de Gianni Ratto, e da Rússia, que abrigou o Teatro de Arte de Moscou, onde o mestre Stanislavsky desenvolveu todo seu método sobre o ator, tendo como um dos seus discípulos, Eugênio Kusnet.

Se por um lado recebíamos a visita de pessoas vindas de fora, interessadas em saber o que é que a Bahia tem, por outro surgiram condições para que os baianos conhecessem a realidade cultural de outros países. Com isso, tinha-se a visão de um aprendizado mais global, que não se restringia ao âmbito da Universidade, mas que extrapolava fronteiras, permitindo aos alunos e pesquisadores vivenciarem outras formas de cultura. Ao saírem da esfera local para

travar contato com outra realidade, os alunos experimentavam uma ampliação de horizontes salutar a quem estuda e investiga conhecimentos. O convênio firmado entre a Universidade e a Fundação Rockffeler permitia que os alunos fossem passar uma temporada de estudos nos Estados Unidos, realizando intercâmbios. Um desses alunos foi Luís Carlos Maciel, então estudante da Escola de Teatro. Além disso, por diversas vezes, segmentos das escolas de arte da Universidade também viajaram para outros países levando suas produções.

Em 1965, o Madrigal dos Seminários recebe convite para ser o representante do Brasil no Primeiro Festival de Corais Universitários no Lincoln Center for the Performing Arts, em Nova York, tendo se apresentado também em outras cidades americanas, além de realizar seu terceiro disco, intitulado *Brasilians Students Sing*, gravado pela Request Records. Outro segmento artístico da Universidade, o grupo A Barca, da Escola de Teatro, também participou de um outro festival fora do país, o de Teatro de Nancy, levando o espetáculo *Morte e vida Severina*.

O CEAO também promoveu viagens para outros países. Através do Programa de Aprendizado da África foi possível a ida de professores baianos para o continente africano, que recebeu a visita de Vivaldo da Costa Lima, Pedro Moacir Maia (que instalou um curso de Estudos da Literatura Brasileira e da Língua Portuguesa, em Dacar, Senegal). Tempos depois, seguiram também Guilherme e Ieda Pessoa de Castro. “Estas pessoas iniciaram, em nome da Universidade da Bahia, uma política de aproximação com a África, antes mesmo que o governo federal a iniciasse”.⁴ Este programa de Aprendizado possibilitou, em 1961, a vinda dos primeiros bolsistas africanos do Senegal, Gana, Nigéria e Camarões.

Casas de Cultura: o culto a um olhar estrangeiro

A ponte Bahia-Mundo se erguia também com a existência das Casas de Cultura, que atuavam, podemos dizer, como embaixadas

⁴ TEIXEIRA, T. *Texto preliminar da pesquisa Comunicação e Cultura na Bahia 1950/1970*. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e estudos regionais: Centro de estudos afro-orientais, 1995. p. 10.

cultura agindo como elo entre os baianos e a realidade sócio-política-cultural de outros países. O Instituto de Cultura Hispânica (ICHUB), Instituto Cultural Brasil Alemanha (ICBA), Casa da França, Instituto de Estudos Norte Americanos (IENA), Instituto de Estudos Portugueses (IEP), Instituto de Estudos Britânicos (IEB) e Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) eram ligados à Universidade da Bahia e acabavam funcionando como passaporte que possibilitava a estudantes e pessoas da comunidade conhecerem outras culturas.

Os baianos passaram a conviver com estes centros, que abriam suas portas para aqueles interessados em travar novos conhecimentos e ampliar seus horizontes através de uma internacionalização do saber. Nestes espaços, era possível conciliar o culto a um olhar estrangeiro sem, ao mesmo tempo, desvincular-se da realidade sotero-politana. Enquanto esta vai se reconfigurando e despontando para novos valores e revelando talentos emergentes, buscava-se, paralelamente, uma aproximação maior com outras culturas. O convívio com estes institutos tornava possível conhecer como outros países eram pródigos em manifestações, eventos, acervos e criações. O contato com as expressões artísticas europeias, certamente, funcionava como estímulo para os produtores culturais, que puderam ver em outras culturas um exemplo a ser seguido, enquanto vivência intensa e rica do fenômeno cultural.

A primeira casa de cultura a se instalar em solo baiano foi a Casa da França, em 1946, criada graças ao acordo firmado entre a Universidade da Bahia e o governo francês, com o objetivo de “organizar o intercâmbio com países de língua ou cultura francesa e pôr à disposição dos professores de francês na Bahia material didático permanente”.⁵ É sintomático que a Casa da França tenha sido a primeira a aparecer, haja vista a influência que a cultura deste país exercia no Brasil na época. Além dos cursos regulares de língua, história e literatura francesa, promovia fórum de debates cinematográficos, além de conferências, como a que ocorreu em 29 de novembro de 1963, intitulada A França de hoje.

⁵ MASCARENHAS, C. *As Casas de Cultura e o Renascimento baiano*. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e estudos regionais: Centro de estudos afro-orientais, 1995. p. 13. Texto preliminar da pesquisa Comunicação e Cultura na Bahia-1995/1970.

Já o instituto de Cultura Hispânica da Universidade da Bahia mostrou-se “um dos institutos mais dinâmicos no sentido de promover seminários, palestras e conferências. Assim como os outros, ele fazia a sua programação guiado pelo espírito de modernidade”.⁶ Dentro do conjunto de conferências e palestras, dominavam assuntos políticos, que tratavam da conjuntura política nacional e da posição brasileira frente ao contexto mundial, entre outros assuntos similares, como A Conjuntura política nacional, palestra proferida por Ary Guimarães e Problemas de planejamento nos países sub-desenvolvidos, tema da conferência de Joham Lorenz Schmidt, no CEAO. Já o ICBA desenvolvia, desde o seu surgimento, em 1963, uma intensa programação cultural que cobria desde um curso de pintura experimental, a cargo de Adam Firnekaes, até palestras, como Tuchner – arauto da dramaturgia alemã, realizadas com o objetivo de incrementar o conhecimento dos baianos em relação à cultura alemã.

Já o CEAO constituiu-se num dos espaços mais significativos de reflexão e produção de conhecimento, trazendo, imbuída na razão de ser da sua criação, a presença do elemento cosmopolita, configurado nesta instituição cultural como em nenhuma outra deste período. Concebido por Agostinho da Silva, em 1959, com o apoio do reitor Edgard Santos e do Itamaraty, o CEAO surgiu com o objetivo de “aprofundar o conhecimento, em nível universitário, das culturas africanas e asiáticas, empenhando-se, por outro lado, na pesquisa das influências dessas culturas no Brasil”.⁷ O objetivo do centro era estabelecer uma ponte entre o Brasil e países da África, visando o surgimento de um intercâmbio que pudesse, num outro momento, propiciar a articulação de países pobres, especificamente falando, do Atlântico Sul. Foi significativa a produção de trabalhos voltados para as áreas da cultura, economia e política afro-oriental.

Agostinho da Silva, mentor desse projeto, tinha uma formação erudita. Era doutor pela Faculdade de Letras do Porto, latinista e especialista em filologia clássica. Ele sai de Portugal em 1944, escapando do salazarismo e fica no Brasil até 1969. Sua primeira parada foi em Santa Catarina. Em 1959, vem à Bahia para integrar o Colóquio

⁶ MASCARENHAS, 1995, p.14.

⁷ TEIXEIRA, 1995, p.10.

Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, promovido por Edgard Santos, que fica conhecendo Agostinho por ocasião deste evento.

O intercâmbio tornou-se a mola-mestra do CEAO, que o realizava não só entre estudantes como entre professores e pesquisadores, tanto da África como do Brasil, além de Macau, Goa e Timor, na Ásia, em torno desta identidade perdida por Portugal. O Centro foi estreitando os laços de ligação com o mundo e na medida em que recebia convites para participar de eventos e colóquios em outros países, continuava a recepcionar visitantes de fora. Entre os conferencistas que recebeu, estavam o professor Francisco Tenreiro, da Faculdade de Letras de Lisboa, que aqui esteve no ano de 1963 falando sobre “O problema das relações humanas no ultramar português” e “O diálogo entre a Europa e a África”. Também vieram o etnólogo angolano Oscar Ribas para falar sobre “A religiosidade angolana” e o professor Leonard Smith, da Universidade de Berlim, abordando “Alguns problemas dos países subdesenvolvidos”. Enquanto acolhia visitantes, o CEAO participava de vários eventos, tais como o Primeiro Festival Mundial de Artes Negras, promovido pela República do Senegal e Unesco, além de colóquios na Argentina. Agostinho da Silva acreditava que, a despeito do então antagonismo de forças entre as potências dos Estados Unidos e União Soviética, estes dois países acabariam se juntando ao Ocidente europeu e como “os mais ricos, industrializados e, num certo sentido, brancos, se uniriam ou, pelo menos, se entenderiam para explorar os pobres, predominantemente agrícolas e de variadas cores”.⁸ Agostinho defendia a tese da união entre os países que estivessem abaixo do Equador para se protegerem desta dominação iminente.

Desde os seus primórdios, o Centro de Estudos Afro-Orientais desenvolveu pesquisas nas áreas da sociologia, antropologia, história, geografia e linguística. Os estudos iam da medicina popular à língua do candomblé, religião sobre cujas casas foi realizado um levantamento etnográfico por parte de Vivaldo da Costa Lima. Também foram difundidos cursos diversos, como de línguas e outros, tratando de questões que iam da sociologia, como a civilização árabe, até a arte floral do Japão, a *ikebana*. Além destes cursos, foram feitas exposições, como Arte África tradicional, palestras, como a de Literatura africana, proferida por um professor trazido da República dos

⁸ LOPES FILHO, 1995, p. 95.

Camarões, e diversas semanas, como a Semana do Egito, em 1964, e a da Índia, em 1965.

O elemento internacionalizante surge como especificidade do ambiente cultural baiano e da Universidade da Bahia frente a outros movimentos culturais importantes no Brasil dos anos 1950/1960, tais como a política cultural do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Brasileira de Estudantes. Quanto ao primeiro, a sua política cultural apontava para um projeto anti-imperialista, numa recusa ao cosmopolitismo da cultura “burguesa” e numa resistência ao imperialismo cultural, em prol da defesa da cultura nacional, calcada nas raízes brasileiras. Já o Centro Popular de Cultura, também presente na Bahia, tinha como meta o incentivo da cultura nacional-popular.

Através do CEAO, das casas de cultura, dos intercâmbios criados e da transmissão de conhecimento por parte de professores-pesquisadores convidados, além dos artistas que aqui acabaram residindo, o reitor Edgard Santos consolidou o cosmopolitismo como peça-chave do seu projeto acadêmico cultural, tornando a Universidade da Bahia um centro de ensino, pesquisa e difusão cultural interligado com o mundo.

Referências

LOPES FILHO, A. R. L. *Avant-Gard na Bahia*. 1995. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

MASCARENHAS, C. *As casas de cultura e o renascimento baiano*. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e estudos regionais/ Centro de estudos afro-orientais, 1995. p.13. Texto preliminar da pesquisa Comunicação e Cultura na Bahia-1995/1970.

SANTANA, P. Texto preliminar da pesquisa Comunicação e Cultura na Bahia -1950/1970. In: SEMINÁRIOS DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- anos 50 e 60 Salvador, 1995. *Texto...* Salvador, 1995 p. 9.

TEIXEIRA, T. *Texto preliminar da pesquisa Comunicação e Cultura na Bahia 1950/1970*. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e estudos regionais: Centro de estudos afro-orientais 1995. p. 10.



Os primórdios da Universidade e a cultura na Bahia

*Antonio Albino Canelas
Rubim*

A repetição poderia ter sido a história da Universidade da Bahia. Nascida em 1946 de modo similar à maioria das universidades brasileiras como mero agregado de escolas pré-existentes, a Universidade da Bahia tinha tudo para ter como história a repetição desta trajetória quase nunca promissora. No caso baiano, esta congregação de escolas superiores significava reunir unidades, inclusive tão tradicionais e poderosas quanto a antiga Faculdade de Medicina, primeira criada no Brasil, além de outras como a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito.

A repetição, apesar das tentações, não se realizou ou, pelo menos, não se consumou de modo pleno. A reunião de escolas, por vezes com tantas tradições e poderes, não produziu um agregado amorfo de unidades. Tensões dilaceradoras aconteceram, mas não impediram a Universidade da Bahia de desenvolver uma unidade, tensa e problemática decerto. Mas isto não foi obstáculo suficiente para bloquear a configuração de um perfil identificador próprio, o qual marca a Universidade e a diferencia das outras universidades brasileiras, em especial das federais. Óbvio que esta identidade, sendo histórica, sofre e se faz ao sabor das conjunturas, afirmando-se e

diluindo-se em um itinerário caracterizado antes de tudo pela oscilação constante e, sem dúvida, sempre preocupante.

Nos primórdios da Universidade, esta força gravitacional, aglutinadora e centralizadora está personalizada na figura do reitor Edgard Santos, durante os 15 primeiros anos dirigente maior da nova instituição. Edgard Santos, que havia ocupado nos 10 anos anteriores a direção da Faculdade de Medicina, foi não só um dos idealizadores da Universidade, mas um dos arquitetos mais notáveis de sua construção. Seu poder (pessoal) e sua engenhosa engenharia e política foram essenciais para a configuração da nova instituição com uma mínima unidade, fundamento indispensável de qualquer verdadeiro projeto universitário.

Para além do poder personalíssimo de centralização, constitutivo mesmo da nova instituição, Edgard Santos, magnífico reitor, em projeto agora surpreendentemente aberto e mais uma vez pessoal, possibilitou que a Universidade da Bahia criasse uma “alma”, marco diferencial e origem de seu perfil identificador.

Depois de se voltar para as unidades tradicionais durante os primeiros momentos de seu(s) longo(s) mandato(s), atento por exemplo ao Hospital das Clínicas, então modelo de hospital universitário, Edgard, demonstrando fina sensibilidade e sintonia como o seu tempo, em meados dos anos 1950, abriu singularmente a Universidade para novos experimentos em diversos campos de conhecimento, inclusive transgredindo as fronteiras então vigentes nas universidades brasileiras.

Dentre outras iniciativas, foram construídas no período inúmeras novas instalações para unidades como: a Politécnica, Enfermagem, Odontologia, Direito etc., além da própria Reitoria. Muito mais significativo que as obras são as novidades acadêmicas. Cabe lembrar, dentre outras: o curso de geologia, com o apoio da Petrobras, na época uma empresa com essencial presença na Bahia; o curso de administração, buscando atualizar as modalidades de gerenciamento; a pesquisa em linguística, com o inovador grupo dirigido por Nelson Rossi, e em geografia, através do Laboratório de Geomorfologia e Urbanismo, comandado por Milton Santos; a extensão universitária, configurada no projeto inaugurador do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), idealizado por George Agostinho; enfim as “pupilas do senhor reitor”, como eram conhecidas as escolas de Música,

de Teatro e de Dança. Teatro e Dança que pela primeira vez no país adquiriram um *status* universitário.

A percepção de muitas das tendências em curso na Bahia, no país e mesmo no exterior, nem sempre comum entre a elite baiana de onde provinha, mas que sua cultura, incompleta e por vezes elitista, como anotou com perspicácia Antonio Risério em seu livro *Avant Garde na Bahia*, foram a força mais essencial da intervenção político-acadêmico-cultural do magnífico reitor e de seu inovador projeto universitário.¹

Edgard Santos, com esta delicada sensibilidade às circunstâncias, superando limites pessoais e sociais, de modo peculiar abriu e buscou integrar seu projeto de universidade ao processo de modernidade em curso na Bahia, no país e mesmo no exterior. Esta percepção fina e a tentativa de atualizar a Universidade da Bahia, inserindo-a nesta dinâmica moderna, retém com mais precisão o projeto de Edgard Santos que uma pretensa inauguração desta modernidade em terras baianas como desejam alguns autores.

Se a pretendida inauguração se desvanece, sem mais, no confronto com as exigências, bastante maiores que as possíveis à Universidade, próprias do processo de modernização socioeconômico em andamento na Bahia de meio de século, também no plano do modernismo cultural tal hipótese não se sustenta. A virada modernista na Bahia, sem dúvida, deve sua inauguração mais à gestão Anísio Teixeira à frente da cultura e da educação na Bahia, infelizmente tão pouco estudada em seu componente especificamente cultural e, principalmente, escritores e artistas plásticos agrupados em torno da revista *Cadernos da Bahia*, como, aliás, já demonstraram plenamente João Carlos Teixeira Gomes e Valdomiro Santana, que a qualquer pretensa atuação da Universidade.²

A suspensão da estagnação socioeconômica e do tradicionalismo cultural, característicos da “Boa Terra” até meados deste século,

¹ LOPES FILHO, A. R. L. *Avant-Garde na Bahia*. 1995. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. p. 31-67.

² GOMES, J. C. T. Presença do modernismo na Bahia. In: *Camões contestador e outros ensaios*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979. p. 165-198; SANTANA, V. *Literatura baiana 1920-1980*. Rio de Janeiro: Philobliblion; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986. p. 33-64

e a chegada a uma modernidade – paradoxal e incompleta como acontece em nosso país – constituem um complexo, e pouco analisado, processo. Coube à Universidade, isto sim, consolidá-lo e, por vezes, radicalizá-lo em diversas esferas de conhecimento.

As fragilidades da intentada integração da Universidade com a modernização socioeconômica sobressaem, inclusive se se consideram os limites e impasses desta modernização (de enclave), as dificuldades da instituição em atualizar plenamente sua postura e intervenção acadêmico-científica e articulá-la com instituições socioeconômicas extrauniversitárias. Isto acontece apesar de iniciativas como novos procedimentos em saúde, administração, geologia, etc.³ De qualquer modo, a Universidade parece não conseguir, de modo satisfatório, tecer uma cultura técnica e impregná-la em uma sociedade com forte resistência e persistência de estruturas e arcaísmos.

No concernente ao modernismo cultural, a atuação da Universidade mostra-se, pelo contrário, indubitável. O modernismo cultural, em sua conceituação alargada de Antonio Cândido, tantas dificuldades encontrou nesta Universidade renovada dos anos 1950 e também um forte aliado para sua consolidação e mesmo radicalização.⁴ Nas humanidades, antes terra propícia de uma cultura retórica e submersa aos acionamentos literário-ornamentais, (novos) procedimentos (sistemáticos) de pesquisa e de análise ocupam espaço, em diversos lugares universitários, como os Institutos de Economia e Ciências Sociais, além dos novos grupos, centros e laboratórios já citados.

Nas artes, a atividade da Universidade torna-se reluzente. Fora as (iniciais) resistências da “acadêmica” e conceituada Escola de Belas Artes, fundada no século passado e segunda escola de arte do país, o modernismo estético na Bahia consolidou-se e foi

³ CARVALHO, M. do S. S. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)*. 86 f. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

⁴ CÂNDIDO, A. *Literatura e cultura de 1900 a 1945*. In: CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. p. 127-160.

radicalizado pelas novas escolas de arte da Universidade.⁵ Se a Escola de Teatro, dirigida por Martim Gonçalves, se conteve em um modernismo “classizante” e “moderado”, o mesmo não acontece nos Seminários (Livres) de Música dos vanguardista Hans Kollreuter (primeiro diretor), Ernst Widmer e Walter Smetak e na Escola de Dança da experimentalista Janka Rudzka.

Nestas unidades, a ênfase encontra-se em um modernismo radicalmente experimental, sintonizado com a arte mais atual do século XX e em curso internacionalmente. Um segundo traço fundamental da intervenção cultural da universidade emerge: seu cosmopolitismo.

A cidade da Bahia, capital da colônia até o século XVIII e durante longo período uma das principais cidades do hemisfério sul, tem, deste este tempo, a superação difícil da arraigada cultura de elites. A divulgação do modernismo nacional e internacional, muitas vezes sem mediações, e a produção de bens simbólicos modernos potencializaram esta crítica ao arcaico, ajudaram a consolidar e, inclusive, radicalizar o modernismo na Bahia e atualizar a província, tornando-a cosmopolita e contemporânea. A abertura para estoques da cultura popular – do sertão e negra – colaborou insistentemente para vencer elitismos, superar preconceitos, valorizar estas tradições e torná-las ingredientes assimilados na mestiça cultura moderna baiana.

Esta complexa conjunção de estoques tão díspares criou na Bahia uma ambiência singular, com relevantes especificidades no panorama cultural brasileiro dos anos 1950/1960, e a Universidade teve papel decisivo nisto. O ambiente baiano, nesse sentido, não pode ser compreendido como mera reprodução local do agitado movimento de renovação político-cultural daquele tempo, depois nomeado de nacional-popular, que galvanizou os centros dinâmicos do país e a jovem intelectualidade, especialmente organizada através dos centros estudantis de cultura e de grupos que reuniam os novos criadores.

Sem dúvida, eram inúmeros os componentes compartilhados, os pontos de convergência e os canais de intercâmbio existentes

⁵ LUDWIG, S. *Mudanças na vida cultural de Salvador (1950 - 1970)*. 1982. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1982.

entre este movimento e as manifestações baianas. A cultura nacional-popular estava, inclusive, presente no circuito simbólico estadual através de instituições, como a ativa seção do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, dentre outras. Mas as proximidades não podem ser reduzidas à identidade, sem mais. Alguns indícios sugerem componentes diferenciados. Enquanto no país, em geral, este movimento de reforma cultural está visceralmente submetido a uma dinâmica política – como aliás parece natural no Brasil da época – e penetra nas Universidades através dos estudantes e suas organizações, na Bahia a Universidade, enquanto instituição, se coloca como integrante indispensável da luta pela reforma intelectual.

140
*

Certamente, a presença da Universidade como participante ativa deste movimento, possibilitou, pelo acionamento de seu poder, prestígio e qualidade, um ambiente cultural conformado por temas sociais e nacionais, ao mesmo tempo plural, aberto e sem tantos preconceitos que impedissem a fruição de materiais simbólicos, oriundos da cultura internacional, da experimentação das vanguardas e da tradição, em particular negra, pois o nacional-popular privilegiava claramente a cultura popular sertaneja. A justa preocupação social e política não significou um desprezo pela lógica própria da cultura, sem mais.

Haveria, portanto, uma tradição cosmopolita, afinal ela é o lugar de conexão do Brasil com a metrópole e com o mundo. Com a transferência da capital para o Rio de Janeiro e com o declínio de sua economia a partir de meados do século XIX, a Bahia vive aproximadamente “cem anos de solidão”. Anos que, de acordo com a hipótese de Antonio Risério, são forjados do enraizamento e solidificação da cultura negra na Bahia.⁶ A retomada desta tradição cosmopolita, expressa por vezes de modo perverso na cultura ornamental das elites baianas ou em movimentos sociais significativos como a Revolução dos Alfaiates, alimentada pelos ideais revolucionários franceses, acontece em meados do século XX com as redefinições sociais que integram a Bahia à economia moderna nacional em uma situação dependente e através de variadas iniciativas político-culturais, in-

⁶ RISÉRIO, A. Apêndice: uma teoria da cultura baiana. In: RISÉRIO, A. *Caymmi* uma utopia de lugar. Salvador: Copene; São Paulo: Perspectiva, 1963. p. 155-183.

clusive as de Anísio Teixeira. A vinda de professores e pesquisadores americanos, a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, a apresentação e o debate da filmografia internacional no Clube de Cinema da Bahia dirigido pelo crítico Walter da Silveira, entre outros, exemplificam esta retomada dos laços cosmopolitas.

A Universidade da Bahia, também aqui, não (re)inaugura esta tradição, apenas a exerce em toda sua potência: traz e armazena estoques culturais de inúmeros países; organiza eventos internacionais; envia e recebe estudantes e, principalmente, de modo permanente ou temporário, professores e pesquisadores de vários estados e países. O Seminário de Música, as Escolas de Dança e de Teatro, as Faculdades das Humanidades, o CEAO e o Laboratório de Geomorfologia são lugares deste constante intercâmbio. Nesses anos encontram-se na Bahia: Koellreuter, Lina Bo Bardi, Widmer, Smetak, George Agostinho, Jean Tricard, Adam Firnekes, Horst Schwebel, Massini Kuni, Gianni Rato, Janka, Etienne Juillar, Karl Hansen, Rolf Gelewski, para citar apenas alguns.

A retomada cosmopolita permite à Bahia um contato direto – sem a mediação dos polos culturais de São Paulo e Rio de Janeiro – com produtos e criadores da cultura moderna internacional, em seus modelos já consolidados e em suas versões vanguardo-experimentais. Esta marca cosmopolita dá ao panorama cultural da Bahia certa singularidade, pois nos anos 1950/1960 o modernismo e as políticas culturais implantadas, em especial por setores de esquerda e jovens com forte presença no ambiente cultural brasileiro estavam perpassadas por acentuado viés nacionalista.

Em algumas situações e temporalidades, considera-se mesmo o cosmopolitismo cultural algo pernicioso porque obstaculariza o olhar nacional e permite a penetração de valores burgueses internacionais (imperialistas). A política cultural dos comunistas, marcada por estas concepções e cada vez mais permeada por componentes nacionalistas desde a crise da proposta do realismo socialista, tem influência crescente nestes anos entre a intelectualidade, em especial jovem, que naqueles anos busca repensar político-culturalmente

o Brasil.⁷ Este novo olhar possibilita a emergência cultural de temáticas sociais, com destaque para o país rural, os latifúndios e a cultura do sertão.

O modernismo e o cosmopolitismo que avançam em terras baianas, instalados neste ambiente cultural brasileiro, não ficam imunes a estas tendências político-estéticas de (re)descobrimto de temas sociais. Também aqui se olha o país e, principalmente, busca-se expressar a região.

A Bahia encoberta pela cultura ornamental das elites começa a ser (re)descoberta. Temáticas sociais até então desconsideradas ou mesmo proibidas pelo conservadorismo vigente; novos temas socioeconômicos provenientes dos conflitos inscritos nos processos e nas ambiguidades da modernização; tradições e estoques populares intencionalmente desprezados ou esquecidos: todos estes e outros lastros culturais passam a ser, de algum modo, revisitados.

O elitismo ainda encistado em variados setores da Universidade, inclusive em seu reitor, e a retratação a que estão submetidos alguns dos estoques culturais, inibem a radicalidade da (re)descoberta. O CEAO, por exemplo, mesmo orientado inicialmente por uma visão internacionalista de restabelecer o contato com a comunidade de fala portuguesa, só foi possível através de expedientes políticos como o acréscimo dos temas orientais e com uma “clandestinidade” forçada até a data de sua inauguração. Afinal, trazer para a Universidade os temas africanos e, em particular, os estoques e personagens da cultura afro-baiana, mantida então em autênticos guetos, não era algo facilmente assimilável em uma instituição habitada pelas elites e em uma sociedade conservadora e racista.

Apesar destes limites, a política acadêmico-cultural de Edgard Santos, sensível às mudanças de seu tempo e às inovações, assegurou que a Universidade abandonasse o distanciamento das ideias fora do lugar e, mesmo com dificuldades, incorporasse as temáticas baianas na sua produção acadêmica. A Bahia foi contemplada, por exemplo, em peças musicais, de dança e de teatro; em pesquisas realizadas por órgãos da Universidade, a exemplo do Laboratório de

⁷ RUBIM, A. A. C. *Partido Comunista, cultura e política cultural*. 1986. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, São Paulo, 1986; id. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Editora da UFBA, 1995.

Geomorfologia, dos Institutos de Economia e Ciências Sociais, no Laboratório de Linguística, com seu inaugurador *Atlas prévio de falares baianos* e em atividades de extensão.

Dentre estas atividades, cabe destacar os importantíssimos eventos e cursos de língua realizados pelo CEAO. O curso de iorubá, por exemplo, aberto à comunidade negra baiana, sem requisitos formais que impedissem o acesso de seus membros à língua ancestral de sua etnia e religião, foi ele primeiro e significativo de uma interação cada vez mais intensa entre a Universidade e esta comunidade, sempre alijada. Uma hipótese nada desprezível poderia propor uma relação entre este intercâmbio e o posterior movimento de reafirmação e explosão afro-baiana na cidade e no estado.

As limitações do (re)descobrimento da Bahia e especialmente do Brasil pela Universidade, no entanto, têm igualmente de ser assinaladas. Elas decorrem não só do elitismo anotado, mas de deficiências da própria Universidade e do projeto Edgard Santos, do provincianismo e conservadorismo (também) presentes e principalmente da crise do projeto universitário que impediu seu aprofundamento.

A ausência completa de institucionalização do projeto, para o mal e para o bem, totalmente centrado na figura reitor, se em alguns momentos favoreceu a ousadia e a flexibilidade do projeto, mostrou em outros sua acentuada fragilidade. A personalidade da política acadêmico-cultural implementada fez com que a não nomeação de Edgard Santos para novo mandato, em 1961, por Jânio Quadros, tomasse a forma de crise de um projeto universitário, agravada, sem dúvida, pelo golpe de 1964 que teve efeitos perversos sobre o país e, em particular, sobre a cultura que emergia na Bahia.⁸ A floração tardia da cultura ente 1964-1968, apesar da ditadura, não teve qualquer similar na Bahia.⁹ Aqui, poucos foram os movimentos culturais que subsistiram ao golpe militar, diferente do que ocorre em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A saída de Edgard Santos e o golpe de 1964 atingem, deste modo, brutalmente o projeto universitário singular que vinha se esboçando, decerto com ambiguidades e contradições na Bahia. A Reforma

⁸ RUBIM, A. A. C. A Bahia, a comunicação e a cultura nos anos 50/60. *Cadernos do Ceas*. Salvador, n. 161, p. 77-83, jan./fev. 1996.

⁹ SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-69. SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-92.

Universitária, realizada pela ditadura militar, da qual a já chamada Universidade Federal da Bahia foi uma das pioneiras, impondo um modelo unitário de Universidade, com pretensa orientação científico-tecnizante, mais uma vez atingiu o combalido projeto, inclusive destruindo e redefinindo inúmeras de suas iniciativas, como as casas internacionais de cultura e as escolas de artes e humanidades.

Os impasses e deficiências do projeto que governou os primórdios da Universidade da Bahia não devem ser impedimento à compreensão crítica daquele momento singular e criativo de nossa Universidade e da sua maravilhosa intervenção cultural na sociedade baiana. Ao se movimentar entre a modernidade e a tradição, a Universidade da Bahia lidou e introduziu estoques culturais, participando ativamente, talvez como nunca, do redesenhar e do turbilhão cultural que caracterizaram aqueles anos baianos.

A Universidade, através do movimento renovador englobado em seu projeto, contestou a cultura retórico-ornamental baiana, ainda que algumas de suas unidades fossem redutos destes valores, contribuindo de maneira decisiva para a ressonância deste singular ambiente, onde cultura e política se realizavam, mas em observância de suas lógicas próprias e em melhor equilíbrio que em circunstâncias estritamente nacional-populares, pode ser apreendida pela quantidade de jovens intelectuais forjados neste tempo e lugar. A longa lista poderia ser iniciada com nomes como: Glauber Rocha, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Carlos Nelson Coutinho, João Ubaldo Ribeiro, Muniz Sodré, Othon Bastos, Luiz Carlos Maciel, Gal Costa, Sônia Coutinho, José Carlos Capinam, Tomzé, Maria Bethânia, Geraldo Sarno, Marta Overbeck, Florisvaldo Matos, João Carlos Teixeira Gomes, Fernando Peres, Fernando Rocha, Calazans Neto, Sante Scaldasferri, Juarez Paraíso, Guido Araújo, Rubem Valetim, Vivaldo da Costa Lima, Waldir Freitas Oliveira, Geraldo Del Rey, Paulo Gil Soares, Lindembergue Cardoso, Carlos Petrovich, Milton Santos, entre tantos outros.

Mas que a constituição de um importante núcleo de intelectuais, o singular ambiente cultural baiano, no qual a formação política não inibiu a experiência cultural, e se houve desequilíbrio certamente a balança pendeu para o prato da cultura, permitiu um experimentar estético-científico, conforme a situação, ricamente abrangente, denso e plural. Este estoque e o clima de debate crítico dotaram

estes criadores de uma singular capacidade de despreendimento e de superação de fronteiras e modelos culturais.

Certamente, sem estas lições, Glauber Rocha, um dos expoentes do Cinema Novo, não teria lastro para tão radicalmente desconstruí-lo político-esteticamente em *Terra em transe* e escancarar o esgotamento das propostas cinemanovistas.¹⁰ Observação idêntica vale para os baianos Caetano, Gil, Tom Zé, Capinam e outros que detonaram a Música Popular Brasileira (de protesto) com o movimento tropicalista. Na vanguarda estético-política e na contramão das ultrapassadas proposições da esquerda da época, a Tropicália apontava perspicazmente para as novas condições de sociabilidade, nas quais a cultura e a política deveriam se locomover e realizar sua crítica social.

Os dois episódios rememorados constituem-se em marcos essenciais das profundas revisões político-culturais acontecidas na sociedade e, em especial, na cultura brasileira. Não por acaso, personagens originários e formados no tempo/espaço baianos estão na liderança destas rupturas. A hipótese de que o ambiente cultural e os estoques nele introduzidos pela Universidade tenham sido o alicerce indispensável para tais revisões críticas torna-se eminentemente plausível. Aliás, como bem cantou Gilberto Gil: a Bahia e sua Universidade, havia dado a (todos) eles “régua e compasso”.

Referências

CÂNDIDO, A. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. p. 127-160.

CARVALHO, M. do S. S. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)*. 1992. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

¹⁰ LOBO, J. C. *Muito romântico ou poesia e política no filme Terra em Transe de Glauber Rocha*. 1993. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

GOMES, J. C T. Presença do modernismo na Bahia. In: *Camões contestador e outros ensaios*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979. p. 165-198.

LOBO, J. C. *Muito romântico ou poesia e política no filme Terra em Transe de Glauber Rocha*. Dissertação Salvador. 1993. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 1993.

LOPES FILHO, A. R. L. *Avant-Gard na Bahia*. 1995. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. p. 31-67.

LUDWIG, S. *Mudanças na Vida Cultural de Salvador (1950 - 1970)*. 1982. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1982.

RISÉRIO, A. Apêndice: uma teoria da cultura baiana. In: RISÉRIO, A. *Caymmi: uma utopia de lugar*. Salvador: Copene; São Paulo: Perspectiva, 1963. p. 155-183.

RUBIM, A. A. C. A Bahia, a comunicação e a cultura nos anos 50/60. *Cadernos do Ceas*, Salvador, n. 161, p. 77-83, jan./fev. 1996.

RUBIM, A. A. C. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Editora da UFBA, 1995.

RUBIM, A. A. C. *Partido Comunista, cultura e política cultural*. 1986. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, São Paulo, 1986.

SANTANA, V. *Literatura baiana 1920-1980*. Rio de Janeiro: Philobiblion; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986. p. 33-64.

SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-69. SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-92.



Dilemas culturais da universidade na atualidade

*Antonio Albino Canelas
Rubim*

Hoje ainda parece haver um consenso sobre a importância, no mundo contemporâneo, da formação universitária. A formação profissional especializada e a formação de verdadeiras elites dirigentes seria assim uma das tarefas fundamentais da instituição universitária. Outro consenso ainda persistente é a compreensão da universidade como um lugar de investigação, de realização da pesquisa, de produção do conhecimento, da ciência, enfim. Ainda uma terceira finalidade tem sido reconhecida hoje facilmente para a universidade: a prestação de serviços.

Para Boaventura de Souza Santos, o impacto dos anos 1960 sobre a universidade provocou uma inflexão, que fez emergir tais finalidades como aquelas reconhecidas na atualidade como pertinentes à instituição universitária. Esta inflexão, nas palavras do autor, se fez com o “...atrofiamento da dimensão cultural da universidade e do privilegiamento de seu conteúdo utilitário, produtivista...”¹

¹ SANTOS, B. de S. Da idéia de universidade a universidade de idéias. In: SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 188.

Desta maneira, a finalidade cultural mais ampla da universidade, expressa através da repercussão desta instituição sobre a cultura e sobre a sociedade – que não pode ser reduzida aos formandos, às especialidades ou a ciência –, parece evaporar e ser tratada apenas como um adereço institucional.

Este papel, em última e essencial instância, civilizatório da universidade não pode nem deve ser obscurecido nunca. Tal esquecimento significa uma grave ameaça à instituição universitária, à sua legitimação social e ao desenvolvimento cultural e civilizatório da sociedade contemporânea, tão ameaçada por variadas modalidades de barbárie social.

148

✱

A subestimação deste caráter cultural mais largo, sem dúvida, habita e dá a tônica em propostas do tipo: desmantelamento do sistema público de universidades federais em prol da manutenção (em condições mais dignas?) de somente algumas universidades federais, ditas de excelência. Esta proposta, sempre revivida nos gabinetes do Ministério da Educação, ignora exatamente esta dimensão cultural mais ampla das universidades federais que, apesar das precariedades – de sua responsabilidade ou não –, funcionam como lugares significativos e indispensáveis de estimulação e conformação culturais em cada um de seus estados.

A trajetória da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sem dúvida, aparece nesta perspectiva como exemplar, malgrado a guinada pretensamente “cientifizante” tentada com a Reforma Universitária no final dos anos 1960. A simbiose universidade e cultura na UFBA se mantém persistente e duradoura, apesar dos difíceis percalços, no seu itinerário institucional e social, emergindo como tradição, como história vivida, e como desafio vivenciado na atualidade. O livro *A ousadia da criação*² busca justamente recompor o momento inaugurador, quando Universidade da Bahia e cultura aparecem em íntima associação, sugerindo as peculiaridades desta rica interlocução.

A percepção desse caráter cultural da Universidade da Bahia, a título de exemplo, está expressa por diversos outros autores. Lina Bo Bardi, em um balanço de sua convivência com os baianos, nos

² RUBIM, A. A. C. *A ousadia da criação: universidade e cultura*. Salvador: UFBA, 1999.

anos 1959-1964, sugestivamente intitulado “Cinco anos entre os ‘brancos’”, escreveu:

Três fatores permitiam pensar em um possível desenvolvimento da Bahia como centro nacional de cultura: a existência de uma universidade em expansão (cujo reitor, embora não progressista, podia ter sido aproveitado ao máximo se o corpo estudantil não tivesse tomado posições de intransigência verdadeiramente opostas aos interesses políticos e universitários), uma classe estudantil que, embora confusamente, e agindo às vezes em sentido contrário aos próprios interesses, estava no caminho mais certo para uma tomada de consciência política e cultural, mas sobretudo o caráter profundamente popular da Bahia e de todo o Nordeste.³

149

*

Também Selma Ludwig, Maria do Socorro Silva Carvalho e Antonio Risério reivindicaram esta dimensão e estudam a repercussão cultural da Universidade da Bahia, nos seus anos inaugurais.⁴

O presente texto, em sequência, retoma esta vertente de reflexões, mas a desloca para uma situação contemporânea, problematizando, em tempo presente e nas circunstâncias atuais, a relação entre a UFBA e a cultura. Cabe pensar qual a intervenção cultural da universidade hoje, em que (novo) contexto cultural esta ação acontece e, por fim, qual a política cultural que poderia ser implementada e desenvolvida pela UFBA para potencializar essa sua, já tradicional, essencial dimensão cultural.

³ BO BARDI, L. Cinco anos entre os "brancos". In: FERRAZ, M. C. (Org.). *Lina Bo Bardi*. 2.ed. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1993. p.161.

⁴ LUDWIG, S. *Mudanças na vida cultural de Salvador 1950-1970*. 159f. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1982; CARVALHO, M. do S. S. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)*. 1992. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992; LOPES FILHO, A. R. L. *Avant-Gard na Bahia*. 1995. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. p. 31-67.

As novas circunstâncias culturais e a UFBA

Antes de mais nada, necessário se faz reconhecer as novas circunstâncias sociais e culturais nas quais a UFBA está inscrita. A Bahia passou por um processo de “modernização conservadora” (Florestan Fernandes). Salvador tornou-se, para o mal ou para o bem, uma zona urbana de milhões de habitantes. Imensas foram as mutações culturais acontecidas nestes mais de 50 anos, entre as décadas de inauguração da Universidade da Bahia e o final dos anos 1990. Cabe olhar mais detalhadamente essas transformações.

150

✱

Em seus anos iniciais, a Universidade da Bahia situava-se no centro e no ápice do circuito escolar-universitário. A inexistência mesmo de outras universidades já a colocava neste lugar privilegiado, apesar de seu caráter restrito e mesmo elitista, em termos de quantidade de alunos. Hoje – ainda que o estado da Bahia esteja entre aqueles com menor percentual de estudantes universitários, se comparado com outros estados brasileiros – existem no estado outras seis universidades e um número cada vez mais explosivo de faculdades isoladas. Neste “sistema” universitário, mesmo que a UFBA ocupe um lugar de destaque – dada a sua primazia na pesquisa, na pós-graduação, na prestação de serviços, na produção cultural e até na graduação –, o lugar de centro tende a ser cada vez mais complexo e, inclusive, disputado pelas instituições universitárias existentes e que venham a ser criadas.

Como, apesar de tudo, no país se constituiu um sistema universitário, ainda que cada vez mais privatizado e mercantilizado, uma dinâmica acadêmica passou de algum modo a perpassar essas instituições. O desenvolvimento de uma dinâmica acadêmica intra e interuniversitária implica e decorre, simultaneamente, do crescimento da pesquisa, da emergência e expansão da pós-graduação, da ampliação das exigências docentes, da profissionalização do professorado e da consolidação das áreas especializadas de conhecimento. Ainda que estas mudanças tenham afetado apenas parte do sistema universitário – em geral, o público e parte das chamadas universidades confessionais –, elas passaram, de algum modo, a governar a lógica de funcionamento das universidades.

Este importante desenvolvimento acadêmico, no entanto, ao constituir dinâmicas intra e interuniversitárias, sem dúvida, indispensáveis e qualificadoras da atuação dessas instituições e de seu

corpo docente, configurou uma lógica, que privilegiava uma convivência e reconhecimento entre pares, descolando de certa maneira a universidade de uma dinâmica de interação com seu entorno social. Pode-se afirmar que a exigência crescente de legitimação acadêmica e institucional, entre pares – essencial, sem dúvida, ao desenvolvimento e à consolidação da vida (verdadeiramente) universitária –, como consequência indesejável, terminou por inibir ou tornar secundária a atuação pública da instituição. Algo semelhante à retração da atuação pública dos intelectuais, investigada no interessante livro-diagnóstico de Russell Jacoby ⁵acerca da cultura americana na era da academia.

Assim, este efeito colateral não pretendido do fundamental desenvolvimento e consolidação acadêmica de universidades – ao exigir um mergulho mais rigoroso e sistemático no conhecimento, tornando-o especializado, e um intercâmbio e legitimação imanentes à comunidade acadêmica – paradoxalmente terminou por afastar a instituição dos problemas situados em seu entorno espaço-social. Esta nova circunstância universitária, sem dúvida, deve ser reconhecida e considerada quanto se quer refletir sobre as possíveis interações entre a UFBA e o ambiente cultural baiano, intensamente transformado nestes anos.

A persistência de alguns traços complicados, como a forte separação social e deficientíssima oferta de serviços educacionais e culturais, não impossibilitou uma mutação significativa no campo cultural baiano, em uma comparação dos últimos 50 anos. A mestiça cultura afro-baiana, sempre potente na Cidade da Bahia e no Recôncavo, rompeu o gueto sociocultural ao qual estava submetida e se espraiou abundantemente em todos os poros da sociedade, inclusive “branca”, chegando mesmo a impor uma quase identidade entre cultura baiana e cultura negro-africana.

Essa contaminação cultural configura um ambiente simbólico muito diferenciado daquele prevalecente nos primórdios da Universidade da Bahia, quando a cultura baiana era “branca/europeia”. Naqueles anos, os conflitos contrapunham a cultura de caráter ornamental (Carlos Nelson Coutinho), retórica, “academiciante” e tradicionalista das elites baianas a uma cultura moderna, reivindicada, projetada e animada por um significativo grupo de

⁵ JACOBY, R. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Trajetória cultural, 1990.

jovens intelectuais e artistas baianos e certamente mais aberta a uma interação com estoques culturais populares, para além de sua folclorização.

Acontece que a abertura da jovem cultura moderna baiana aos estoques culturais populares sempre acolheu alguns aspectos problemáticos. Uma destas limitações dizia respeito ao não reconhecimento em plenitude da dignidade cultural daquele estoque. Não por acaso tal reconhecimento se faz com muito mais facilidade nas áreas de predominância da imagem, da corporeidade e do movimento – como a pintura, a escultura, a dança – e com grandes problemas em um registo mais narrativos, discursivos e abstratos, como a literatura, as humanidades e até o cinema. O filme *Barravento*, de Glauber Rocha, torna-se aqui emblemático de certa postura desta jovem intelectualidade baiana, branca e moderna.

152
✱

Outra dificuldade afluía em relação ao estoque popular privilegiado pelos modernos baianos e inclusive pelo movimento político-cultural da juventude progressista no país: a cultura do sertão nordestino aparecia como referência priorizada em comparação com aquela de raiz negra. Em um momento de estreita politização da cultura, o popular oprimido pelos latifundiários – que conjuntamente com o imperialismo norte-americano configuravam os adversários maiores das Reformas de Base e da “revolução brasileira” – certamente deve ser o destacado. Um outro filme de Glauber também aparece como emblema desta opção cultural. O excelente *Deus e o diabo na terra do sol* expressa, antes de tudo, os dramas do sertão nordestino.

Hoje o estoque popular afro perpassa toda a sociedade e já não se discute a afirmação deste componente cultural como dado fundamental para uma identificação cultural da Bahia. A redefinição do lugar desse estoque na dinâmica cultural baiana tornou-se um dado essencial para pensar a nossa nova circunstância cultural. E a UFBA, em alguma medida, contribuiu para este rearranjo. O Centro de Estudos Afro-Orientais, inaugurado naqueles anos, sem dúvida contribuiu doando dignidade universitária e principalmente interagindo com a comunidade afro-baiana e com nossas raízes negras.

O vigor desta “africanização” cultural na Bahia criou o alicerce para um segundo movimento de alteração significativa da circunstância cultural baiana, que deve ser indicada neste texto. Trata-se da emergência e expansão de uma lógica de indústria cultural em

Salvador, cidade (antes) periférica ao eixo Rio-São Paulo, lugar brasileiro de concentração e centralização de sua indústria cultural. Tal lógica se modela, padroniza e mesmo empobrece a novidade e diversidade cultural, simultaneamente abarca através de seu mercado de trabalho e de consumo um número expressivo de produtores e consumidores, tornando mais uma vez a cultura, em sua forma de mercadoria cultural, um dado inescapável da nova circunstância baiana. Ainda mais: reintroduz a Bahia de modo diferenciado no circuito cultural nacional.

Surge aqui outro componente essencial da nova circunstância cultural baiana e inclusive brasileira: a hegemonia do circuito midiático, operando em moldes da lógica da indústria cultural, no campo cultural brasileiro. A anterior dominância do circuito escolar-universitário, com todos os limites da educação no país, acontecia como possível, dado o caráter profundamente elitista da cultura e da sociedade brasileiras até então, quando se reconhecia apenas a cultura europeia (“branca”), acessível somente à elite dominante. A exclusão das classes dominadas, o não reconhecimento das culturas subalternas, oriundas e conformadas por estoques não europeus, e um restritivo sistema escolar-universitário, no qual o acesso à educação aparece com privilégio de classe, sem mais, caracterizam bem este momento da sociedade brasileira. Nele, o circuito escolar-universitário, apesar de sua dimensão e de seus limites sociais, pode ser hegemônico, nesse campo cultural, excludente e elitista.

Dentre o turbilhão de modernizações dos anos 1960 e da Ditadura Militar não pode ser esquecida a hegemonia, a partir daqueles anos, do circuito da indústria cultural no campo cultural no Brasil, ensejada por uma política de comunicação e cultura deliberada da Ditadura Militar, que se unia a tão conhecida e característica política de repressão e censura à cultura e às comunicações, marcas maiores de qualquer regime autoritário.

Emblemas dessa mutação, os festivais da canção, acontecidos na década de 1960, inicialmente produtos da esfera universitária e seu movimento estudantil, transitam paulatinamente para uma situação de produção realizados e moldados a uma lógica de indústria cultural. Certamente, um estudo do itinerário desta significativa mutação de hegemonias no campo cultural poderia ser realizado tomando os festivais, desde os universitários até os internacionais da canção da Globo, como “monadas”, acontecimentos que

condensam e manifestam as linhas de força fundantes de uma época, dos movimentos fundamentais para a sua formatação e para o seu conhecimento.

Essencial reconhecer na atualidade a hegemonia, no Brasil, do circuito midiático no campo cultural, para que se possa pensar efetivamente a inserção cultural da universidade. Boaventura de Souza Santos,⁶ no seu perspicaz texto, fala em três crises que hoje afetam a instituição universitária: uma crise de hegemonia, uma crise de legitimidade e uma crise institucional. Deixando de lado as duas últimas, devido ao recorte da reflexão que agora se desenvolve, a crise de hegemonia, considerada pelo autor “[...] a mais ampla”, caracteriza-se pela concorrência, verificada na atualidade, entre a universidade e outros lugares de produção e difusão de bens culturais, em especial, aquelas próprias da “cultura de massas”, que emergem principalmente no pós-guerra. Nas palavras do pensador português: “Incapaz de transformar esta nova forma cultural numa cultura-objeto, a universidade deixa de ser o produtor central da cultura-sujeito e nessa medida perde centralidade”.

Nesta perspectiva, o campo cultural da sociedade contemporânea torna-se mais complexo com a multiplicidade de variados lugares de produção e difusão culturais (mídia, escolas, universidades, instituições culturais outras, personalidades etc.), considerados legítimos e distintos, e com a potencial disputa entre estes circuitos na formação cultural dos indivíduos. Michel de Certeau,⁷ analisando a situação cultural da sociedade atual, páginas depois de escrever: “A relação da cultura com a sociedade modificou-se: a cultura não está mais reservada a um grupo social; ela não mais constitui uma propriedade particular de certas especialidades profissionais (docentes, profissionais liberais); ela não é mais estável e definida por um código aceito por todos”, ao se referir à cultura dos estudantes, definida como “caleidoscópica”, afirma: “Sob este ponto de vista, o ensino universitário acrescenta seu efeito próprio a multiplicidade das informações e das imagens que a cultura de massa veicula. Ele não as organiza; ele se acrescenta a elas. Ele não diz a última palavra sobre a cultura de massa...”.

⁶ SANTOS, op cit., p. 192-193.

⁷ CERTEAU, M. de. As universidades diante da cultura de massas. In: *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995. p.103-104.

Esta nova circunstância cultural tem forte vigência no Brasil, pois no país conjuga-se um potente desenvolvimento das mídias – em especial, da televisão – e da lógica da indústria cultural com o subdesenvolvimento da cultura escrita, com o maltrato da educação, com a não universalização real da escola pública, persistentemente depreciada. Esta perversa combinatória – que faz o país quase transitar de uma cultura oral para uma audiovisual, sem uma passagem universal pela cultura escrita – tem agigantado de modo desproporcional no Brasil a hegemonia do circuito cultural das mídias no campo cultural, obrigando os outros circuitos a se adaptarem a esta problemática circunstância.

A questão essencial passa a ser a resposta da instituição universitária à contemporaneidade, formatada como “aldeia global” (McLuhan), “era da informação” (Manoel Castells), “sociedade informática” (Adam Schaff), “sociedade da informação” (David Lyon), “sociedade da informação ou da comunicação” (Ismar de Oliveira Soares), “planeta mídia” (Dênis de Moraes), enfim como verdadeira “Idade Mídia”. Nesta circunstância cultural, quando a contemporaneidade aparece como convergência entre espaços geográficos e virtuais, entre vivências e televivências, entre local e global (glocalidade), tem-se um gigantesco crescimento quantitativo da comunicação midiaticizada; a criação e a proliferação de novas modalidades de mídias que terminam por configurar uma ecologia; a comunicação midiática como experiência primordial do mundo e da realidade; as mídias como circuito cultural hegemônico, inclusive em termos de consumo, distribuição e produção de bens culturais; a dimensão pública engendrada pelas mídias como dominante e, por fim, a comunicação midiática como rede que estrutura e ambiente que conecta, tecendo a possibilidade da peculiar sociabilidade contemporânea.

Nos países dominantes, mas não no Brasil, simultaneamente à expansão da “cultura de massas”, termo já devidamente submetido a uma crítica rigorosa por Adorno e Horkheimer ao cunharem o conceito de “indústria cultural”, ocorreu uma massificação da universidade, certamente uma das respostas da instituição às novas circunstâncias sociais e culturais. Certeau, refletindo sobre essa universidade de amplo recrutamento estudantil, afirma a necessidade de ser reconhecida a heterogeneidade cultural derivada da expansão quantitativa da universidade e acredita que: “A conjuntura

requer que ela produza um cultura de massa”. Assim, uma das respostas possíveis para a nova circunstância cultural seria a transformação mesma da cultura universitária.

Essa resposta, entretanto, não parece nem consensual, nem livre de problemas. Boaventura de Souza Santos observa que confrontar a “cultura de massas” em seu próprio terreno, massificando a “alta cultura”, trouxe novos questionamentos. Outra vez, em suas palavras:

No limite, admitiu-se que a escolarização universal acabaria por atenuar consideravelmente a dicotomia entre alta cultura e cultura de massas. Não foi contudo, isto o que sucedeu. A massificação da universidade não atenuou a dicotomia, apenas a deslocou para dentro da universidade pelo dualismo que introduziu entre universidade de elite e universidade de massas”.⁸

Não cabe aqui acompanhar o debate ou resolver esta importante questão, inclusive porque, a rigor, a universidade no Brasil não foi aberta para massas, mantendo-se restrita às camadas dominantes e alguns setores médios, seja por causa da enorme desigualdade de distribuição de rendas no país, seja por conta da debilidade do sistema escolar, seja decorrente das políticas de não investimento dos governos federais e estaduais no ensino universitário. Com a discussão acima apenas se deseja, mais uma vez, assinalar a cultura midiática como dimensão crucial para a compreensão rigorosa da interação entre universidade e cultura hoje.

Um último aspecto da nova circunstância cultural deve ser considerado. A universidade, mesmo sendo uma instituição de história já secular, teve uma atuação imprescindível para a conformação da modernidade. A secularização (“laicanização”) do saber, a modernização social, a racionalização do mundo, a consolidação da ciência e o Modernismo cultural muito devem a instituição universitária.

A história de Universidade da Bahia em nada difere, para o mal e para o bem, deste compromisso como o moderno, apesar da tradição e do conservadorismo que muitas vezes captura a instituição.

⁸ SANTOS, 1997, p. 194.

Na Bahia, a universidade não inaugurou ou deslançou uma cultura moderna, antecedida que foi por iniciativas de outras entidades e personalidades, como Anísio Teixeira na Secretária de Educação e Saúde do Estado no governo Octávio Mangabeira; como Carlos Bastos, Mário Cravo e Genaro de Carvalho, artistas plásticos pivôs do Modernismo cultural baiano; como Walter da Silveira e seu Clube de Cinema da Bahia; como os Cadernos da Bahia; para somente citar alguns expoentes primeiros do Modernismo cultural no estado.

Se não teve esse caráter inaugurador, diferente do que pensam alguns estudiosos, a Universidade da Bahia, em seus primórdios, foi indiscutivelmente um dos pilares da consolidação e inclusive da radicalidade do Modernismo cultural baiano, aqui entendido não como um movimento restrito às artes, mas abarcando uma dimensão ampla de cultura, nos moldes da visão de Antonio Cândido. O enorme peso renovador da instituição universitária, ainda que em seu interior ocorressem resistências por vezes intensas, e suas possibilidades de animada interlocução nacional – e, naqueles anos, inclusive internacional –, não resta dúvida, foram imprescindíveis para a plena instalação do Modernismo nas artes, nas ciências, na cultura, enfim, em território baiano e para a transformação moderna da cidade de Salvador.

Hoje aflora uma situação radicalmente distinta. Os traços culturais da contemporaneidade não permitem nenhuma tranquilidade ou otimismo, sem mais. Antes recolhem marcas inquietantes: a iluminista crença no moderno encontra-se em séria crise; a modernidade explode em um profundo mal-estar; prognósticos de seu final reiteradas vezes encontram-se manifestos no chamado pensamento pós-moderno e mesmo seus defensores neomodernos mostram-se atentos as suas promessas não cumpridas, mas reclamam suas possibilidades ainda (!) não realizadas. Sem dúvida, tem-se aqui outro dado crucial para (re)pensar na atualidade a dimensão cultural da universidade.

Universidade e políticas culturais

Duas vertentes, por conseguinte, parecem convergir e exigir da UFBA a definição e implementação de uma vigorosa política cultural na atualidade. A rica tradição de ação cultural da Universidade da Bahia simultaneamente constitui um admirável alicerce e

reivindica sua continuidade, assegurando a peculiar e importante presença da cultura em nossa universidade. As mudanças em curso no mundo e na Bahia, ao colocar a cultura em significativo patamar na atualidade, em formato de cultura criativa ou mercadoria cultural, por sua vez, demandam da instituição um conjunto de ações no campo cultural. A atuação da universidade neste campo, portanto, emerge como essencial para a aceleração de sua dinâmica interna e externa, para a realização plena de seus fins.

Para não ser definitivamente ultrapassada por essas demandas e pelas novas circunstâncias socioculturais, a UFBA deve se municiar de uma política deliberadamente formulada que incorpore a cultura como momento essencial da realização de seus fins acadêmicos. Dentro desta perspectiva, podem-se propor algumas intervenções a serem assumidas institucionalmente por toda a universidade:

- Formação de criadores, difusores e organizadores culturais, dotando o campo cultural daqueles três tipos de intelectuais que, de acordo com Antonio Gramsci, conformam, articulam e animam este campo. A UFBA já tem um razoável investimento neste sentido, não só através de seus cursos de artes, mas – considerada a cultura em um sentido amplo – igualmente em cursos que podem ter forte incidência sobre o campo cultural como, por exemplo: as humanidades (intelectuais criadores e difusores), as ciências “duras” (intelectuais criadores), a educação e o jornalismo (intelectuais difusores) e a produção cultural, a administração, a museologia e a arquitetura (intelectuais organizadores). Cabe fortalecer e renovar estes cursos; forjar novas possibilidades de habilitação na graduação; desenvolver programas de atualização continuada voltados ao campo cultural, em patamar de extensão ou pós-graduação (aperfeiçoamento, especialização etc.) e criar cursos que tematizem as interfaces existentes hoje entre os diversos campos e a cultura. A formação de pessoal especializado no campo cultural emerge como um dos investimentos essenciais exigidos da UFBA em uma política cultural adequada às novas circunstâncias.

- Mas a formação cultural não pode, nem deve estar restrita aos profissionais especializados de pertença ao campo cultural. A UFBA e, a rigor, todas as instituições que se pensem verdadeiramente como universidades devem tornar a formação cultural um patrimônio comum a todos os seus estudantes, independente de suas áreas específicas de formação. Este desafio, sem dúvida, configura-se como um dos mais essenciais à instituição e à sociedade contemporânea: fazer da universidade sempre um lugar civilizador, rigorosamente educador, de formação em plenitude de cidadãos, indivíduos que, sendo especialistas competentes, detém uma cultura mais ampla e consistente, uma postura ética e um compromisso responsável com a sociedade. Assim, a cultura não pode ser assumida apenas em uma parcela da UFBA e esquecida por parte de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo. A formação cultural de toda a comunidade universitária tem que ser encarada sempre como uma das tarefas mais essenciais da universidade. Sem isto, vive-se o paradoxo de um lugar cultural por excelência, como a instituição universitária, conviver, sem mais, com o menosprezo e mesmo a insuficiência cultural.
- Esta atitude de formação cultural não pode se restringir, entretanto, à comunidade acadêmica. A formação de públicos culturais, dentre e fora dos muros universitários, deve se tornar outra tarefa a ser assumida em plenitude pela UFBA. O alargamento do campo cultural deve ser uma das responsabilidades mais palpáveis da instituição universitária, afinal de contas ela existe para produzir, organizar e difundir cultura. Esta formação de públicos culturais pode ser implementada através da estrutura organizacional regular da universidade e de setores, programas e equipamentos especialmente orientados para tal finalidade, pois a instituição, tendo plena consciência do significado profundo desta sua atitude e das ricas repercussões dela na sociedade e em seu

campo cultural, deve investir nestes dispositivos de interlocução e em serviços culturais destinados a seu entorno social.

- Além das múltiplas formações sugeridas acima, realizadas através de atividades de ensino ou de extensão, a universidade desenvolve uma significativa intervenção para o campo cultural ao realizar pesquisas e estudos acadêmicos acerca de temáticas e problemas relevantes para este campo. Tais estudos e pesquisas, ao enfrentar questões, diagnosticar dificuldades e debater soluções, realimentam o campo e podem dinamizá-lo, se acontecer um produtivo intercâmbio entre a universidade e a comunidade cultural. Tais reflexões, estudos e pesquisas, ainda realizados em reduzida quantidade, têm adquirido uma razoável dinâmica nos últimos anos, em decorrência da vitalidade e visibilidade da cultura no mundo e na Bahia contemporâneos e da instalação de programas de pós-graduação e linhas de pesquisa sensíveis ao registro cultural. A tendência de expansão e consolidação das reflexões, estudos e pesquisas universitárias sobre cultura parece evidente. Cabe à universidade colaborar nesta perspectiva, criando mecanismo de estímulo e incentivo, além de buscar interagir decididamente com outras instituições do campo cultural para desenvolver investigações de interesse comum. A criação e difusão de conhecimentos novos acerca das novas circunstâncias culturais locais e globais desponta como uma das atividades mais singulares e significativas da UFBA neste novo e desafiador contexto de mutações culturais contemporâneas. Aliás, a criação de conhecimento novo e a formulação de debate crítico devem sempre ser sensíveis e atentos à emergência e oportunidade de temáticas e questões, que sejam relevantes e galvanizem a vida cultural de nosso entorno espaço-temporal.
- Mas a atividade de pesquisa, tão cara à universidade, não se restringe àquela de tonalidade acadêmica, sem mais. O campo cultural, afeito ao trabalho com as linguagens,

técnicas e tecnologias, solicita outro e fundamental tipo de pesquisa, muitas vezes de trânsito não fluente e tranquilo na universidade, pois a rigor, encontra-se distanciada e até contraposta às regulamentares exigências acadêmicas. Trata-se de uma pesquisa pertinente às linguagens, técnicas e tecnologias conectadas ao campo cultural. Uma maior abertura e um mais consistente incremento deste tipo de pesquisa experimental permitiriam à UFBA ter uma atitude muito mais destacada em um território cultural, normalmente imerso em enormes dificuldades, mas vital para a oxigenação e para a renovação culturais. Esta experimentação revitalizadora encontra obstáculos na padronização e simplificação inerentes ao caráter mercantil, que subsume a cultura modelizada em termos de uma lógica de indústria cultural, e no bairrismo, que muitas vezes contamina culturas localizadas. O ambiente universitário, potencialmente aberto à experimentação, ao novo, à interlocução e à diferença serve certamente de um bom ancoradouro para esta pesquisa, fomentadora do ânimo e da vitalidade imprescindíveis para um ativo e criativo campo cultural. Novamente, tem-se o imbricamento entre a UFBA, as instituições e as personalidades do campo cultural com elo inevitável para a realização das ressonâncias sociais intentadas.

Outros quesitos existirão para configurar uma política cultural que atualize a dimensão cultural e insira a UFBA na dinâmica da contemporaneidade. Não existe aqui uma pretensão totalizante, apenas o intuito de começar uma reflexão e sugerir algumas linhas iniciais que possam configurar uma política cultural universitária que compreenda a cultura como inclusão e não exclusão, como multiplicidade de ingredientes, como apurado preparo. Como algo tão complexo e saboroso como a culinária baiana.

Tal política busca reinstalar a universidade na dinâmica cultural da contemporaneidade, reconhecendo que a instituição passa por um conjunto de crises, provenientes das mutações aceleradas da atualidade, que atingem sua hegemonia e legitimidade. Crise de hegemonia porque destituída do lugar de protagonista que ocupava a centralidade do campo cultural e porque, como foi visto, submetida

a uma concorrência feroz de outras instituições de produção, organização e difusão de bens culturais, bastante adaptáveis a uma lógica de mercado, este aparente senhor dos tempos presentes.

Crise de legitimidade porque a universidade se vê solicitada por uma proliferação de demandas, muitas delas utilitárias e imediatistas, provenientes tanto do mercado, quanto de necessidades e carências da sociedade, as quais ela não tem condições de satisfazer de modo emergencial e eficaz. Isto retém uma maior gravidade em uma sociedade como a brasileira, na qual a imensidão da desigualdade social interdita um olhar mais compreensivo acerca da universidade, sua singularidade e dinâmica. No nosso caso, a dimensão descomunal da desigualdade impede que parcelas significativas da população tenham qualquer ideia precisa das finalidades e procedimentos da universidade, com exceção talvez da formação de estudantes, também algo distante do universo desta população que nunca tem acesso ao ensino superior.

A instituição universitária, a rigor, necessita simultaneamente realizar um duplo movimento, talvez paradoxal: desprender-se e aproximar-se de seu entorno social. Desprender-se de seu entorno social, político e econômico para se debruçar sobre questões e temas, desenvolvendo estudos, muitas vezes, aparentemente sem relevância ou sem repercussões sociais e mercadológicas perceptíveis. Tal horizonte de conhecimento, aberto sempre a novas fronteiras, possibilidades, experimentações e desafios conforma a alma especulativa da universidade. Ela, por conseguinte, não pode, em nenhuma hipótese, abdicar deste compromisso, nem desta autonomia.

Na contramão deste movimento, a universidade, inclusive para obter maior legitimidade social, precisa interagir intensamente com a sociedade e inclusive como o mercado e o mundo do trabalho, buscando satisfazer demandas e ajudar a resolver os graves problemas sociais hoje existentes. O compromisso da universidade com a justiça social, a democracia, o pluralismo, a liberdade e contra quaisquer arbitrariedades está aqui contemplado, nesta responsabilidade para com a sociedade.

Uma política cultural consistente deve ser perpassada por estas preocupações, com este equilíbrio difícil. Mas como já dizia o poeta Gonzaguinha: “O equilíbrio é difícil, mas meu pé é da largura do arame”. Que assim seja o caminhar da UFBA.

Referências

- BO BARDI, L. Cinco anos entre os "brancos". In: FERRAZ, M. C. (Org.). *Lina Bo Bardi*. 2. ed. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1993. p. 161.
- CÂNDIDO, A. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. p. 127-160.
- CARVALHO, M. do S. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)*. 86 f. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.
- CERTEAU, M. de. As universidades diante da cultura de massas. In: CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995. p. 103-104.
- COUTINHO, C. N. Cultura e democracia no Brasil. In: COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 61-92.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre a questão cultural no Brasil. *Escrita/Ensaio*. São Paulo, n. 1, p. 6-15, 1977.
- JACOBY, R. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Trajetória cultural, 1990.
- LOPES FILHO, A. R. L. *Avant-Gard na Bahia*. 1995. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. p. 31-67.
- LUDWIG, S. Mudanças na vida cultural de Salvador 1950-1970. 159 f. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1982.
- RUBIM, A. A. C. (Org.). *A ousadia da criação: universidade e cultura*. Salvador: UFBA, 1999.
- RUBIM, A. A. C. Democracia, cultura e comunicação no Brasil. *Intercom - Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, n. 53, p. 51-58, jul./dez. 1985.
- SANTOS, B. de S. Da idéia de universidade a universidade de idéias. In: SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 188.



sobre os autores

ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM

Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex-Secretário de Cultura do Estado da Bahia. Ex-Presidente do Conselho Estadual de Cultura. Autor de artigos e livros sobre políticas culturais, cultura e política e comunicação e política.

MARCOS UZEL

Doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia. Jornalista, professor e escritor graduado em Comunicação com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), possui experiência profissional de mais de 25 anos, atuando como editor, crítico teatral, colunista e repórter especializado na área de cultura em veículos de comunicação de grande porte (Jornal A Tarde, Correio da Bahia e Bahia Hoje, dentre outros), além de trabalhos como assessor de imprensa. Tem artigos publicados em

revistas de circulação nacional e internacional. É autor dos livros *Guerreiras do Cabaré - A Mulher Negra no Espetáculo do Bando de Teatro Olodum* (2012), *A Noite do Teatro Baiano* (2010) e *O Teatro do Bando - Negro, Baiano e Popular* (2003).

PAULO HENRIQUE ALCÂNTARA

Professor doutor da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde também ensina no programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC). Antes, integrou o corpo docente do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista. Foi o responsável pela encenação de peças de sua autoria, como *Lábios que Beije* (1998) e *Bolero* (2001). Com *Partiste* (2010) recebeu, em 2011, o seu segundo prêmio Braskem de teatro como melhor autor. A peça também foi publicada em 2016 pelo selo literário João Ubaldo Ribeiro, criado pela Fundação Gregório de Mattos.

RITA DE CÁSSIA ARAGÃO MATOS


Professora Adjunta do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA). Vice-Coordenadora do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e Tutora do Programa de Educação Tutorial dos Bacharelados Interdisciplinares IHAC/UFBA.

TATTIANA TEIXEIRA

Jornalista e Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. É professora do Departamento de Jornalismo e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora do CNPq (PQ-2). Ainda estudante de graduação na UFBA, fez parte, como bolsista de Iniciação Científica, da equipe responsável pela pesquisa “Comunicação e Cultura na Bahia nos anos 50 e 60”, da qual o texto publicado neste livro se origina.

Este livro foi produzido em formato 160 x 230 mm e utiliza as tipografias DStype Musee e Mirador, com miolo impresso na Edufba, em papel Alta Alvura 75g/m² e capa em Cartão Supremo 300g/m², impressa na Cian Gráfica.

Tiragem: 400 exemplares.



A Coleção UFBA 70 anos tem
como propósito resgatar o
pensamento de estudiosos da
Instituição, através da reedição
de obras que marcaram a
trajetória da Universidade
Federal da Bahia.

ISBN 978-85-232-1493-7



9 788523 214937